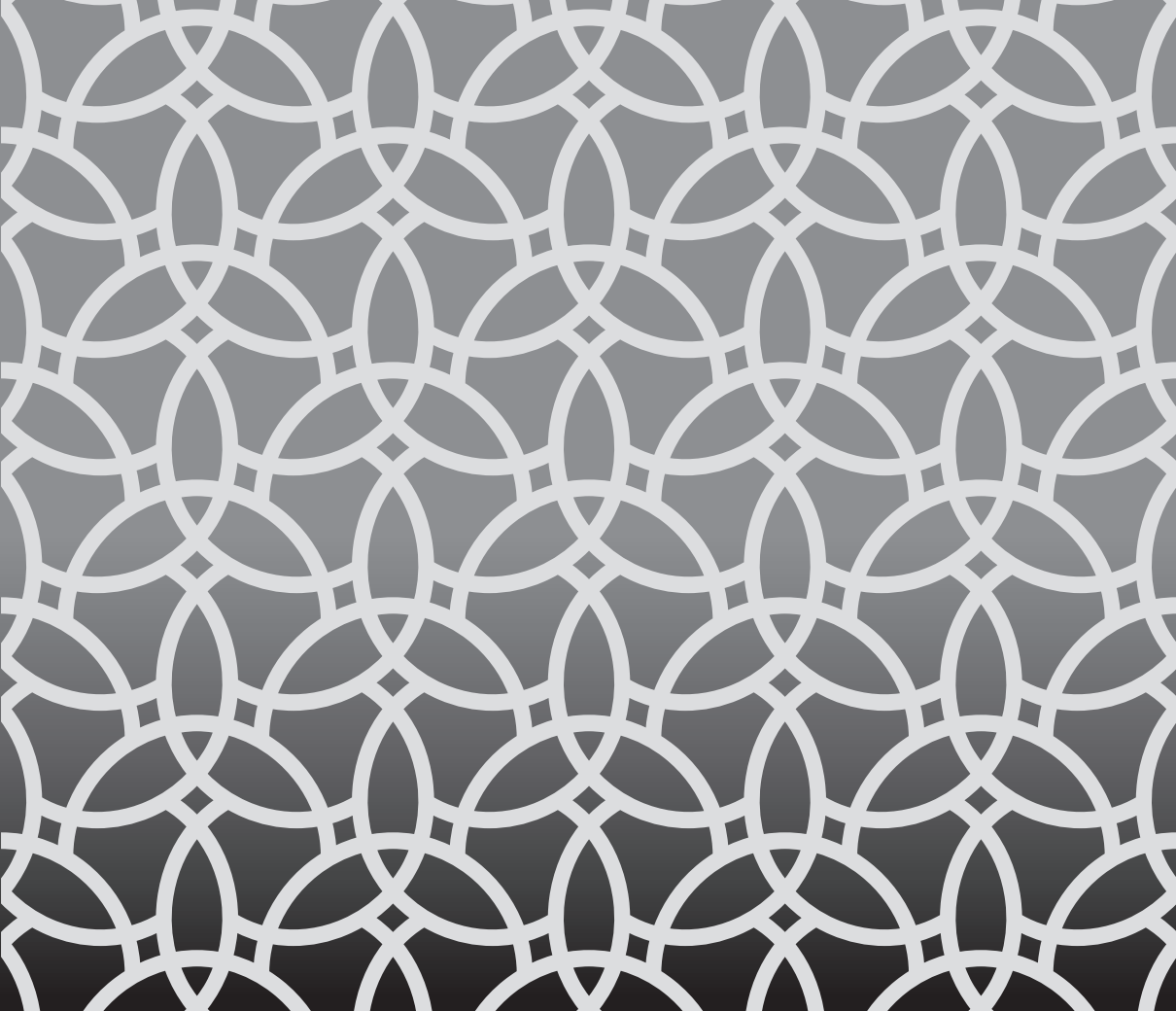


Dimensionamento de Gastos das
Instituições da Administração
Pública Federal na Cooperação Brasileira
para o Desenvolvimento Internacional

COBRADI 2017-2018





Dimensionamento de Gastos das
Instituições da Administração
Pública Federal na Cooperação Brasileira
para o Desenvolvimento Internacional

COBRADI 2017-2018



Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

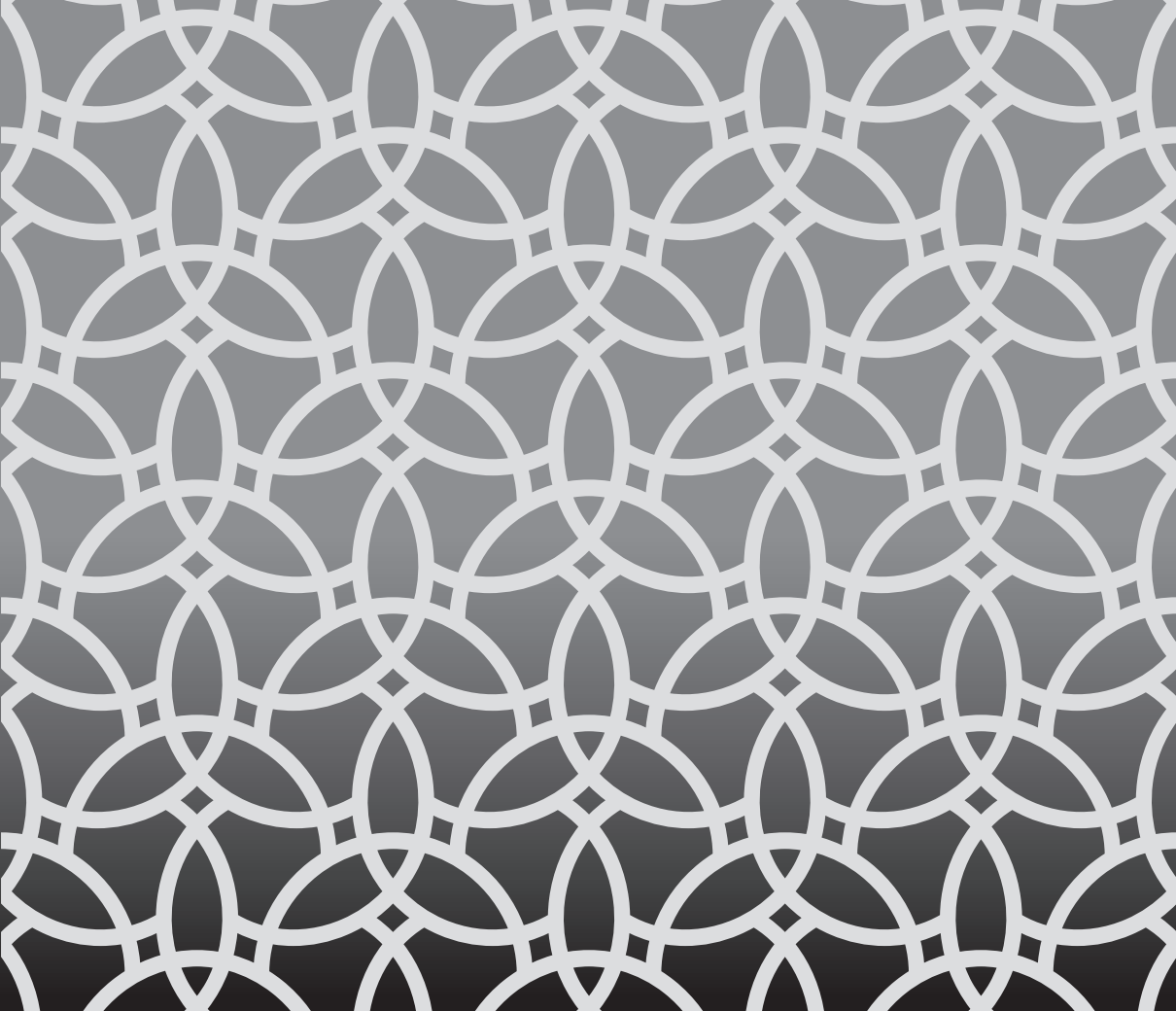
Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação (substituto)

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>



Dimensionamento de Gastos das
Instituições da Administração
Pública Federal na Cooperação Brasileira
para o Desenvolvimento Internacional

COBRADI 2017-2018



Brasília, 2020

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2020

EDITORES

João Brígido Bezerra Lima

José Romero Pereira Júnior

EQUIPE DE PESQUISA

João Brígido Bezerra Lima (coordenador)

José Romero Pereira Júnior

Jhonatan do Rosário Ferreira

Fernando Luiz Ferreira da Silva

Jose Alejandro Sebastian Barrios Diaz

Valéria Maria Rodrigues Fachine

Priscilla Mayna da Silva Lima Santana

Vinícius Oliveira Feitosa (estagiário)

Dimensionamento de gastos das instituições da Administração Pública Federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional : COBRADI 2017-2018/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília : IPEA, 2020.

184 p. : gráfs. (color.)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5635-014-1

1. Cooperação Internacional. 2. Relações Internacionais. 3. Ajuda para o Desenvolvimento. 4. Administração Pública. 5. Despesas Públicas. 6. Brasil. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 327.81

Ficha catalográfica elaborada por Andréa de Mello Sampaio CRB-1/1650

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-014-1>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
METODOLOGIA	15
CAPÍTULO 2	
ATUAÇÃO INTERNACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL	21
CAPÍTULO 3	
GASTOS COM A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
APÊNDICE A	147
APÊNDICE B	149
APÊNDICE C	153
APÊNDICE D	157

APRESENTAÇÃO

Este livro resulta dos estudos da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) realizados sob a coordenação do Ipea, vinculado ao Ministério da Economia (ME), com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Trata-se de trabalho pioneiro e original que mapeia as atividades da cooperação internacional; identifica órgãos e instituições executoras; e levanta os gastos do governo federal com o financiamento das atividades internacionais e da cooperação brasileira para o desenvolvimento, identificando continentes, organismos internacionais e países parceiros.

A inclusão desses estudos no plano de trabalho e sua implementação fortalecem a missão do Ipea de “aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado em suas decisões estratégicas”. Também nos estimula a “colaborar na consolidação das práticas associadas à diversidade do intercâmbio entre países em desenvolvimento e (...) contribuir para a evolução da cooperação internacional a partir do enriquecimento de sua base política, conceitual e operacional” (Almino, 2016, p. 11).

Cumprir registrar que esta pesquisa acolhe, observa e reconhece os termos estabelecidos no *Documento final de Buenos Aires da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul*, valendo enfatizar o reconhecimento da

natureza voluntária, participativa e determinada pela demanda da cooperação Sul-Sul, surgida de experiências compartilhadas e afinidades, sobre a base de objetivos comuns e de solidariedade. Além disso, reconhecemos que a cooperação Sul-Sul conduz a oportunidades de desenvolvimento mais diversificadas. A Cooperação Sul-Sul não deve considerar-se como Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ONU, 2019, p. 2, tradução nossa).¹

Os *estudos Cobradi* possibilitam, ainda, cotejar as práticas executadas pelas instituições brasileiras e as ações da ajuda oficial dos outros países.

1. Do original: “la naturaleza voluntaria, participativa y determinada por la demanda de la cooperación Sur-Sur, surgida de experiencias compartidas y afinidades, sobre la base de objetivos comunes y la solidaridad. Reconocemos además que la cooperación Sur-Sur conduce a oportunidades de desarrollo más diversas. La cooperación Sur-Sur no debe considerarse Asistencia Oficial para el Desarrollo”.

No que concerne aos gastos com as atividades da Cobradi, cumpre registrar que são oriundos de fontes orçamentárias inscritas na Lei de Orçamento Anual (LOA), no âmbito das despesas de custeio da administração pública, e não configuram fluxos de investimento ou subvenção a fundo perdido (Baumann, 2013).

Esta publicação estrutura-se em três capítulos, iniciando-se com a apresentação da metodologia, desenvolvida e adaptada aos normativos que regulam a execução orçamentária no governo federal; seguindo-se de levantamento das atividades da cooperação brasileira; e finalizando com capítulo dedicado ao dimensionamento dos gastos anuais dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Brasil no biênio 2017-2018.

Cumpre registrar o apoio técnico imprescindível da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do ME, que disponibilizou dados da execução orçamentária das unidades da administração pública federal (APF), sendo 243 em 2017 e 262 em 2018, todas vinculadas, respectivamente, a 27 (2017) e 29 (2018) órgãos do Poder Executivo que executaram atividades internacionais no período pesquisado (2017-2018).

As atividades da Cobradi executadas no biênio 2017-2018 consubstanciam o capítulo 2, e foram obtidas majoritariamente da ABC/MRE. A caracterização dessas atividades foi desenvolvida a partir de planilhas disponibilizadas pela agência e referendadas pelos representantes das instituições citadas.

No terceiro capítulo, apresentam-se os gastos em atividades internacionais extraídos do Sistema de Administração Financeira (Siafi) e dos registros de instituições do governo federal que executaram atividades na Cobradi sob a coordenação da ABC/MRE.

Honra-me registrar que, a partir do lançamento desta edição, o governo federal passará a divulgar anualmente seus gastos na cooperação internacional, mediante registros feitos pelos próprios órgãos públicos executores das atividades da Cobradi em meio eletrônico desenvolvido pelo Ipea (sistema Cobradi).

Carlos von Doellinger
Presidente do Ipea

PREFÁCIO

A formulação da metodologia para o dimensionamento de gastos das instituições do governo brasileiro em atividades na cooperação internacional reveste-se de grande relevância e utilidade para o aperfeiçoamento das políticas públicas de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID).

A concepção de cooperação internacional como uma prática de firmamento de parcerias para o alcance de resultados por meio da interação entre as partes reforça esse entendimento.

A realização de suas atividades possibilita o intercâmbio de experiências e conhecimentos disponíveis e propicia o aprimoramento das equipes técnicas das instituições brasileiras e estrangeiras, bem como possibilita que a experiência brasileira seja compartilhada com os demais países que enfrentam situações similares na busca da superação dos problemas e desafios para o desenvolvimento.

O dimensionamento dos gastos da cooperação internacional possibilita ao governo federal assegurar a transparência e a acessibilidade aos valores monetários oriundos do orçamento público federal e que financiaram as atividades das instituições do governo federal no biênio 2017-2018 (R\$ 7,1 bilhões, correspondentes a US\$ 2,1 bilhões); além de levantar as 5.072 horas técnicas correspondentes ao emprego de servidores públicos e colaboradores durante o mesmo período.

Considerando-se que esses gastos são oriundos do orçamento federal, no âmbito das despesas de custeio da administração pública, não configuram fluxos de investimento ou subvenção a fundo perdido. O método adotado possibilita o dimensionamento dos gastos com a concessão de diárias; a aquisição de passagens internacionais; a concessão de bolsas para estrangeiros; as contribuições para organismos internacionais; as transferências para organizações internacionais; e as despesas para a realização de eventos.

Este livro que prefacio consubstancia o processo de pesquisas e estudos realizados nos últimos onze anos pelos pesquisadores e colaboradores do Ipea, a partir do levantamento de gastos efetivamente realizados e do repertório de conhecimentos técnicos e científicos veiculados pela Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi).

Nesse ponto, cumpre informar que o Ipea desenvolve a identificação e o cadastramento das práticas da Cobradi, prevendo-se a definição de metodologia de análise das práticas correspondentes aos conhecimentos e saberes técnicos e científicos acumulados pelas instituições brasileiras.

A experiência acumulada com a realização dos estudos Cobradi no período de 2010 a 2020 evidenciou uma extraordinária conexão e diálogo de órgãos e entidades da APF com atores não governamentais, acadêmicos, pesquisadores e organismos internacionais atuantes na CID.

A publicação oficial desses estudos pelo governo brasileiro¹ tem sido referenciada em diversos países e por instituições internacionais com longa e destacada atuação no tema, bem como tem possibilitado aos profissionais que atuam nos temas das relações internacionais, acadêmicos, funcionários de organizações internacionais, empresas privadas e organizações não governamentais (ONGs) tomarem conhecimento do protagonismo do Brasil.

Ivan Tiago Machado Oliveira

Diretor da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
(Dinte) do Ipea.

1. Para mais detalhes sobre esses estudos, ver Cintra (2010), Baumann (2013), Bezerra Lima (2016) e Bezerra Lima, Viana e Pereira Júnior (2018).

INTRODUÇÃO

Esta introdução se destina a proporcionar informações que possibilitem a devida compreensão da pesquisa¹ *Dimensionamento de gastos das instituições da administração pública federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2017-2018*, ao mesmo tempo que estabelece o problema que a conduz no contexto mais amplo da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), tema de grande importância, complexidade e amplitude e que a delimita.

Os registros disponíveis sobre as origens históricas e os princípios da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) datam dos anos 1960 e 1970, em meio aos movimentos de independência de ex-colônias, na África e na Ásia, e de países não alinhados (Ipea, 2010).

Os trabalhos de dimensionamento de gastos situam-se entre os esforços do governo de avaliação de políticas públicas de CID, e esta pesquisa propõe-se a sistematizar evidências e constatações sobre o tema, com o propósito de possibilitar sua melhor compreensão.

Os estudos da Cobradi passaram a integrar a agenda de pesquisa do Ipea a partir de 2010. Desde então, o governo federal divulga dados e informações sobre a cooperação internacional realizada pelo Brasil e disponibiliza série histórica com dados do período 2005-2018 em meio eletrônico, de livre acesso (Bezerra Lima e Pereira Júnior, 2019).

Instituído em 2010, o levantamento da Cobradi surgiu em meio ao entendimento e a percepção mundial do Brasil como potência emergente, em face do desempenho econômico e da sua liderança no cenário internacional ao final dos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000 (Bezerra Lima, Pereira Júnior e Campos, no prelo).

O estudo *Cobradi*, principal publicação dessa agenda, tornou-se documento referencial de apoio e de consulta de órgãos e entidades brasileiras, bem assim de pesquisadores, centros de estudos, universidades, organismos internacionais e ONGs.

Seu caráter abrangente e integrador permitiu conformar, nos últimos onze anos, uma visão mais completa dos esforços de cooperação envidados sob os auspícios da administração pública federal (APF), indicando ramificações e redes de instituições nacionais e internacionais estabelecidas para esse fim.

1. Para informações mais detalhadas da pesquisa, ver Wilkinson (1991).

Possibilitou, ademais, qualificar o debate sobre os conteúdos compartilhados mediante a Cobradi, bem assim melhor dimensionar os gastos realizados em sua implementação. O novo método de dimensionamento de gastos, bem como um primeiro esforço para sua execução, é objeto desta publicação.

Este livro está organizado em três capítulos, nos quais serão apresentados os vários aspectos do método concebido e desenvolvido para o dimensionamento de gastos realizados pelos órgãos do Poder Executivo na Cobradi; o mapeamento e o levantamento das atividades internacionais e práticas que caracterizam a cooperação brasileira e o dimensionamento de gastos no período 2017-2018.

Entre as preocupações do governo com a avaliação de políticas públicas, situa-se o desafio de promover maior efetividade dos recursos públicos, mediante exclusão de gastos ineficientes ou pouco produtivos (Brasil, 2018a).

Nesse sentido, a divulgação dos resultados obtidos com a realização da pesquisa *Dimensionamento de gastos das instituições da administração pública federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Cobradi 2017-2018* serve de referência para a avaliação das políticas de cooperação para o desenvolvimento internacional e possibilita o debate qualificado (Brasil, 2016) sobre a priorização de políticas públicas e as decisões alocativas do orçamento.²

A pesquisa, coordenada pelo Ipea em parceria com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia (SOF/ME), subsidia também a política de governança da APF direta, autárquica e fundacional (Brasil, 2017).

O Brasil despendeu R\$ 44,8 bilhões (valores constantes), equivalentes a US\$ 12,3 bilhões do orçamento público da União (tabela 1) no período 2005-2018, com o financiamento das atividades internacionais dos órgãos do Poder Executivo da administração federal.

TABELA 1

Brasil: variação dos gastos anuais dos órgãos do Poder Executivo da administração pública federal em atividades internacionais (2005-2018)

Ano	Valor corrente (R\$ mil)	Valor constante (R\$ mil 2018)	Valor equivalente (US\$ mil)	Variação (%)
2005	1.132.630	2.286.794	625,632	-
2006	1.137.493	2.229.318	609,908	-2,51
2007	1.130.554	2.126.660	581,822	-4,60
2008	984.067	1.739.956	476,026	-18,18
2009	695.116	1.179.305	322,640	-32,22
2010	934.695	1.501.167	410,697	27,29

(Continua)

2. Vale ressaltar, porém, que, para além do dimensionamento de gastos, o referido debate há de se beneficiar também de uma visão mais qualificada sobre a efetividade das práticas difundidas e ponderar sua relevância para o alcance de objetivos nacionais expressos, por exemplo, na política externa.

(Continuação)

Ano	Valor corrente (R\$ mil)	Valor constante (R\$ mil 2018)	Valor equivalente (US\$ mil)	Variação (%)
2011	783.975	1.180.695	323,020	-21,35
2012	1.292.500	1.844.478	504,621	56,22
2013	2.571.501	3.469.358	949,164	88,09
2014	4.939.793	6.254.543	1,711,148	80,28
2015	6.542.115	7.497.843	2,051,296	19,88
2016	5.790.171	6.202.641	1,696,949	-17,27
2017	3.578.594	3.728.965	1,020,188	-39,88
2018	3.589.551	3.589.551	982,047	-3,74
Total	35.102.756	44.831.273	12,265,158	

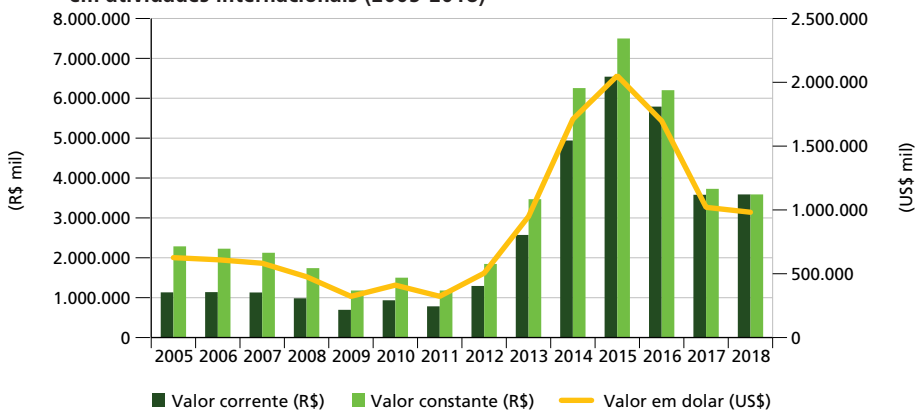
Fonte: SOF/ME.
Elaboração: Ipea.

Analisando-se os valores anuais, obtidos nos registros oficiais de governo, com os gastos do governo brasileiro no período 2005-2018, no financiamento das atividades internacionais dos órgãos do Poder Executivo da administração federal (tabela 1), constata-se considerável variação entre o dispêndio de R\$ 1,1 bilhão, em 2011, e os R\$ 7,5 bilhões, referentes ao exercício de 2015.

Observando a curva de gastos no período (gráfico 1), percebem-se três momentos distintos quanto ao montante, quais sejam: gastos menores de 2005 a 2012 (média anual de R\$ 1,8 bilhão); gastos maiores de 2014 a 2016 (média anual de R\$ 6,7 bilhões); e gastos medianos no biênio 2017-2018 (média anual de R\$ 3,4 bilhões).

GRÁFICO 1

Brasil: gastos anuais dos órgãos do Poder Executivo da administração pública federal em atividades internacionais (2005-2018)



Fonte: SOF/ME.
Elaboração: Ipea.

Considerando-se que esta pesquisa focaliza os gastos anuais no biênio 2017-2018, prevalecem nesse período (tabela 2) os valores das transferências e contribuições para organismos internacionais (85%) e pouco mais de R\$ 1 bilhão (14,6%) para financiar bolsas, diárias, passagens aéreas internacionais e eventos.³

TABELA 2

Brasil: gastos dos órgãos do Poder Executivo da administração pública federal em atividades internacionais no biênio (2017-2018)^{1,2}

Discriminação de gastos	Período						Participação (%)
	2017 (R\$ mil)	2018 (R\$ mil)	Biênio (R\$ mil)	2017 (US\$ mil)	2018 (US\$ mil)	Biênio (US\$ mil)	
Transferências e contribuições	3.122.818	2.999.692	6.122.510	978,350	820,670	1,799,021	85,54
Outras despesas	455.776	589.859	1.045.635	142,791	161,377	304,167	14,46
Total	3.578.594	3.589.551	7.168.145	1,121,141	982,047	2,103,188	100,00

Fonte: SOF/ME.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ A conversão de real (R\$) para dólar (US\$) foi realizada mediante o uso da taxa de câmbio PTAX, do Banco Central do Brasil (BCB).

² Em 2017, US\$ 1 equivalia a R\$ 3,191921285, e no ano de 2018, equivalia a R\$ 3,6551728.

A concepção de metodologia adequada às características dos normativos que regulam a execução orçamentária do governo brasileiro e a sua aplicação no dimensionamento de gastos das instituições da administração federal no período 2017-2018 subsidiarão, de modo inequívoco, o acompanhamento e a avaliação do uso dos recursos públicos relacionados com os gastos em atividades de governo na cooperação internacional, em conformidade com os esforços de promover-se maior *efetividade no uso dos recursos públicos*.

Cumprir ainda registrar que os avanços alcançados com a realização desta pesquisa estão em conformidade com o compromisso brasileiro de contribuir com a implementação da Agenda 2030 e seus objetivos de desenvolvimento sustentável.

3. Para o detalhamento desses gastos, recomenda-se consultar os registros disponibilizados no capítulo 3 desta pesquisa.

METODOLOGIA

1 INTRODUÇÃO

Nesses últimos onze anos, órgãos e entidades do governo federal intensificaram a destinação de parte dos seus recursos em práticas da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID). No entanto, os gastos de governo nessas práticas não têm sido dimensionados, limitando sua expressão à execução da política externa, bem como à contribuição do Brasil para o desenvolvimento socioeconômico de outros países.

A questão presente em fevereiro de 2010 – data do início dos *estudos Cobradi* – se apresentava sob a forma da indagação “*quanto o Brasil gastava com a cooperação internacional e o que se fazia sob essa denominação?*”.

O Ipea mobilizou-se para responder ao questionamento da alta administração, aprimorando, ao longo do tempo, tanto o acervo de conhecimentos sobre a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) quanto a metodologia de levantamento de gastos do governo federal com atividades a ela relacionadas. Neste capítulo, apresenta-se a metodologia adotada pelo governo brasileiro no dimensionamento de gastos de instituições da administração pública federal na execução de atividades da Cobradi sob a perspectiva do financiamento público.

No que concerne às atividades da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (*que se faz sob essa denominação?*), cabe informar que o Ipea desenvolve pesquisa específica, prevendo-se a formulação de metodologia para analisar, inicialmente, as práticas da Cobradi no âmbito da saúde.

Em face do pioneirismo da pesquisa, o método foi desenvolvido pelos próprios pesquisadores da diretoria internacional do Ipea, que estudam e acompanham a CID durante os últimos onze anos.

A experiência acumulada nesse período (2010-2020) tem sido objeto de intercâmbio com contrapartes estrangeiras em diversos foros no exterior, cabendo registrar-se que,

compondo as lentes referenciais do estudo e da análise da Cobradi, alguns temas de interesse emergem, desvelando tópicos que exigem maior investigação no futuro: a cooperação entendida como ajustes mútuos em políticas de governo mediante processos de coordenação política diretamente associados ao desenvolvimento nacional

e internacional; a cooperação como expressão de saberes e conhecimentos do Sul em busca permanente por novas epistemologias da autonomia frente a uma geopolítica do conhecimento ainda dominada pelo Norte; a política externa como expressão de políticas públicas *vis-à-vis* uma longa tradição de política externa como defesa de interesses econômicos nacionais; e, por fim, práticas e seus conhecimentos e saberes na busca por soluções de desenvolvimento local, regional, internacional e local (Bezerra Lima, Pereira Júnior e Campos, no prelo, p. 6).

Entre os objetivos da pesquisa Cobradi, movem-nos o de colaborar na consolidação das práticas associadas à diversidade do intercâmbio do Brasil com países em desenvolvimento; e o de contribuir para a evolução da cooperação internacional a partir do enriquecimento de sua base política, conceitual e operacional (Bezerra Lima, 2016).

Não é demais reiterar que a pesquisa sobre a CID conduzida pelo Ipea objetiva compreender o protagonismo brasileiro na agenda internacional da cooperação, mediante: i) o dimensionamento de gastos com financiamento da União; ii) a sistematização do repertório de conhecimentos técnicos e científicos veiculados; e iii) a análise da efetividade das práticas da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional.

Cumprir registrar que o Ipea tomou conhecimento e examinou iniciativas relevantes de estudos e levantamentos realizados por outros países e organismos internacionais sobre a CID (Ipea e CEPAL, 2017). O trabalho de análise comparada realizou-se mediante a seleção de publicações oficiais de três organizações internacionais (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL e Secretaria-Geral Ibero-Americana – Segib) e de três governos nacionais (Chile, México e Turquia).

A escolha dos organismos internacionais deu-se por seus papéis de liderança mundial e regional, particularmente no tema da CID. Por sua vez, a escolha dos governos pautou-se pela disponibilidade e acessibilidade de estudos e levantamentos dessa natureza desde outros olhares do Sul.

Do estudo comparado dos procedimentos de dimensionamento de gastos constantes nas publicações das organizações internacionais e dos governos nacionais antes mencionados, constatou-se sua inadequação à realidade brasileira, reforçando-se a necessidade de se desenvolver solução própria para o dimensionamento de gastos de instituições da administração pública federal na execução de atividades da Cobradi.

O governo brasileiro apresenta característica singular entre os países ao executar as atividades da cooperação internacional com o quadro de servidores públicos e de colaboradores de suas instituições. Nesse particular, o estudo

deve-se em minucioso levantamento dos gastos efetivamente realizados no período 2017-2018 e mantidos pela SOF/ME, tendo constatado que 29 órgãos do Poder Executivo e suas 262 unidades administrativas vinculadas executaram atividades internacionais em 2018, cabendo registrar que, em 2017, foram 27 órgãos e 243 unidades vinculadas.¹

Em geral, questões referentes à execução orçamentária oferecem maiores dificuldades metodológicas para sua identificação, compreensão e mensuração. Ao longo desses últimos dez anos, o Ipea realizou estudos sobre a Cobradi incluindo entre os tópicos dessas pesquisas a caracterização da realidade da execução orçamentária e os normativos que a regulam.

Foram realizados alentados levantamentos de dados da execução orçamentária com a descrição dos gastos realizados pelas instituições do governo federal que atuaram na cooperação internacional no período de 2005 a 2018. Esse trabalho possibilitou aos pesquisadores identificar as associações entre variáveis e a natureza dessas relações.

2 TIPOLOGIA DE GASTOS COBRADI

O desafio inicial dos estudos para a concepção da metodologia adotada no dimensionamento de gastos das instituições da administração pública federal consistiu em definir-se a tipologia dos objetos de pagamento de cada despesa internacional que compõe o entendimento de “gasto”, tais como: diárias, passagens, transferências, apoio à realização de eventos, contribuições, bolsas de estudo e recursos que a administração pública utiliza para a participação em encontros, acordos ou programas internacionais.

Registre-se que a identificação dos itens que integram essa tipologia só foi possível mediante a análise detida e minuciosa da base de dados e registros referentes às quatro edições dos estudos Cobradi (Cintra, 2010; Baumann, 2013; Bezerra Lima, 2016; Bezerra Lima, Viana e Pereira Júnior, 2018).

Essa *tipologia de pagamento de despesas* possibilitou o levantamento de dados e informações nas instituições executoras das atividades da cooperação internacional, para, assim, responder à questão de quanto o Brasil gasta com a cooperação internacional.

1. Para mais detalhes, recomenda-se consultar o capítulo 3 deste livro.

3 LEVANTAMENTO DE DADOS DOS GASTOS E VARIÁVEIS DE INTERESSE

O levantamento de dados utilizado visou sintetizar, harmonizar e organizar as informações da pesquisa utilizando o corte temporal dos exercícios² de 2017 e 2018, apresentando-se os gastos da Cobradi e os gastos com atividades internacionais do governo brasileiro.

3.1 Levantamento de gastos em atividades internacionais

O levantamento de dados da pesquisa iniciou-se pela coleta de informações extraídas da base de execução orçamentária e financeira³ disponibilizada no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)⁴ pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia (SOF/ME).

As variáveis de interesse⁵ para o dimensionamento de gastos são descritas conforme a seguir.

- 1) Órgão federal: unidade do Poder Executivo federal (como ministério, secretaria ou entidade) responsável pela execução de políticas públicas e/ou pela administração do Estado.
- 2) Unidade orçamentária (UO): entidade da administração direta – inclusive fundo ou órgão autônomo – e da administração indireta – autarquia, fundação ou empresa estatal –, em cujo nome a lei orçamentária ou o crédito adicional consignam, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho.
- 3) Unidades gestoras (UG): unidade responsável por administrar dotações orçamentárias e financeiras próprias ou descentralizadas. Cada órgão tem as suas UGs, que contabilizam todos os seus atos e fatos administrativos.
- 4) Programa: identificação dos “programas de trabalho”, projetos e atividades com estabelecimento de objetivos e metas a serem implementadas e previsão dos custos relacionados.
- 5) Ação: descrição da atividade que atende ao objetivo de um programa, podendo ser orçamentária ou não orçamentária.
- 6) Modo de aplicação: indicação de como os recursos serão aplicados.
- 7) Subelemento de despesa: indicação do tipo de despesa (gasto).

2. Exercício: corresponde ao período (anual) em que ocorrem as operações contábeis e financeiras dos entes públicos.

3. Execução orçamentária e financeira: corresponde à execução orçamentária, sendo representada pelos créditos consignados no orçamento, ou Lei Orçamentária Anual (LOA), e a execução financeira representa a utilização dos recursos financeiros, visando atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às UOs.

4. Siafi: sistema utilizado como principal instrumento para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do governo federal.

5. São itens da execução orçamentária.

- 8) Valor gasto: soma dos valores efetivamente pagos para cada tipo de despesa efetuada para a consecução da atividade.

Para a definição dos resultados do levantamento, foram filtradas informações irrelevantes para o estudo, ou seja, excluíram-se os gastos relacionados à manutenção das representações internacionais, entre outros, que não se vinculem à execução de atividades de cooperação internacional.

3.2 Levantamento de gastos com a Cobradi

Feito o levantamento de gastos em atividades internacionais, buscou-se refinar o dimensionamento dos gastos, mediante a identificação dos gastos com a Cobradi.

O levantamento de dados da Cobradi foi realizado por meio da mobilização direta das instituições que executam atividades na cooperação internacional, observando-se conformidade com esta metodologia.

As variáveis de interesse para o dimensionamento de gastos na CID são descritas conforme a seguir.

- 1) Órgão federal: unidade do Poder Executivo federal (como ministério, secretaria ou entidade) responsável pela execução de políticas públicas e/ou pela administração do Estado.
- 2) Unidade executora: entidade da administração direta, inclusive fundo ou órgão autônomo, da administração indireta (autarquia, fundação ou empresa estatal) responsável pelo repasse de recursos ou pela realização do gasto.
- 3) Objetivo do gasto: identificação da atividade no âmbito da Cobradi.
- 4) Objeto do gasto: descrição da atividade no âmbito da Cobradi.
- 5) Tipo de gasto: identificação dos tipos de despesa que compõem o gasto.
- 6) Valor gasto: soma dos valores efetivamente pagos na consecução da atividade.
- 7) Organização recebedora: identificação do organismo internacional que recebeu o recurso gasto, no caso de transferências ou contribuições (tipos de gasto).
- 8) Localidade: identificação de país, estado e cidade de realização da atividade.

Vale ressaltar que esta metodologia possibilitará a adoção de padrões que permitirão a coleta das informações nos órgãos da administração pública com maior abrangência, conformidade e celeridade.

4 INDICADOR COBRADI: HORA TÉCNICA

Além das variáveis levantadas diretamente, deve-se destacar que uma parte considerável da cooperação prestada pelo Brasil a outros países se concretiza mediante a participação dos colaboradores e técnicos brasileiros que compartilham suas *expertises*, tendo sido desenvolvido um indicador que dimensiona as horas técnicas dedicadas por esses profissionais à execução dos projetos de cooperação técnica internacional e, de forma exclusiva ou não, a atividades da Cobradi.

O valor de uma hora técnica (*HT*) é calculado com base no rendimento bruto⁶ (*R*) do mês de referência dividido por 22 dias úteis. Esse resultado é dividido por 8 (número de horas a serem cumpridas pelo técnico ou servidor por dia de trabalho).

$$HT = \frac{\left(\frac{R}{22}\right)}{8}. \quad (1)$$

O método considera, para efeito de padronização dos cálculos, o número de 8 horas (um dia) como tempo mínimo de dedicação a uma atividade de cooperação internacional. Dessa forma, para a obtenção do valor total gasto em horas técnicas, por colaborador, é utilizada a seguinte fórmula:

$$VGHT = d * \left(\frac{R}{22}\right). \quad (2)$$

Em que *VGHT* é o valor total gasto em horas técnicas, (*d*) é o total de dias dedicados à execução da atividade e (*R*) é o rendimento bruto.

Para o dimensionamento de gastos do governo brasileiro com a Cobradi, constata-se que, para além dos gastos identificáveis diretamente no orçamento federal, é necessário incorporar os gastos com o pessoal mobilizado, responsável por materializar a cooperação brasileira.

6. Rendimento bruto é a soma da remuneração acrescida de adicionais, gratificações e benefícios.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

1 INTRODUÇÃO

A dualidade cooperação e conflito mantém-se presente na agenda de estudiosos e políticos que se dedicam à temática das relações internacionais, muito embora se deva ressaltar o consenso obtido pelos Estados sobre a cooperação mútua em variados temas da agenda política mundial.

As novas configurações regionais advindas da globalização econômica e suas distintas dimensões (comercial, financeira, tecnológica, política, cultural e social) acentuam as tensões de integração e fragmentação, interdependência e autonomia, inclusão e exclusão, emoldurando o protagonismo do Brasil na cena internacional.

As redefinições estão presentes nas políticas públicas e em suas instituições, e a denominada cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) passou a abranger expressões como Cooperação Sul-Sul, Cooperação Triangular e Cooperação entre Entes não Governamentais, entre outras.

Prevalecem, na atualidade, as diretrizes e as recomendações das Nações Unidas constantes no documento final da *Segunda Conferência de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul*, realizada em Buenos Aires, em março de 2019, por ocasião do PABA+40,¹ notadamente quanto ao compartilhamento de conhecimentos e experiências que consubstanciem o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

É nesse cenário dinâmico e pleno de inovações que se caracteriza, neste capítulo, a atuação internacional brasileira, mediante as atividades de algumas instituições do governo federal no biênio 2017-2018.

O panorama da cooperação internacional brasileira se apresenta complexo, descentralizado e multifacetado, distinguindo-se das formas de cooperação realizadas por outros países, haja vista que as atividades da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) são executadas, praticamente, sem que haja transferência de recursos financeiros, realizando-se mediante a mobilização de servidores públicos e por meio do compartilhamento de *expertises* de agências públicas de referência (Bezerra Lima, Viana e Pereira Júnior, 2018).

1. Plano de Ação de Buenos Aires.

Os registros referentes ao período 2017-2018 revelam que o país manteve atividades de cooperação com 83 países, e as correspondentes atividades se desenvolveram mediante parcerias com instituições da administração pública federal, estadual e municipal, incluindo universidades e organizações não governamentais (ONGs). Nesse período, a cooperação técnica, sob a supervisão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) realizou-se em mais de 296 iniciativas que se somam à totalidade das atividades internacionais da cooperação brasileira.

Cabe registrar que o mapeamento das atividades da Cobradi não tem caráter censitário, uma vez que o complexo sistema federativo do país não possibilita acessar a totalidade das práticas nos níveis estaduais e municipais e de organismos não governamentais, dificultando sobretudo essa fase dos estudos.

Essa restrição amplia-se devido à falta de sistematização e documentação das informações sobre as ações de cooperação do país, ressaltando-se que aquelas informações disponíveis apresentam-se dispersas numa miríade de projetos, programas e ações, em relatos das várias unidades executoras gestoras, apresentadas sob as mais variadas formas, quase sempre de pouca profundidade.

A noção de atuação internacional que intitula este capítulo 2 refere-se às ações que buscam compartilhar repertórios ligados ao campo das políticas públicas, como conhecimentos, técnicas, pesquisas, tecnologias e experiências que foram criadas, testadas ou adotadas pelo Brasil e que possibilitem resolver, minimizar ou catalisar ações relacionadas à solução de problemas comuns enfrentados pelos países da comunidade internacional com os quais o Brasil mantém acordos de cooperação internacional.

A evolução da pesquisa da Cobradi conseguiu desenvolver metodologia de referência no tocante ao dimensionamento de gastos, possibilitando-lhe avançar na esfera da qualificação dos dados sobre as práticas da CID, especialmente no sentido de buscar, nas unidades gestoras executoras, respostas para as questões: *o quê?*, *por quê?*, *como?* e *quais os resultados?*.

Avançar nesse sentido significa atender ao mandato do Ipea em relação ao aprimoramento da governança no campo das políticas públicas e no cumprimento dos objetivos da pesquisa Cobradi em relação à sistematização e caracterização das práticas, bem como na análise da efetividade da Cobradi.

As análises constantes nos relatórios do governo federal apontam para um campo fragilmente documentado e bastante sensível a mudanças institucionais e políticas, cabendo registrar duas constatações: i) os gastos com atividades internacionais efetivamente executados pelos órgãos do governo federal estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e possibilitam identificar os valores relativos ao biênio 2017-2018; e ii) os registros

dos gastos com atividades da Cobradi correspondentes a despesas com diárias, passagens aéreas, concessão de bolsas, realização e participação em eventos etc. são feitos pelos órgãos responsáveis pela execução das despesas, mas não estão disponíveis no Siafi.

Assim, concebeu-se metodologia² para o dimensionamento de gastos de instituições da administração pública federal na execução de atividades da Cobradi, porém, em face da indisponibilidade da totalidade das informações necessárias, procedeu-se o levantamento nos órgãos federais mediante planilhas, reuniões de trabalho, entrevistas e análise de documentos disponibilizados.

Apresentam-se, na sequência, as dezessete instituições do governo federal, bem como os dados e as informações obtidas.

2 ABC

2.1 A cooperação técnica internacional

A ABC, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), tem a missão³ de assegurar que o universo de iniciativas de cooperação técnica internacional, nas vertentes do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil, esteja integralmente alinhado às diretrizes estabelecidas na política externa brasileira nessa dimensão das relações internacionais. Para tanto, compete à ABC a identificação, a promoção, o planejamento, a programação, a negociação, a coordenação, a execução, a quantificação e a avaliação de ações de cooperação internacional empreendidas pela União.

A cooperação técnica internacional brasileira é desenvolvida por meio de programas, projetos e atividades destinados à promoção do desenvolvimento social e inclusivo com países em desenvolvimento, em parceria com um ou mais Estados estrangeiros e/ou organismos internacionais com os quais o Brasil mantenha acordo básico de cooperação técnica.

No art. 4º, inciso IX da Constituição Federal, está expresso que “a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais”, entre outros, pelo princípio da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” (Brasil, 1988). Este é o marco maior da cooperação internacional do Brasil. Tendo em vista essa diretriz, o Brasil tornou-se referência mundial no campo da cooperação técnica Sul-Sul (na vertente do Brasil para o exterior), implementada em diversas áreas do conhecimento, com vistas a promover o desenvolvimento dos países do Sul.

2. Ver capítulo 1 para mais detalhes.

3. Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019, art. 30 do anexo I, cuja redação foi alterada pelo Decreto nº 10.021, de 17 de setembro de 2019, art. 6º, que estabelece as competências da ABC.

Estão listadas, neste estudo, ações de cooperação do Brasil para o exterior, na vertente Sul-Sul bilateral, com países em desenvolvimento na África, na América Latina, na Ásia, no Caribe, na Oceania e no Leste Europeu, bem como iniciativas de cooperação técnica trilateral em associação com organismos internacionais e países desenvolvidos parceiros, efetivadas em 2017 e 2018.

Na cooperação do Brasil para o exterior, os recursos orçamentários da ABC têm sido empregados principalmente em projetos nas áreas de saúde, educação, agricultura, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento social, meio ambiente, trabalho e emprego, administração pública e segurança pública. Na coordenação desses projetos, a agência trabalhou, em 2017 e 2018, com 84 instituições executoras parceiras brasileiras.

Nesse período, os países do continente africano continuaram a ser os principais parceiros da cooperação técnica Sul-Sul do Brasil, seguidos da América Latina e do Caribe. Entre as regiões com maior concentração de ações, há projetos de cooperação com 42 países africanos e 32 das Américas.

As ações de cooperação técnica brasileira buscam alinhamento com as políticas nacionais de desenvolvimento do país parceiro, bem como visam ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030. Além das áreas antes mencionadas, a Cooperação Sul-Sul brasileira está voltada a ações em setores como administração financeira e bancária, produção de medicamentos, desenvolvimento urbano e formação profissional, buscando, no âmbito do solicitado pelos parceiros, a multidimensionalidade de atuação. As ações de cooperação desenvolvidas pela ABC com os países em desenvolvimento têm um caráter estruturante e visam garantir sustentabilidade, eficácia, desempenho e eficiência às iniciativas empreendidas, ademais dos impactos advindos para as administrações públicas locais.

Em 2017, a ABC coordenou cerca de 610 iniciativas de cooperação técnica. Nas ações bilaterais, foram despendidos aproximadamente US\$ 7,3 milhões. Já a Cooperação Trilateral com países desenvolvidos em benefício de países em desenvolvimento promoveu a realização de 24 projetos. A cooperação trilateral com organismos internacionais tem permitido a expansão da pauta brasileira de Cooperação Sul-Sul, totalizando, em 2017, 39 projetos em execução, em benefício de quatorze países da América Latina e do Caribe e nove países da África, com destaque para Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador Paraguai e Peru, na América Latina e no Caribe, e Etiópia, Guiné-Bissau, Malawi, Moçambique, Senegal e São Tomé e Príncipe, na África. A execução financeira da cooperação trilateral com organismos internacionais foi de cerca de US\$ 10,7 milhões.

Entre as atividades desenvolvidas pela ABC no período estudado, destacam-se as de gestão da cooperação técnica e o Programa Brasileiro de

Algodão. Esse programa promove o fortalecimento do setor algodoeiro na África e na América Latina desde 2009, por meio do fornecimento de tecnologia aplicada e treinamento nas áreas de melhoramento genético, controle de pragas, manejo agrônômico, plantio direto, extensão rural, produção de sementes melhoradas de algodão para aprimorar a produção de algodão, bem como comercializar subprodutos do algodão e da produção das culturas associadas ao setor cotonicultor e promover o trabalho decente na cadeia do algodão. O programa é coordenado pela ABC, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e executado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), pela Universidade Federal de Lavras (Ufla) e outras instituições públicas e privadas. O programa beneficia quinze países africanos e seis países latino-americanos.

Em 2017, foi concluída a avaliação final do projeto *Desenvolvimento de Capacidades na Gestão da Cooperação Sul-Sul e Trilateral*. O projeto envolveu 145 representantes de mais de quarenta países em desenvolvimento em discussão e compartilhamento de práticas no tema da cooperação técnica. O projeto foi desenvolvido pela ABC em parceria com o United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento de capacidades de países em desenvolvimento, com o propósito de fortalecer os pontos focais de cooperação nos distintos países, aprimorar a qualidade da cooperação e aumentar a capacidade de negociação política da cooperação. Como resultado, o projeto garantiu uma abordagem horizontal, encorajou o intercâmbio e o apoio mútuo entre as instituições participantes e contribuiu para a consolidação do entendimento geral sobre a Cooperação Sul-Sul.

No que diz respeito à cooperação da ABC com os países da América Latina e do Caribe, foram executados projetos com mais de trinta países da região. Além disso, a ABC realizou também reuniões de grupos de trabalho de cooperação técnica com os seguintes países: Argentina (intitulada Comissão Mista), Bolívia, Guiana, Paraguai e El Salvador. Esses encontros contribuem para a gestão e o planejamento da Cooperação Sul-Sul, bem como para o monitoramento e a avaliação dos programas.

Outra prioridade na agenda de cooperação da ABC são os países de expressão portuguesa na África e na Ásia (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). A facilidade de comunicação, em razão da língua comum e da proximidade cultural, justifica o papel que esses países representam no programa de cooperação técnica brasileira.

No âmbito bilateral, no período de 2017 a 2018, estavam em execução 76 iniciativas de cooperação para o desenvolvimento com os referidos países. Destacam-se aquelas no setor da saúde, tais como a implantação, em Angola, Cabo Verde e Moçambique, de unidades de Banco de Leite Humano (BLH) e a instalação de laboratório de diagnóstico de tuberculose em São Tomé e Príncipe. No setor da educação profissional, vale citar a implantação de centros de formação profissional em São Tomé e Príncipe, na Guiné-Bissau e em Moçambique. E, ainda, no setor da justiça, o apoio ao estabelecimento da Defensoria Pública de Timor-Leste.

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), as atividades desenvolvidas pela ABC podem ser divididas nas seguintes linhas de ação: i) orientação às instituições nacionais sobre as diretrizes e os mecanismos que embasam a cooperação técnica com a CPLP; ii) gestão de carteiras de projetos de cooperação técnica com a CPLP; iii) participação em reuniões internacionais envolvendo o tema da cooperação internacional no âmbito comunitário; iv) participação e promoção de reuniões de coordenação setoriais; e v) aprimoramento dos processos de gestão e governança da cooperação na CPLP, incluindo-se nessa seara o fortalecimento dos pontos focais de cooperação da comunidade. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação é a instância responsável por assessorar os demais órgãos da comunidade em todos os assuntos relativos à cooperação. A ABC atua como ponto focal do Brasil nessa instância.

Uma modalidade de cooperação que foi expressiva em 2017 e 2018, conduzida pela ABC, foram as ações de cooperação técnica Sul-Sul trilaterais com organismos internacionais na América Latina, no Caribe e na África. Tais ações compreenderam parcerias com os seguintes organismos: FAO, Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), OIT, Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-MULHERES), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), PMA, PNUD, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) – atualmente sendo conduzida bilateralmente nas áreas de: segurança pública, desenvolvimento comunitário e educação integral, alimentação escolar, erradicação do trabalho infantil, trabalho decente, agricultura, agricultura familiar, recursos hídricos e segurança alimentar e nutricional.

A cooperação técnica com organismos internacionais tem sido instrumental para apoiar programas inovadores do governo brasileiro. Abrange mais de trinta organismos e organizações internacionais, incluindo as de âmbito regional (América Latina e Caribe), bem como as relações de cooperação com a União Europeia.

Os principais temas cobertos por essas parcerias incluem o fortalecimento do planejamento e da gestão pública, projetos inovadores de desenvolvimento social, geração de emprego e de renda em áreas urbanas e rurais, proteção do meio ambiente, direitos humanos, saúde, educação, patrimônio histórico, segurança pública e promoção de investimentos, nos três níveis federativos.

2.2 A Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária na Cobradi

Além da cooperação técnica internacional, a ABC atua em matéria de cooperação humanitária, articulando-se com outras instituições federais, mediante sua Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH).

Com vistas a facilitar a compreensão das atividades da cooperação humanitária realizadas pela ABC/CGRH propõe-se a leitura a partir de dois eixos: o exame do campo da cooperação humanitária no nível internacional e a caracterização e o dimensionamento da atuação brasileira.

2.2.1 A dimensão internacional da cooperação humanitária

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), as crises humanitárias têm afetado um contingente cada vez maior de indivíduos. O número de pessoas que recebem assistência humanitária, no plano global, aumentou de 77 milhões, em 2014, para 101 milhões, em 2018. Do ponto de vista temporal, em média, as crises humanitárias perduram por mais de nove anos (OCHA, 2019).

A expectativa da ONU é que 132 milhões de pessoas, em 42 países, precisariam de assistência humanitária apenas em 2019. No entanto, entre 2014 e 2018, 55% dos recursos foram destinados a quatro países: Somália, Sudão, Sudão do Sul e Etiópia. Uma das grandes preocupações das Nações Unidas é com a segurança alimentar no contexto das mudanças climáticas e em áreas afetadas por conflitos. Da mesma forma, a ONU confere importância ao envio regular de medicamentos essenciais para populações vulneráveis, duas atividades cobertas pela cooperação humanitária brasileira.

Cumprir registrar, ainda, que a cooperação humanitária não se limita a coordenar a assistência humanitária no nível internacional, porque também opera no país para garantir, em situações de emergência, a mobilização concertada de múltiplos atores, geralmente com recursos escassos. Assim, o termo cooperação humanitária envolve as atividades desenvolvidas por Estados, organizações internacionais, não governamentais, filantrópicas, entre outras instituições.

Cabe referir, portanto, que a cooperação humanitária diz respeito à maneira como as sociedades reagem a desastres, guerras e outras catástrofes que envolvem a coordenação interinstitucional e o uso de abordagens integradas de ajuda emergencial e

de cooperação para o desenvolvimento. Esse processo envolve a negociação, a barganha e o apoio com ênfase na proteção e promoção dos direitos humanos.

Nesse sentido, a cooperação humanitária implica ação internacional, assume diferentes formas e se organiza de modo a ser relevante na prevenção e na gestão dos riscos, desastres naturais e conflitos. Em largos traços, de acordo com Regnier (2011), o objetivo da cooperação humanitária é salvar vidas e maximizar o apoio aos programas e às operações, bem como construir as parcerias necessárias para que os objetivos humanitários sejam cumpridos.

Nessa linha, segundo Borton (2009, p. 7), a cooperação humanitária “consiste em uma multiplicidade de organizações baseadas ao nível local, nacional e internacional que empregam recursos financeiros, materiais e humanos para prover assistência e proteção àqueles afetados por conflitos e desastres naturais, com o objetivo de salvar vidas, reduzir o sofrimento e auxiliar na recuperação”. Convém assinalar, portanto, que o objetivo das missões humanitárias é prevenir e aliviar o sofrimento humano em situações de crises extremas.

Evidentemente, há uma articulação entre as atividades *humanitárias* e as atividades para o *desenvolvimento*. No âmbito das Nações Unidas, por exemplo, apenas a United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA) tem mandato específico para questões humanitárias.⁴ Nesse sentido, a maioria das agências gerencia o tema a partir de um foco duplo, mantendo os departamentos de cooperação humanitária separados das funções de cooperação técnica, a exemplo da experiência brasileira.

2.2.2 Atuação internacional da CGCH no biênio 2017-2018

Esta seção caracteriza as ações do governo federal no âmbito da assistência humanitária, objetivando sistematizar a atuação internacional da CGCH entre 2017 e 2018 (tabela 1). Nesse sentido, o enfoque adotado nesta parte prioriza a contextualização da criação da CGCH em 2017, com base na verificação da legislação pertinente e no mapeamento e na análise dos dados e das informações que permitem compreender os produtos, os serviços e os resultados obtidos por esse órgão.

A CGCH foi criada em 2017, por meio do Decreto nº 9.110, de 27 de julho, atualmente anulado pelo Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019, que estabelece a estrutura regimental do MRE. A função dessa coordenação é dupla, conforme a seguir descrito.

- 1) Coordenar ações de resposta emergencial de caráter humanitário, inclusive doações de alimentos, medicamentos e outros itens de primeira necessidade.

4. Ver mais em: <<https://www.unocha.org/>>.

- 2) Acompanhar iniciativas de cooperação em temas humanitários nos organismos internacionais, assim como em outros parceiros governamentais e não governamentais.

Para complementar o escopo de atuação da denominada CGCH, a Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018,⁵ estabelece as medidas de assistência emergencial para acolher pessoas em situação de vulnerabilidade de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Essa norma contribui para definir termos importantes na operacionalização da assistência brasileira, delimitando os conceitos, conforme a seguir descritos.

- 1) Situação de vulnerabilidade: condição emergencial e urgente que evidencie a fragilidade da pessoa no âmbito da proteção social, decorrente de fluxo migratório desordenado provocado por crise humanitária.
- 2) Proteção social: conjunto de políticas públicas estruturadas para prevenir e remediar situações de vulnerabilidade social e de risco pessoal que impliquem violação dos direitos humanos.
- 3) Crise humanitária: situação de grave ou iminente instabilidade institucional, conflito armado, calamidade de grande proporção, desastre ambiental ou grave e generalizada violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário que cause fluxo migratório desordenado em direção à região do território nacional.

Em termos de mandato para atuação internacional, o art. 11 da Lei nº 13.684/2018 determina que

a União poderá prestar cooperação humanitária, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores, a fim de apoiar países ou populações que se encontrem em estado de conflito armado, de desastre natural, de calamidade pública, de insegurança alimentar e nutricional ou em outra situação de emergência ou de vulnerabilidade, inclusive grave ameaça à vida, à saúde e aos direitos humanos ou humanitários de sua população (Brasil, 2018b).

Vale destacar a criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional. O Decreto nº 9.860, de 25 de junho de 2019, estabelece essa instância, cuja função é coordenar as ações de cooperação humanitária empreendidas pelo Brasil, propor iniciativas para ampliar a eficácia dessas ações e formular propostas de atos normativos para viabilizar as ações humanitárias.

Sob coordenação do MRE, o grupo reúne representantes de outras instituições da administração federal, nomeadamente: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Defesa (MD);

5. Para mais detalhes sobre as medidas de assistência emergencial, ver Brasil (2018b).

Ministério da Economia (ME); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Cidadania; Ministério da Saúde (MS); Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH); Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR); Secretaria de Governo da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR); e Advocacia-Geral da União (AGU).

Em 2017, a ABC coordenou 22 doações de medicamentos para quinze países e seis ações de resposta humanitária emergencial. Em 2018, foram 22 doações de medicamentos para quatorze países, uma doação de alimentos e duas ações de resposta humanitária. Em consonância com a política externa do governo brasileiro, a atuação da ABC é guiada pelas demandas recebidas dos países que solicitam assistência humanitária (tabela 1).

TABELA 1

Ações realizadas pela ABC por natureza das demandas – Brasil (2017-2018)

Natureza das demandas	2017	2018	2017-2018
Resposta humanitária	6	3	9
Alimentos	-	1	1
Medicamentos	22	22	44
Total	28	26	54

Fonte: ABC/CGCH.
Elaboração: Ipea.

Em largos traços, a atuação da ABC tem sido diversificada. No México, o governo brasileiro, em coordenação com o MRE, o MD e o governo de São Paulo, realizou doação de produtos para higiene pessoal e limpeza, colchões, cobertores, roupas e *kits* para padaria artesanal para atender à população afetada pelo terremoto ocorrido no estado de Chiapas. Na Bolívia, a ABC destinou US\$ 300 mil a projeto de gestão de riscos e de desastres socioambientais para a segurança alimentar e nutricional em apoio a comunidades de agricultores afetados pela seca em três municípios bolivianos – Toledo, El Choro e Curahuara de Carangas, localizados no Departamento de Oruro. Em Dominica, a ABC destinou US\$ 200 mil para apoio emergencial à restauração imediata e à proteção dos meios de subsistência de aproximadamente 1.250 famílias de agricultores afetadas pelos desastres sicionaturais.

No município de Pacaraima, em Roraima, a ABC, em coordenação com o PMA e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), apoiou projeto de assistência alimentar a populações de migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade. A ABC destinou US\$ 100 mil para atendimento

às necessidades alimentares e nutricionais de cerca de quinhentos migrantes venezuelanos indígenas da etnia Warao, alojados no abrigo Casa de Passagem Warao, em Pacaraima, no período de novembro de 2017 a março de 2018.

Convém ressaltar o fato de que o engajamento brasileiro se concentra nos seguintes tipos de atividades: i) doações internacionais de alimentos; ii) doações de medicamentos e outros insumos de saúde; iii) repasses a organismos internacionais; e iv) participação em missões internacionais e ações de resposta humanitária.

2.2.3 Doações internacionais de alimentos

Em relação às doações internacionais de alimentos, realizadas por demanda, há uma coordenação entre a ABC e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública vinculada ao Mapa.

Em 2018, A CGCH coordenou o embarque de 3.960 toneladas de arroz beneficiado como parte do compromisso assumido pelo governo brasileiro com a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos para o Oriente Próximo (UNRWA) de doar 8 mil toneladas desse grão para a alimentação de refugiados palestinos residentes na Faixa de Gaza.

2.2.4 Doações internacionais de medicamentos

A doação de medicamentos e outros insumos, igualmente por demanda, é efetuada em parceria com o MS, órgão que avalia as demandas nacionais de cada medicamento para que não falte aos pacientes brasileiros.

Em 2017, a ABC coordenou 22 doações de medicamentos. Entre as diversas doações executadas, a CGCH coordenou, com apoio desse órgão, o envio de lote de medicamentos e vacinas à Representação da Organização Mundial da Saúde na Síria, para atendimento às vítimas do conflito armado no país; 100 mil doses de vacina contra a hepatite A para a Colômbia; 750 mil comprimidos de Atazanavir 300 mg para o Peru; e 10 mil doses de vacina para combater surto de sarampo da Venezuela, na região fronteira com Guiana e Roraima.

O Brasil, em 2017, doou medicamentos para os seguintes países: Armênia, Bolívia, Colômbia, El Salvador, Guiana, Guiana Francesa, Haiti, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Síria, Suriname, Uruguai e Venezuela.

De janeiro até abril de 2018, a ABC tem atuado em doações de medicamentos a diversos países e na resposta humanitária, em coordenação com a Casa Civil da Presidência da República e a Organização Internacional para Migrações (OIM) para a estratégia de interiorização de migrantes oriundos da Venezuela.

Entre as doações de medicamentos executadas em 2018, destacam-se as doações brasileiras ao governo do Peru – cem doses de vacina varicela, 375 mil

comprimidos do antirretroviral Atazanavir e 5 mil toneladas de larvicidas para o combate ao mosquito *Aedes Aegypti* – e aos refugiados sírios no Líbano – 44 mil insulinas humanas –, ambas com apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do MD.

2.2.5 Repasses aos organismos internacionais

No caso dos repasses a organismos internacionais, vale destacar que a CGCH participa como membro de organismos internacionais, a saber: FAO, PMA, ACNUR, OIM, OCHA, UNRWA e Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNISDR).

A ABC transferiu, em 2018, ao PMA recursos na ordem de R\$ 749,570 mil, sendo R\$ 380 mil para atendimento a famílias de refugiados na Argélia e R\$ 369.570 às vítimas de terremoto na Indonésia.

2.2.6 Ações de resposta humanitária e participações em missões

Como ações de resposta humanitária a desastres naturais e socioambientais em 2017, a ABC coordenou o repasse de recursos e a entrega de doações para populações afetadas no Chile, no Peru, no México, na Bolívia, em Dominica e no município de Pacaraima (RR). No Chile, com o apoio do MD, a ABC coordenou o envio de dois aviões Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira (FAB), com equipe de 27 militares e seis técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para auxílio no combate a incêndio. No Peru, a agência, em coordenação com os ministérios da Integração Nacional e da Defesa, acompanhou o envio de avião Hércules C-130 da FAB, com doação de 75 tendas operacionais para atendimento de novecentas pessoas desabrigadas na região de Piura, no norte do país.

Em 2018, o governo brasileiro atuou na Indonésia, e foram doados US\$ 100 mil às vítimas do terremoto e do maremoto subsequente que atingiram a província de Sulawesi Central, em setembro de 2018, em resposta ao apelo internacional lançado pelo governo indonésio.

No mesmo ano, o governo federal disponibilizou US\$ 100 mil aos refugiados saarauís que vivem em campo instalado em Tindouf, na Argélia, para garantir-lhes a segurança alimentar e nutricional. E, na Venezuela, foram doados R\$ 1 milhão à OIM e R\$ 4 milhões ao ACNUR para acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade em decorrência do fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Transferidos em dezembro de 2018, esses recursos foram destinados ao apoio a atividades dessas organizações internacionais no âmbito da estratégia de interiorização voluntária dos cidadãos venezuelanos, coordenada pelo governo federal.

Em 2018, o Brasil participou de reunião para elaboração de Mecanismos de Implementação da Estratégia Regional para Gestão de Desastres no Setor Agrícola e de Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e no Caribe 2018-2030 em La Antigua, Guatemala. A CGCH enviou representante à reunião de elaboração de mecanismo de implementação da referida estratégia, que teve lugar em La Antigua, Guatemala, nos dias 25 e 26 de abril de 2018, sob os auspícios do Mapa, da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), da FAO e do UNISDR. A reunião permitiu aprofundar o diálogo regional sobre a cooperação nessa área para complementar esforços nacionais de redução do risco de desastres no setor agrícola.

A CGCH também atendeu ao curso de capacitação da Unidade das Nações Unidas de Avaliação e Coordenação de Desastres (UNDAC), em Quito, Equador. Em novembro de 2018, a CGCH enviou representante para integrar delegação brasileira que participou de curso de capacitação da UNDAC, realizado pelo OCHA, na Unidade Escola de Missões da Paz do Equador, em Quito, de 25 de novembro a 7 de dezembro de 2018. O curso teve como objetivo treinar novos membros da UNDAC, com vistas a familiarizá-los com a metodologia da unidade, bem como prepará-los para mobilização a curto prazo em caso de desastres, sob a égide do OCHA, no trabalho de apoio a autoridades nacionais e às Nações Unidas em termos de resposta humanitária internacional coordenada.

3 IPEA

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia (ME) que provê assessoramento técnico e suporte institucional para os mais diversos entes do governo, mediante pesquisas aplicadas e análises voltadas a contribuir para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas nas mais diversas áreas de atuação do Estado brasileiro.

Em 55 anos de existência,⁶ o Ipea desenvolveu um vasto repertório de conhecimentos sobre a realidade brasileira e as políticas públicas no país, disponibilizando variado leque de opções analíticas e metodológicas para o tratamento de dados econômicos e sociais, subsidiando a formulação de políticas públicas.

As pesquisas desenvolvidas pela fundação estão estruturadas em projetos coordenados por sete diretorias temáticas⁷ que concentram boa parte da agenda

6. Criado em 1964, o Ipea foi instituído, posteriormente, pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

7. São elas: Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte); Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac); Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur); Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura (Diset); Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest); Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc); e Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Dides).

de pesquisa do instituto, realizando também a parte significativa da cooperação internacional da instituição.

Nesse sentido, a divulgação internacional de estudos e pesquisas (suas metodologias e técnicas), bem como o compartilhamento de parte do repertório de conhecimentos desenvolvidos no instituto nessas mais de cinco décadas de atuação constituem a essência da cooperação internacional prestada pelo Ipea, materializada mediante o intercâmbio de conhecimentos entre os pesquisadores da fundação e diversos atores internacionais.

No que diz respeito à cooperação internacional do Ipea, esta se dá pela participação de seus pesquisadores em eventos internacionais ou em eventos realizados no país com a participação de autoridades governamentais ou especialistas estrangeiros, tais como: conferências, congressos, seminários, oficinas e similares. A participação dos pesquisadores do Ipea nesses eventos tem como finalidade contribuir para o debate internacional sobre diversos temas, compartilhando, em diversos fóruns internacionais, saberes vinculados às pesquisas desenvolvidas no instituto.

Entre as pesquisas desenvolvidas no Ipea com alcance internacional e impacto sobre as iniciativas de cooperação internacional do instituto, conferindo-lhe substância, podem-se citar as pesquisas sobre: a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional; a agenda de cooperação internacional e BRICS;⁸ mecanismos de monitoramento e avaliação para a Cooperação Sul-Sul e Triangular; acompanhamento do ODS-17; estratégias e políticas de defesa e segurança cibernética; e políticas de defesa nacional e segurança no contexto da inserção internacional brasileira (quadro 1).

QUADRO 1

Agenda de pesquisas internacionais do Ipea segundo o objetivo – Brasil (2017-2018)

Pesquisa	Objetivo
Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi)	Desenvolver pesquisas relacionadas à cooperação internacional brasileira, descrevendo, classificando e quantificando as ações realizadas pelo Brasil, com o desenvolvimento de metodologia própria para a abordagem do tema.
Agenda de Cooperação Internacional e BRICS – Mecanismos de Monitoramento e Avaliação para a Cooperação Sul-Sul e Triangular: Lições do Brasil para a Agenda de Desenvolvimento pós-2015	Revisar as práticas de monitoramento e avaliação de diferentes instituições envolvidas na Cooperação Sul-Sul e Triangular do Brasil, examinando como essas práticas refletem princípios distintos da assistência oficial ao desenvolvimento dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e sistematizando suas principais lições, oportunidades e obstáculos, com vistas ao seu aperfeiçoamento no contexto da Agenda para o Desenvolvimento pós-2015.

(Continua)

8. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

(Continuação)

Pesquisa	Objetivo
Acompanhamento do ODS-17	Contribuir para a elaboração e o aprimoramento dos relatórios nacionais de acompanhamento dos ODS e estimular o debate sobre a <i>Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável</i> .
Estratégias e políticas de defesa e segurança cibernética	Contribuir para a avaliação e a proposição de políticas públicas na área de segurança e defesa cibernética.
Políticas de defesa nacional e segurança no contexto da inserção internacional brasileira	Contribuir para o debate sobre as políticas públicas na área de defesa nacional, fornecendo subsídios para formuladores de políticas públicas e integrantes civis/militares do governo federal com poder de decisão na área de defesa.

Fonte: Ipea Projetos.

Elaboração: Ipea.

Para além de seu significado interno, essa agenda de pesquisa converteu-se, internacionalmente, na participação de servidores do Ipea em vinte atividades internacionais, que variaram em formato, fóruns e destinos, mas compartilharam a característica geral de levar aos parceiros o conhecimento, as alternativas e as soluções metodológicas desenvolvidas no instituto.

Em termos de dimensionamento de gastos, isso implica considerar, no cálculo dos gastos do Ipea com cooperação internacional, três diferentes itens: horas técnicas de servidores e demais pesquisadores; passagens; e diárias pagas para que servidores pudessem participar de eventos internacionais.⁹

Em termos materiais, tal participação se realiza mediante a autorização de afastamento de servidores e demais pesquisadores do Ipea para o exterior, com o objetivo de representar a instituição e as pesquisas que foram desenvolvidas em congressos e eventos internacionais.

No que diz respeito às horas técnicas, servidores do Ipea dedicaram 8.504 horas a atividades de cooperação internacional, sendo 3.648 em 2017 e 4.856 em 2018 (tabela 2).¹⁰

9. As informações sobre gastos com passagens e diárias foram disponibilizadas pelo Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCPD), incluídos os valores finais referentes a cada afastamento do período levantado. Os gastos referentes à hora técnica dos servidores estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape), que é um sistema que integra os dados referentes à folha de pagamentos dos servidores. Assim, as horas técnicas foram calculadas a partir do salário bruto de cada servidor, incluindo os DAS (quando necessário), dividindo esse valor total pelos dias de trabalho úteis para que se possa chegar ao salário de um dia trabalhado para cada servidor. Dessa forma, pode-se calcular o valor da hora-técnica referente aos dias de afastamento, multiplicando pela quantidade de dias de duração da viagem, incluindo os dias de percurso com deslocamento.

10. Essas horas representam o tempo que foi gasto pelos técnicos do Ipea com a cooperação internacional.

TABELA 2

**Horas técnicas de servidores do Ipea na Cobradi segundo a região e o país – Brasil
(2017-2018)**

Região	País ¹	2017	2018	2017-2018
África	África do Sul	48	232	280
	Botsuana	-	40	40
	Egito	200	64	264
	Gana	-	48	48
	Moçambique	192	-	192
	Sudão	-	40	40
	Tanzânia	-	56	56
	Tunísia	120	-	120
	Marrocos e Egito	112	-	112
	Marrocos e Tunísia	-	112	112
	Quênia e África do Sul	-	56	56
América Latina e Caribe	Argentina	304	208	512
	Chile	128	-	128
	Colômbia	32	48	80
	Guatemala	64	-	64
	México	160	176	336
	Paraguai	24	-	24
	Peru	40	64	104
	Uruguai	176	128	304
América do Norte ²	Canadá	-	48	48
	Estados Unidos	728	736	1.464
Ásia	China	176	504	680
	Filipinas	-	136	136
	Índia	48	56	104
	Japão	72	-	72
	Libano	120	-	120
	Japão e Coreia do Sul	-	320	320

(Continua)

(Continuação)

Região	País ¹	2017	2018	2017-2018
Europa	Alemanha	40	40	80
	Áustria	128	80	208
	Bélgica	-	48	48
	Dinamarca	48	-	48
	Espanha	320	160	480
	França	40	152	192
	Holanda	72	40	112
	Hungria	48	-	48
	Itália	56	328	384
	País de Gales	-	40	40
	Portugal	48	-	48
	Reino Unido	-	432	432
	República Tcheca	56	-	56
	Suécia	-	112	112
Suíça	48	280	328	
Grécia e França	-	72	72	
Total		3.648	4.856	8.504

Fonte: SCDP.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Nos casos de afastamentos para mais de um destino, não foi possível discriminar as horas técnicas em cada país, mantendo-se o registro para o conjunto do afastamento.² Exceto México.

O afastamento de servidores para 43 diferentes países não deve ser interpretado, porém, como cooperação internacional com esses países, haja vista que, em muitos casos, trata-se de participação em eventos e reuniões em organizações internacionais sediadas ou a localização desses eventos, exigindo cautela na interpretação dos dados. Uma análise da agenda cumprida nos três principais destinos visitados entre 2017 e 2018 é ilustrativa nesse sentido.

Nos Estados Unidos, as 1.464 horas técnicas empenhadas no biênio envolveram o engajamento em dezoito atividades internacionais no período; a saber: visita (missão técnica) ao Programa Think Tanks de Pesquisa Econômica Aplicada e Escolas de Governo e Políticas Públicas; participação na 50ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento (CPD); na Sessão do Foro Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; no concurso de escolha do melhor projeto de ideia para redução da pobreza e em reuniões de trabalho com a equipe de pesquisadores do Blum Center for Poverty Alleviation e com professores da

University of California Irvine (UCI) e especialistas na área de energia fotovoltaica e pobreza; no *workshop* da Parceria de Aprendizado sobre Mudanças Transformacionais do Fundo de Investimentos para o Clima (CIF) e na Oficina de Trabalho da Parceria para Aprendizagem em Mudança Transformacional do CIF; no Encontro Anual do Fundo Monetário Internacional e no Encontro Anual da Missão ao Vale do Silício; na pesquisa sobre as Consequências Econômicas dos Concursos Públicos; no Ciclo Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal; na Rede Economia Política do Comércio Exterior em Países Latino-Americanos; no *Workshop* Internacional sobre Políticas Públicas; na VII Edição da Economia Mundial e do Brasil (com entrevista para Havard University); na Low-Emissions Solutions Conference (Conferência para Soluções de Baixas Emissões) e na Global Climate Action Summit (Cúpula Global de Ações Climáticas); e apresentação de trabalho na Reunião Anual do Conselho de Pesquisa em Transportes (TRB 2018) e na Transformando os Transportes (Transforming Transportation 2018), a convite da WRI – World Resources Institute (Instituto de Recursos Mundiais); na 59th International Studies Association Annual Convention (sobre a participação do Brasil na governança global da saúde), com a coordenação de mesa-redonda sobre o mesmo tema.

Na China, as 680 horas técnicas de servidores do Ipea contribuíram para a realização de agenda com os BRICS – com participação no Simpósio dos *Think Thanks* dos BRICS sobre Cooperação dos BRICS e Cadeia Global de Valor, e sobre Cooperação BRICS em Ciência, Tecnologia e Inovação; na 7ª Reunião do Subcomitê Econômico e Financeiro Brasil-China e na Reunião Ministerial dos BRICS; no evento Parceria BRICS mais Forte para a Nova Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – bem como para a participação de servidores da fundação em eventos internacionais, como o Fórum Wanshou 2018, o South-South Education Program for Economics and Finance, o simpósio *Intercâmbio entre os povos e os BRICS – o principal papel do governo e a interação interpessoal* e a Conferência G20, *globalização e a iniciativa cinturão e estrada: perspectivas para um futuro compartilhado*.

Na Argentina, por fim, foram 512 horas técnicas dedicadas: à participação no Seminário *DATAFIRM-LatAm* e no *Workshop Ferramentas para implementar acesso seguro e uso de dados administrativos ao nível de empresa por pesquisadores*; à participação na Missão para avanços Metodológicos na Análise de Incidência Fiscal: Instituto Compromisso com a Equidade (CEQ) – Universidade de San Andrés; à participação no Encontro Anual da Associação de Economia Latino-Americana e Caribenha (Lacea) e da Sociedade Latino-Americana de Econometria (Lames) de 2017 (apresentando o trabalho *O impacto das tecnologias digitais em tarefas rotineiras: as políticas são relevantes?*); à participação na Reunião Anual da Associação Econômica da América Latina e do Caribe e Reunião Latino-Americana da Sociedade Econométrica 2017 (apresentando o artigo *O contributo das empresas pode melhorar a eficácia do treinamento de trabalhadores? Evidências do Pronatec-MDIC do Brasil*);

à participação no Encontro Latino-Americano da Iniciativa FABLE (FABLE Latin American Regional Meeting); à participação no *Workshop* de Consulta do Relatório Global sobre Desenvolvimento Sustentável e da Cúpula *Think 20*; e à participação na Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais.

Uma análise da agenda cumprida nos três principais destinos visitados no biênio (Estados Unidos, China e Argentina) deixa clara a diversidade dos temas abordados e das parcerias desenvolvidas.

Importante observar que o Ipea teve, em 2017 e 2018, 151 afastamentos realizados no período, apenas 22 (cerca de 14,5%) tiveram diárias e passagens pagas pelo instituto, sendo que, em primeiro caso, o Ipea custeou apenas a passagem (ficando a diária por conta de outras fontes). Isso explica, ao menos em parte, o predomínio de gastos do Ipea com as horas técnicas (haja vista que essas se referem aos salários de técnicos e servidores pagos pelo instituto). Sugere também certa captura da agenda internacional da fundação em virtude da necessidade de complementação de recursos (na forma de diárias e passagens) para a realização das ações de cooperação internacional.

4 EMBRAPA

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada em abril de 1973 e vinculada ao Mapa, tem como objetivo desenvolver tecnologias, conhecimentos e informações técnico-científicas voltadas aos temas ligados à agricultura e à pecuária.

A entidade é uma instituição pública de pesquisa agropecuária com espírito global, que, ao longo da sua história, tem construído uma sólida rede de cooperação internacional, por meio de inovação tecnológica focada na geração de conhecimento e tecnologia para a agropecuária brasileira.

Atualmente, a Embrapa está presente em todos os continentes, por meio de parcerias com algumas das principais instituições e redes de pesquisa do mundo. Sob a coordenação da sua Gerência de Relações Estratégicas Internacionais, ligada à Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas (Sire/Grei), contribui com a política externa brasileira em diferentes modalidades.

A cooperação tem possibilitado à empresa trabalhar com instituições de pesquisa internacionais no desenvolvimento de projetos de interesse mútuo. Essas interações trazem visibilidade para as tecnologias desenvolvidas pela casa, especialmente àquelas voltadas para regiões tropicais. Além disso, possibilitam aos pesquisadores da Embrapa intercâmbio fundamental para que novas tecnologias sejam incorporadas ao agronegócio brasileiro.

Nesse sentido, vários instrumentos de cooperação têm sido utilizados, tais como: cooperação bilateral, cooperação multilateral (como em diversos centros do

Consultative Group on International Agricultural Research – CGIAR)¹¹ e os laboratórios virtuais da Embrapa no exterior (Labex) – atualmente há dois em funcionamento: nos Estados Unidos, em Washington, e na Europa, mais precisamente na França, em Montpellier. Há outras iniciativas de cooperação científica em andamento, como a recente cooperação estabelecida com o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária da Argentina (Inta), por exemplo. Ainda, a Sire/Grei participa auxiliando tecnicamente o Mapa e o MRE em reuniões das convenções e tratados das Nações Unidas. Cada instrumento tem sua peculiaridade e estratégia específica de atuação.

O Programa Embrapa Labex Estados Unidos – Acordo de Cooperação entre a Embrapa e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), por intermédio do Agricultural Research Service (ARS), para execução de atividades de pesquisa conjunta.

O Programa Embrapa Labex Estados Unidos usa parcerias criativas para desenvolver conhecimentos e tecnologias de interesse comum entre o Brasil e os Estados Unidos em complementaridade à missão da Embrapa no desenvolvimento sustentável e na manutenção da competitividade do agronegócio brasileiro. Desde 1998, o Labex Estados Unidos estabelece parcerias com instituições de pesquisa americanas em áreas que contemplam problemas e temas de interesse comum para os dois países, como recursos genéticos, saúde animal, biotecnologia, compostos bioativos, recursos naturais e doenças de plantas, melhoramento preventivo, entre outros.

O Programa Embrapa Labex Europa é um contrato de cooperação técnica entre a Embrapa e a Associação Agrópolis da França para a execução de atividades conjuntas com instituições europeias. Neste programa, diversas atividades têm sido desenvolvidas, desde 2002, em cooperação com instituições europeias. Atualmente há projetos e ações de cooperação com instituições da França, da Holanda, da Alemanha, do Reino Unido e da própria União Europeia.

As áreas de pesquisa contemplam desafios e temas de interesse comum, como genômica, sanidade animal e vegetal, melhoramento preventivo e outros. Desafio recente para o Labex Europa é a coordenação da participação da Embrapa nas chamadas públicas da União Europeia, oportunidades de desenvolvimento de projetos de pesquisa conjunto com instituições europeias de pesquisa.

Outra vertente de atuação da Embrapa é na política externa brasileira, especialmente em apoio às ações da ABC, órgão do MRE responsável pela implementação da cooperação técnica brasileira.

Nessa vertente, a Embrapa tem atuado para atender a demandas de cooperação técnica externas (cooperação prestada) do governo brasileiro e a demandas

11. Organização internacional cuja missão é coordenar os programas de pesquisa agrícola internacional, com o objetivo de reduzir a pobreza e alcançar a segurança alimentar nos países em desenvolvimento por meio da pesquisa em agricultura.

internas da Embrapa de cooperação técnica (cooperação recebida), bem como atuar pontualmente no apoio a negócios tecnológicos da própria empresa.

No continente africano, entre 2017 e 2018, a Embrapa executou, por solicitação da ABC, dois projetos ligados ao desenvolvimento do setor algodoeiro:¹²

- Programa de Apoio Técnico para o Desenvolvimento da Cotonicultura na África, conhecido como Projeto Cotton 4 + Togo, envolvendo cinco países do oeste da África – Mali, Benim, Burquina Faso, Chade e Togo.
- Projeto de Desenvolvimento da Cotonicultura em Moçambique e Malawi – Projeto Cotton Shire-Zambeze.

Além desses projetos, a Embrapa atuou, também, nos seguintes países (projetos de curta duração, sob coordenação da ABC e pertencentes à plataforma Agricultural Innovation Marketplace): Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Gana, Guiné Bissau, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, Tanzânia, Tunísia e Uganda.

Na América Latina e no Caribe, três projetos voltados para o setor algodoeiro destacaram-se: um na Colômbia, um no Paraguai e um no Peru. Ainda, foram executados projetos ligados ao Programa Trilateral (ABC-USAID-Embrapa)¹³ de cooperação em Honduras, nas áreas de gergelim, apicultura, caju e segurança alimentar. Além dos países citados, na América Latina, a Embrapa atuou, também, nos seguintes países (projetos de curta duração sob coordenação da ABC e pertencentes à plataforma Agricultural Innovation Marketplace): Argentina, Belize, Bolívia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, Guatemala, Guiana, México, Nicarágua, Suriname, Uruguai e Venezuela.

No que diz respeito às horas técnicas disponibilizadas pelos colaboradores da Embrapa em ações de cooperação internacional, registre-se o total de 88.165 horas em 2017 e 2018, sendo 50.447 horas em 2017 e 37.688 horas em 2018. Os principais países beneficiados foram Estados Unidos, França, Colômbia e Alemanha. Na África, destacam-se Moçambique, Malawi e Uganda. Na América Latina e no Caribe, foram Colômbia e Argentina.

Vale registrar que a Embrapa esteve presente em todos os continentes e em diversos países do mundo, tanto em países em desenvolvimento quanto em países desenvolvidos.

12. Projetos financiados com recursos oriundos do contencioso do algodão. Iniciada pelo Brasil em 2002, a disputa envolveu subsídios domésticos concedidos pelos Estados Unidos a seus produtores de algodão, bem como os programas de garantias de crédito à exportação, considerados incompatíveis com o Acordo de Agricultura e o Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC. O acordo final envolveu o pagamento de recursos que foram utilizados na cooperação internacional em terceiros países, principalmente africanos.

13. USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

TABELA 3
Horas técnicas de profissionais da Embrapa dedicadas à cooperação internacional
segundo região e país – Brasil (2017-2018)

Região	País ¹	2017	2018	2017-2018
África	África do Sul	264	472	736
	África do Sul-Moçambique	-	304	304
	Benin	-	200	200
	Burkina Faso	384	-	384
	Cabo Verde	-	312	312
	Camarões	216	-	216
	Etiópia	128	840	968
	Etiópia-Tanzânia	120	-	120
	Gana	648	312	960
	Gana-Nigéria	160	-	160
	Guiné-Bissau	160	-	160
	Marrocos	112	-	112
	Mali	120	-	120
	Malawi	-	96	96
	Malawi-Moçambique	1.336	120	1.456
	Moçambique	704	416	1.120
	Nigéria	160	128	288
	Quênia	256	40	296
	Ruanda	-	64	64
	Senegal	-	40	40
Sudão do Sul	-	144	144	
Tanzânia	224	176	400	
Togo	-	208	208	
Togo-Malawi	320	-	320	
Togo-Benin	376	-	376	
Uganda	456	960	1.416	
Zimbábue	64	400	464	
Zimbábue-Etiópia	-	112	112	
América Latina e Caribe	Argentina	1.320	1.288	2.608
	Argentina-Uruguai	40	-	40
	Bolívia	640	224	864
	Chile	1.056	-	1.056
	Colômbia	2.381	1.520	3.901
	Colômbia-Costa Rica	104	-	104
	Colômbia-El Salvador	224	-	224
	Costa Rica	560	344	904
	Cuba	184	-	184
	El Salvador	184	-	184

(Continua)

(Continuação)

Região	País ¹	2017	2018	2017-2018
América Latina e Caribe	Equador	88	312	400
	Guatemala	296	40	336
	Guiana	72	-	72
	Guiana-Venezuela	96	-	96
	Guiana Francesa	208	48	256
	Haiti	152	424	576
	Honduras-El Salvador	112	-	112
	México	1.240	632	1.872
	Nicarágua	48	-	48
	Nicarágua-Colômbia	152	-	152
	Panamá	80	456	536
	Panamá-Guatemala	-	112	112
	Paraguai	408	528	936
	Paraguai-Argentina	-	96	96
	Peru	1.064	1.376	2.440
	Porto Rico	80	-	80
	Suriname	640	568	1.208
	Uruguai	1.352	880	2.232
	Venezuela	-	48	48
América do Norte	Canadá	2.056	648	2.704
	Canadá-Estados Unidos	288	-	288
	Estados Unidos	13.268	5.144	18.412
	México-Estados Unidos	120	-	120
Ásia	Bangladesh	-	72	72
	Cazaquistão	-	56	56
	China	984	1.256	2.240
	China-Itália	96	-	96
	Emirados Árabes	88	152	240
	Filipinas	72	-	72
	Índia	64	696	760
	Israel	48	56	104
	Japão	88	80	168
	Malásia	416	-	416
	Paquistão	-	224	224
	Qatar	88	-	88
	Singapura	80	72	152
	Tailândia	224	48	272
	Turquia	80	160	240
	Turquia-Israel	-	120	120
	Uzbequistão	96	-	96
Vietnã-Laos	120	-	120	

(Continua)

(Continuação)

Região	País ¹	2017	2018	2017-2018
Europa	Alemanha	1.688	1280	2.968
	Alemanha-Bélgica	232	-	232
	Alemanha-França	-	112	112
	Alemanha-Itália	576	-	576
	Áustria	112	64	176
	Azerbaijão	64	-	64
	Bélgica	296	168	464
	Croácia	-	128	128
	Dinamarca	216	256	472
	Escócia	344	-	344
	Espanha	856	496	1352
	França	4.056	5.792	9.848
	França-Noruega	-	120	120
	França-Reino Unido	240	-	240
	Grécia	-	72	72
	Grécia-Escócia	-	328	328
	Holanda	200	456	656
	Holanda-Alemanha	-	112	112
	Holanda-França	-	56	56
	Hungria	48	424	472
	Irlanda	192	184	376
	Itália	1.136	1.384	2.520
	Itália-Portugal	-	464	464
	Luxemburgo-Portugal	64	-	64
	Noruega	-	72	72
	Noruega-Suécia-Espanha-França	-	96	96
	Polônia	184	304	488
	Polônia-Hungria-Romênia	-	104	104
	Portugal	752	384	1.136
	Portugal-França	-	96	96
	Reino Unido	1.244	1.112	2.356
	Reino Unido-França	-	96	96
	República Tcheca	56	-	56
Romênia	64	-	64	
Rússia	80	-	80	
Suécia	208	-	208	
Suécia-França	256	-	256	
Suíça	48	504	552	
Total		50.477	37.688	88.165

Fonte: SCDP.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Nos casos de afastamentos para mais de um destino, não foi possível discriminar as horas técnicas em cada país, mantendo-se o registro para o conjunto do afastamento.

Considerando-se os valores expressivos gastos em cooperação internacional, bem como as horas técnicas disponibilizadas, fica patente a relevância da atuação internacional da Embrapa em diversos temas, como intercâmbio de germoplasma, transferência de tecnologia de produção de culturas alimentares, fibras biocombustíveis (etanol e biodiesel) e modelos institucionais de pesquisa e desenvolvimento, entre tantos outros.

5 ANA

A Agência Nacional das Águas (ANA),¹⁴ autarquia federal vinculada ao MDR, é responsável pela implementação da gestão dos recursos hídricos brasileiros. A agência executa sua cooperação para o desenvolvimento no âmbito da gestão de recursos hídricos a partir de projetos estabelecidos tanto de forma bilateral quanto trilateral.

As ações de cooperação internacional executadas pela ANA em 2017 e 2018 apresentam um amplo conjunto de projetos que se enquadram em ações bilaterais com países em desenvolvimento e países desenvolvidos, projetos com organismos multilaterais, além de iniciativas com blocos regionais, tratados e instituições internacionais que tratam de gestão integrada de recursos hídricos.

Entre as atividades atribuídas à ANA, destacam-se o intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre a gestão de recursos hídricos, a capacitação de técnicos em temas relevantes de gestão e a capacitação para o uso de equipamentos voltados ao monitoramento da quantidade e da qualidade da água e para a previsão de eventos hidrológicos críticos, como secas e inundações.

As ações de cooperação internacional da ANA no tema da gestão de recursos hídricos têm contribuído, igualmente, para o cumprimento de compromissos assumidos pelo governo brasileiro em foros internacionais, como a Reunião dos Governadores do Conselho Mundial da Água, realizado em Baku, no Azerbaijão, em 2017.

Entre as várias vertentes da gestão de recursos hídricos, as ações atuais incorporam questões como a governança da água no cenário internacional, os eventos extremos (secas e enchentes), a segurança hídrica, as metas de desenvolvimento sustentável (Objetivos do Milênio – ODM e ODS) e os impactos nos recursos hídricos causados pelas mudanças climáticas. Todas estas questões guardam relação com temas importantes da agenda ambiental e agenda internacional da entidade.

Em 2017 e 2018, a ANA manteve ações de cooperação para o desenvolvimento nas Américas do Sul, Central e do Norte, no Caribe, na CPLP e em outros países, como Coreia do Sul e China. A ênfase nas ações de cooperação técnica é, sobretudo, com os países da América do Sul, uma vez que a maior parte das fronteiras do Brasil é definida por rios.

14. Para mais informações sobre o marco jurídico da ANA, suas atribuições, suas competências e seus objetivos, ver Bezerra Lima, Viana e Pereira Júnior (2018, p. 107).

Em relação aos países, a agência cooperou com Argentina, Bolívia, Coreia do Sul, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, países caribenhos, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), República Dominicana, Suriname e Uruguai.

Com os Estados Unidos, participou de visitas técnicas às instalações da United States Geological Survey (USGS), situadas nos estados da Geórgia e do Colorado. Também participou de missão técnica ao Centro de Ciências Hídricas do Serviço Geológico. Além disso, participou da implementação de memorandos de entendimento com China e Coreia do Sul.

Com alguns países caribenhos, técnicos da ANA participaram como instrutores do Curso de Planejamento, Implantação e Operação de Redes de Monitoramento de Águas Superficiais. O objetivo foi capacitar técnicos envolvidos na gestão dos recursos hídricos para planejamento, implantação e operação de redes de monitoramento de águas superficiais, assim como intercambiar experiências na área.

Entre esses projetos, está um projeto que a ANA, em parceria com a ABC, desenvolveu com a Nicarágua. O projeto *Apoio ao desenvolvimento de gestão e sistema de informação de recursos hídricos na Nicarágua* permitiu discussões técnicas entre a Autoridade Nacional de Água (ANA Nicarágua) e a Agência Nacional de Águas do Brasil. A ANA Nicarágua manifestou o interesse em aprofundar temas como reúso de água subterrânea, sistemas de informação de águas subterrâneas, gestão de águas subterrâneas, fluxos ambientais, metodologias para o cálculo de balanço hídrico e gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, ampliando, assim, o alcance inicialmente previsto para o projeto.

Outro projeto executado pela ANA nesse período, em parceria com a ABC, foi um *workshop* sobre gerenciamento de recursos hídricos, em Dominica. O evento *Water Resources Workshop*, ocorreu na capital Roseau, foi financiado com recursos da ANA/ABC e contou com apoio da Companhia Dominica Water and Sewerage (DOWASCO). Participam 21 técnicos, representando quatorze países da Comunidade do Caribe (Caricom). Os temas tratados durante o *workshop* foram *preservação e conservação de água, redução da erosão do solo, sedimentação de fontes de água, planejamento de redes hidrometeorológicas e gestão e operação de redes hidrometeorológicas para a qualidade da água*.

A ANA participou do IX Encontro da Iniciativa de Governança da Água da OCDE e da apresentação dos resultados preliminares do Diálogo Político ANA-OCDE, *Setting and governing pricing instruments for water management in Brazil*. Além disso, contribuiu para a realização de reunião específica no âmbito do referido diálogo, com vistas a aprofundar as discussões sobre temas de interesse da ANA, como: infraestrutura de saneamento, planejamento de recursos hídricos, cobrança pelo uso da água etc.

É importante destacar que 2017 foi um ano atípico para a ANA em termos de ações internacionais, pois a agência teve papel protagonista na preparação e realização do VIII Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília em março de 2018, e que se traduziu na maior edição de todos os fóruns já realizados.

Dessa forma, com previsão da realização, em 2018, do VIII Fórum Mundial da Água, no Brasil, a ABC e a ANA desenvolveram, em 2017, a atividade regional *Participação de Instituições relacionadas à gestão de recursos hídricos da América Latina e Caribe em ações preparatórias e no VIII Fórum Mundial da Água 2018*. A ação conjunta teve por objetivo fortalecer tecnicamente as instituições participantes, voltadas à gestão dos recursos hídricos em países da América Latina e do Caribe, por meio da cooperação técnica. Em 2017, foram realizadas oficinas regionais, abrangendo os países das Américas do Sul e Central e o Caribe.

Em 2018, o principal evento internacional da ANA foi, portanto, o próprio VIII Fórum Mundial da Água,¹⁵ que contribuiu para o diálogo do processo decisório sobre a água em nível global, visando ao uso racional e sustentável desse recurso. Por sua abrangência política, técnica e institucional, o fórum teve como uma de suas características principais a participação aberta e democrática de um amplo conjunto de atores de diferentes setores, traduzindo-se em um evento de grande relevância na agenda internacional. A realização do VIII Fórum Mundial da Água no Brasil em 2018, na cidade de Brasília, foi a primeira edição do fórum no hemisfério sul, e isto significa um reconhecimento ao fortalecimento e à participação de países em desenvolvimento em discussões de âmbito global, notadamente no que se refere ao uso dos recursos hídricos.

Durante o VIII Fórum Mundial da Água, os participantes foram envolvidos em atividades e discussões sobre o tema em diversas vertentes, tais como água e energia, economia, alimentos, cidades e ecossistemas, debates políticos entre autoridades governamentais e parlamentares e grupo focal de sustentabilidade.

A ANA também participou de Missão Técnica da Superintendência de Tecnologia da Informação na cidade de Middleton, estado de Wisconsin, Estados Unidos, para visita às instalações do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), instalações do Enterprise Technology Office (ETO).

É importante destacar a abrangência da atuação internacional da ANA nesse biênio estudado. Esta agência executou projetos de cooperação técnica com países

15. O Fórum Mundial da Água é o maior evento sobre água do mundo. Internacionalmente conhecido, é organizado a cada três anos pelo Conselho Mundial da Água, em colaboração com autoridades do país e da cidade-sede. O evento tem como missão "promover a conscientização, construir compromissos políticos e provocar ações em temas críticos relacionados à água para facilitar a sua conservação, proteção, desenvolvimento, planejamento, gestão e uso eficiente, em todas as dimensões, com base na sustentabilidade ambiental, para o benefício de toda a vida na terra" (ANA, 2019, p. 27).

em desenvolvimento, no âmbito da estratégia de Cooperação Sul-Sul do Brasil, especialmente na América Latina e no Caribe e com os países da CPLP.

No âmbito da cooperação multilateral, a agência conduziu ações de âmbito regional, especialmente com os países amazônicos, com a participação da OTCA. O Projeto Amazonas: ação regional na área de recursos hídricos foi criado em 2012, no contexto da Cooperação Sul-Sul, para fortalecer a gestão dos recursos hídricos e promover a integração e a cooperação técnica entre os países amazônicos, visando ao planejamento e à execução de atividades estratégicas de proteção e gestão dos recursos hídricos transfronteiriços. Além disso, esta articulação institucional procura uma maior nivelção nas capacidades instaladas das entidades envolvidas com os recursos hídricos amazônicos.

Outra iniciativa conduzida pela ANA na região amazônica é o Projeto GEF¹⁶ Amazonas. Trata-se de uma iniciativa regional criada pelos países-membros da OTCA. O projeto tem como objetivo fortalecer o marco institucional de planejamento e execução de atividades estratégicas de proteção e gestão sustentável dos recursos hídricos na bacia amazônica.

Além disso, a ANA tem projetos de cooperação multilateral com organismos do Sistema Nações Unidas, como UNESCO, PNUMA, PNUD, Organização Meteorológica Mundial (OMM) e Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), com a OCDE, além de outras instâncias internacionais, como o Conselho Mundial da Água, a Rede Latino-Americana de Organismos de Bacias (Relob), a Conferência de Diretores Ibero-Americanos da Água (Codia), o Instituto Interamericano da Água (IICA), o Projeto GEF, a Parceria Mundial pela Água (GWP), entre outras.

Com a AIEA, a ANA desenvolveu curso básico sobre isótopos na gestão de recursos hídricos, estabeleceu oficina para planejamento da Rede Mundial para Monitoramento Isotópico de Águas da Chuva (GNIP, no Brasil, e uma oficina sobre avaliação da situação de progresso dos estudos nos aquíferos Urucua e Verde Grande.

6 CONAB

A Companhia Nacional de Abastecimento¹⁷ atua na cooperação para o desenvolvimento mediante a mobilização de seus quadros técnicos em missões internacionais de natureza diversa e pela participação na cooperação humanitária demandada pela ABC/MRE.

16. Global Environment Facility.

17. Para mais informações sobre a Conab e sua vinculação, ver Bezerra Lima, Viana e Pereira Júnior (2018, p. 189).

As missões internacionais realizam-se mediante participação em seminários, eventos, visitas de campo, celebração de acordos, reuniões, troca de experiências e outras ações com instituições parceiras em países variados, desde Estados Unidos e Canadá até Bolívia, Paraguai e El Salvador.

A atuação da Conab/Diretoria de Operações e Abastecimento nas atividades da cooperação humanitária refere-se à doação de itens de primeira necessidade destinados a países beneficiários, majoritariamente na América Latina e África.

Nesse cenário, a instituição atua na capacitação de instituições de países de menor desenvolvimento, mediante demanda da ABC/MRE e de organismos internacionais. Ademais, a Conab agrega a função de representar o Brasil nas reuniões da Organização de Informações de Mercado das Américas¹⁸ (Oima) e no IICA.¹⁹ Contribui ainda para a formulação de propostas de cooperação humanitária da ABC/MRE.

6.1 Missões internacionais

A Conab participa de eventos internacionais sobre a produção agrícola global; perspectivas de preços e rendas agrícolas; gestão de risco na agricultura; comércio internacional; capacitação de técnicos em sistemas de informações agrícolas; instrumentos de política agrícola; e no compartilhamento de experiências no desenvolvimento de segurança alimentar, entre outros.

A companhia representa o Brasil em diálogos regionais e grupos de trabalho; fóruns; reuniões internacionais; e redes de sistemas públicos, em países como Argentina, Bolívia, Paraguai, Estados Unidos, Itália, Gana e El Salvador.

A cooperação com o Ministério de Cooperação para o Desenvolvimento de El Salvador realizou-se por meio de viagem técnica para levantamento de informações e intercâmbio com o governo e demais entes locais em articulação com a ABC.

Nos Estados Unidos, o Brasil participou de *workshop* de mapeamento de áreas cultivadas utilizando imagens Landsat no Departamento de Ciências Geográficas da Universidade de Maryland (Estados Unidos), no âmbito do Grupo de Monitoramento Agrícola Global, com foco em produzir mapeamentos em escala nacional das áreas dos países participantes, em Washington.

18. Rede de cooperação formada por instituições governamentais com o objetivo de coletar e disponibilizar dados sobre os mercados de *commodities* agrícolas para apoiar a formulação de políticas públicas.

19. Organização do Sistema Interamericano que apoia os Estados-membros na busca pelo desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural. Ver mais informações em: <<https://www.iica.int/pt>>.

6.2 Cooperação humanitária

A Conab integra o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional²⁰ empreendido pelo Brasil por meio da participação do Mapa.

A contribuição na cooperação humanitária brasileira realizou-se somente em 2018, com a doação de arroz *in natura* para a UNRWA,²¹ com um total estimado em 3,960 milhões de quilos.

7 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A Caixa Econômica Federal (Caixa), instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao ME, exerce um papel fundamental no desenvolvimento urbano do país, uma vez que atua em setores como saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços.

No que diz respeito à atuação internacional da Caixa, o foco de sua atuação tem sido projetos com países da África, da América Central, da América do Sul e do Oriente Médio, com atividades baseadas na assistência técnica e capacitação de pessoas e com o objetivo de buscar o desenvolvimento local sustentável, a qualificação de processos e mão de obra por meio de novas metodologias, novas competências e transferência de tecnologias.

A trajetória de internacionalização da empresa teve início em 1997, com as primeiras operações no mercado de câmbio para viabilizar o fluxo de recursos de financiamentos destinados a obras de habitação, saneamento e infraestrutura, provenientes de organismos multilaterais de crédito.

Uma das iniciativas foi o desenvolvimento do Programa de Remessas da Caixa, para atender aos anseios das comunidades brasileiras no exterior, a fim de reduzir as taxas bancárias cobradas para envio de remessas e, conseqüentemente, levar à ampliação do número de transferências legais para o Brasil.

Nessa perspectiva, e com o objetivo de implantar essa e outras ações de atuação no exterior, foi criada a Área Internacional, em 2006, cuja responsabilidade era integrar e coordenar todas as ações decorrentes da estruturação das atividades da Caixa no mercado exterior. Os eixos de atuação definidos foram:

- remessas internacionais;
- recepção de missões técnicas e diplomáticas;

20. Para mais informações sobre a conformação do grupo de trabalho e da atuação do Brasil na cooperação humanitária, ver a seção referente à CGCH deste documento.

21. A UNRWA provê assistência e proteção para 5,5 milhões de refugiados palestinos. A agência trabalha em áreas como saúde, educação, serviços sociais, melhoria de infraestrutura, microfinanças e assistência emergencial. Para mais informações, ver: <<https://www.unrwa.org/>>.

- representatividade externa e filiações internacionais;
- cooperação internacional – técnica e financeira;
- escritórios de representação da Caixa no exterior;
- relacionamento com instituições financeiras internacionais; e
- gestão de participação em eventos internacionais.

Considerando o papel da Caixa e sua busca por projeção no cenário internacional, missões comerciais e governamentais passaram a visitar a empresa na expectativa de construir parcerias, propor intercâmbios de conhecimento e novos projetos nos mais diversos campos de atuação, em reconhecimento à *expertise* da Caixa como banco de desenvolvimento urbano, agente operador de políticas públicas de transferência de benefícios e importante instrumento de inclusão financeira.

Em 2017 e 2018, destacaram-se as missões descritas a seguir. A Missão do Ministério da Economia e Finanças de Moçambique (MEF), realizada paralelamente ao projeto de cooperação técnica, que teve por objetivo tratar de temas ligados à gestão dos municípios, sob o enfoque da *expertise* da Caixa. Para a delegação moçambicana, o intuito principal do intercâmbio foi observar e colher experiências que subsidiassem o processo de descentralização e desconcentração administrativa e fiscal em curso naquele país. A delegação moçambicana contou com a participação de técnicos do MEF, da Direção Nacional de Planificação e Orçamento, do Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (Mitader) e funcionários do PNUD-Moçambique.

A Caixa também recebeu uma comitiva do programa Better than Cash Alliance, das Nações Unidas de Nova Iorque: o objetivo da missão era conhecer a implementação e a gestão do Programa Bolsa Família (PBF), a política brasileira de inclusão financeira, o modelo dos correspondentes bancários e o uso do Cadastro Único para a distribuição de benefícios sociais. A comitiva era composta por quatorze participantes, incluindo convidados das Nações Unidas provenientes de Gana, da Etiópia, de Bangladesh, das Filipinas, da Índia e da Colômbia; entre eles, representantes do Ministério da Fazenda (MF), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ou do Banco Central dos respectivos países.

Nesse período, também houve uma visita do secretário-geral e do economista-chefe da Associação Latino-americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide), os quais visitaram o presidente da Caixa para assuntos institucionais vinculados à natureza de atuação daquela instituição, qual seja, o intercâmbio de experiências e práticas financeiras, bem como a divulgação de produtos, serviços, normas, investimentos e oportunidades de negócios oriundas de outras entidades nacionais e internacionais, a

fim de contribuir para o desenvolvimento regional, a cooperação financeira e os negócios na América Latina. Enquanto associada àquela instituição, a Caixa participou de seminários e fóruns, e foi premiada na edição de 2012 do Prêmio Alide de melhores práticas financeiras, na categoria *Informação, assistência técnica e responsabilidade social*, como reconhecimento pela iniciativa denominada *Programa Caixa Melhores Práticas em Gestão Local*.

A Caixa também participou de seminário sobre inclusão financeira com o Banco Mundial e o Banco Central da Etiópia, no qual apresentou suas boas práticas às comitivas dessas instituições. A delegação veio ao Brasil como parte da capacitação em *Finanças digitais e correspondentes não bancários*, no âmbito da ação *Estratégia para Inclusão Financeira Nacional*, desenvolvida pelo governo da Etiópia em parceria com o Banco Mundial, com o intuito de conhecer a experiência brasileira sobre o tema. A Caixa compartilhou as lições apreendidas no acesso aos beneficiários do PBF, a experiência com o modelo de correspondentes bancários e uma exposição das soluções dos canais digitais da Caixa para promoção da inclusão financeira.

Outro tema de destaque da atuação internacional da Caixa diz respeito à representatividade externa e às filiações internacionais. A representatividade externa tem caráter estratégico para a Caixa, sendo conduzida de forma a obter resultados positivos e incrementar o relacionamento institucional.

No período de 2017 a 2018, a Caixa manteve a filiação com órgãos e associações a seguir.

- 1) Associação Internacional para o Desenvolvimento da Engenharia de Custos (Association for the Advancement of Cost Engineering – AACE): a instituição tem por objetivo o aperfeiçoamento de técnicas e de conhecimento na área de engenharia de custos, por meio da oferta de consultoria técnica, produtos educacionais, eventos e certificações. Como associada, a Caixa possibilita a atualização de seu corpo técnico e o incremento contínuo da ferramenta Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), cuja gestão compartilha com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que, pelo seu caráter precursor, é utilizada como referência nacional e internacional por profissionais e empresas de construção civil.
- 2) Brazilian-American Chamber of Commerce (BACC): com sede em Nova Iorque, a Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos é uma instituição sem fins lucrativos e uma associação não governamental. Sua missão é promover o vínculo comercial, cultural e de investimentos entre as comunidades comerciais dos dois países. Além disso, atua como instituição promotora de fóruns de aprendizagem sobre as oportunidades recentes de desenvolvimento no Brasil e funciona como fonte de referência para brasileiros e

norte-americanos sobre as práticas de negócios atuais. A Caixa interage com a BACC por meio de seu escritório de representação no exterior (Escritório de Representação da Caixa nos Estados Unidos – EREUA).

- 3) Biometrics Institute: a missão desse instituto é promover o uso ético e responsável da biometria e da análise biométrica, atuando como fórum independente e imparcial para discussões sobre o tema.
- 4) Corporación Iberoamericana de Loterías Y Apuestas de Estado (Cibela): o objetivo principal da Cibela é estimular a integração regional e promover diversas atividades visando à melhoria, modernização e otimização das operações relacionadas a loterias e jogos. O Brasil é membro da Cibela desde a sua fundação, em 1988.
- 5) Climate Action: o PNUD promove atividades voltadas à execução deste 13º ODS, e a Caixa participa como uma das instituições engajadas nas ações relacionadas em seu campo de atuação.
- 6) Cities Alliance (Unops): a Aliança das Cidades é uma parceria global constituída pelo Banco Mundial e pelo Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) que busca promover investimentos e intercâmbio de informações entre governos locais, além de estabelecer diversas políticas e recomendações para mitigar a pobreza urbana em países em desenvolvimento. O Brasil integra essa parceria desde 2004, e a Caixa é uma das instituições participantes.
- 7) Green Climate Fund (GFC): o Fundo Verde para o Clima é uma iniciativa global constituída exclusivamente para responder às mudanças climáticas, por meio de investimentos em desenvolvimento de baixo carbono e resiliência climática. O Brasil é um dos 194 países participantes da iniciativa; em 2018, a Caixa iniciou processo de acreditação para tornar-se instituição participante.
- 8) International Function Point Users Group (IFPUG): a missão do Grupo Internacional de Usuários de Pontos de Função é ser um líder mundialmente reconhecido na promoção e no incentivo da gestão efetiva do desenvolvimento de *softwares* e aplicativos, bem como de suas atividades de manutenção, por meio do estabelecimento de padrões de mensuração e outras técnicas de avaliação.
- 9) Pacto Global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: a visão que orienta a atuação do PNUD em todo o mundo é a de apoiar os países a erradicar a pobreza e reduzir significativamente as desigualdades e a exclusão social. Nesse sentido, a iniciativa do Pacto Global foi lançada pelo PNUD em 2000 pelo então secretário-geral das Nações

Unidas, Kofi Annan, como um chamado para as empresas alinharem suas estratégias e operações a dez princípios universais – baseados em direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção – e para desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. É, hoje, a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 13 mil membros, em quase oitenta redes locais, que abrangem 160 países.

- 10) Principles for Responsible Investment Association (PRI): a Associação para os Princípios do Investimento Responsável busca estudar as implicações dos investimentos sobre os fatores ambientais, sociais e de governança, além de prestar apoio à sua rede internacional de investidores na incorporação desses fatores em suas decisões sobre investimentos e aquisições.
- 11) The Equator Principles Association: os Princípios do Equador compõem um método de gerenciamento de risco para definir, avaliar e gerenciar os riscos ambientais e sociais inculidos em projetos. A associação procura oferecer um padrão mínimo para a diligência prévia e o monitoramento para apoiar a tomada de decisão responsável sobre riscos.
- 12) Unión Interamericana para la Vivienda (Uniavivi): a União Interamericana pela Habitação é um organismo internacional não governamental sem fins lucrativos que reúne instituições públicas e privadas em prol da promoção e regulação do desenvolvimento habitacional e da gestão urbana no continente americano.
- 13) World Lottery Association (WLA): a Associação Mundial de Loterias é uma organização associativa criada com o intuito de alavancar os interesses das loterias oficiais governamentais. Busca atuar como um ponto de referência de boas práticas, padrões éticos e de serviços educacionais nesse âmbito.
- 14) World Water Council (WWC): o Conselho Mundial sobre a Água é uma plataforma internacional multi-institucional cuja missão é mobilizar ações em prol das questões críticas sobre a água em todos os aspectos – incluindo os mais altos níveis de tomada de decisão –, além de incentivar os indivíduos ao debate e desafiar o pensamento comum. O conselho também traz enfoques sobre as dimensões políticas de segurança, adaptação e sustentabilidade dos recursos hídricos.

7.1 Cooperação técnica internacional

A Caixa exerce um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Brasil, por meio da atuação em setores como saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços. Nesse sentido, definiu como um dos seus objetos sociais – inclusive registrado em seu estatuto – a atuação em projetos e programas de cooperação técnica internacional para auxiliar na solução de problemas sociais e econômicos.

Em decorrência desse compromisso, de sua abrangência de atuação e governança corporativa, a Caixa passou a despertar interesse da comunidade internacional em estabelecer cooperação técnica para troca de conhecimentos e experiências acumuladas pela empresa.

Nesse sentido, a ABC/MRE passou a demandar a condução de projetos dessa natureza, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais. Em 2017 e 2018, o foco de atuação foi a implementação e finalização de projetos com países da América Central, América do Sul e África.

Nesse âmbito, a Caixa implementou o projeto de cooperação técnica *Apoio ao desenvolvimento de Moçambique*, cujo objetivo é contribuir para redução do *deficit* habitacional daquele país, por meio de ações e atividades estruturantes voltadas ao fortalecimento de capacidades locais e à melhoria das condições da habitação moçambicana.

O projeto foi firmado pela Caixa e por universidades parceiras (Universidade de São Paulo – USP, Universidade de Campinas – Unicamp, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), sob coordenação da ABC, pelo lado brasileiro. Por parte do governo moçambicano, o projeto é executado pelo Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos de Moçambique.

Em 2018, como ação final da fase de implementação desse projeto, a Caixa integrou missões técnicas a Moçambique. As missões foram realizadas em parceria com a UFRGS, sob coordenação e custeio da ABC.

As atividades realizadas contemplaram a estruturação de laboratório de ensaios e testes de materiais construtivos no Centro Tecnológico de Namialo (CTN); e a realização de oficinas de capacitação, em parceria com o Núcleo Orientado para Inovação da Edificação (Norie), da UFRGS, bem como a inauguração do referido laboratório.

A Caixa, como entidade executora, assim como a UFRGS, contribuiu para implementação do projeto por meio de disponibilização das horas técnicas de trabalho de seus empregados.

Além desse projeto, a Caixa também implementou o Projeto CTI Brasil-Colômbia *Integração de Fronteira Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)*. Este projeto foi firmado entre o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), como entidade gestora e financiadora do projeto, e as entidades executoras Banca de las Oportunidades e Caixa.

O objetivo desse projeto foi propor ações específicas para atuação conjunta na região de fronteira em questão, visando ao seu desenvolvimento, por meio da inclusão e educação financeira, orientação e sensibilização para o processo de formalização de empresas e sobre a importância do acesso a produtos e serviços financeiros para o público-alvo, assim definido: todas as atividades previstas no plano de trabalho firmado foram executadas ao longo de 2018, entre as quais destacamos o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre instituições brasileiras e colombianas, vinculadas aos temas relacionados ao micro e pequeno empresariado.

Por fim, a Caixa atuou nas ações finais do Projeto de CTI Brasil – Nicarágua *Apoio Institucional Programa de Habitação de Interesse Social*. Firmado em 2015, contou com a participação de entidades coordenadoras representantes dos governos brasileiro e nicaraguense, Ministério Cubano das Relações Exteriores (Minrex) e ABC, respectivamente, além das entidades executoras Caixa e Instituto Nacional de Vivienda Urbana y Rural (Invur).

A cooperação técnica em questão teve como objetivo geral conhecer as alternativas de financiamento de moradias implementadas no Brasil para as famílias de baixa renda e elaborar propostas de adequação às condições da Nicarágua.

Outro foco da atuação internacional da Caixa é sobre a gestão de participação em eventos internacionais. A participação em eventos no exterior busca atender a esse propósito ao projetar a marca da empresa fora do país e demonstrar a credibilidade da instituição, bem como prospectar negócios e parcerias em um mesmo ambiente.

Entre os eventos realizados no período de 2017 a 2018, destacam-se os descritos a seguir.

- 1) *Workshop* sobre o programa de eficiência energética entre a Caixa e o banco de desenvolvimento alemão KfW: o evento reuniu representantes da Caixa e executivos do banco alemão KfW para debater o Programa de Eficiência Energética que consta do acordo bilateral entre Brasil e Alemanha estabelecido em 2015. Um dos principais objetivos do encontro foi a definição dos setores prioritários para receber os investimentos feitos pelo banco alemão – quais sejam, iluminação pública e indústria –, e a Caixa atuará na preparação, na implementação e no monitoramento das ideias selecionadas para receber os recursos.

- 2) Brasil Investment Forum (BIF): organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), o MRE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o evento teve como objetivo fomentar novos negócios e oportunidades de investimentos no Brasil; e apresentar aos investidores internacionais a agenda de reformas econômicas realizada no país e a posição do Brasil como ator na economia global e como destino de investimentos estrangeiros diretos. A Caixa participou como instituição convidada a compor o espaço para reuniões individuais com investidores nacionais e estrangeiros. Além disso, a instituição atuou como uma das entidades colaboradoras para o desenho do Fundo Brasil-China, voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura, cujo acordo foi assinado durante a realização do referido evento, em 2017.
- 3) 51ª Assembleia Anual da Federación Latinoamericana de Bancos – Felaban (Miami, Estados Unidos). Durante o evento, que tem como objetivo divulgar as últimas tendências em matéria de negócios bancários e financeiros, representantes dos principais bancos internacionais se reúnem para realização de rodadas de negócios. Em alinhamento à sua política de relacionamento com investidores, nessa edição, a Caixa realizou uma média de 25 reuniões com instituições financeiras estrangeiras, permitindo o reforço da imagem da empresa, em âmbito internacional, o fomento à geração de negócios e o fortalecimento de parcerias na prestação de serviços, além de captar *fundings* para os produtos da carteira voltados, especialmente, ao cliente corporativo.
- 4) Visita técnica aos projetos de eficiência energética Caixa *versus* KfW: a Caixa, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e com o banco de desenvolvimento alemão (KfW), visitou diversas empresas para conhecer de perto potenciais projetos de eficiência energética. A ação faz parte das negociações entre Caixa e KfW para captar recursos voltados ao financiamento de iniciativas que otimizem o uso de energia. As empresas selecionadas estão localizadas em São Paulo, no Espírito Santo, em Minas Gerais e na Paraíba e foram escolhidas por fazerem parte do Programa Aliança, idealizado pela CNI em prol da melhoria da eficiência energética nas empresas.
- 5) Reunião preparatória da XX Comissão Interministerial de Vizinhança Brasil-Colômbia: a Caixa foi uma das instituições participantes dessa reunião, cujo objetivo era apresentar o *status* das ações de cooperação e parceria realizadas na região de fronteira entre os dois países, previamente

à realização oficial da comissão. Na ocasião, a Caixa fez o lançamento do Projeto de Integração de Fronteira Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia), recém-assinado com o CAF e Banca de las Oportunidades, da Colômbia.

8 IBAMA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis é uma autarquia federal vinculada ao MMA. É o órgão executivo responsável pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA),²² e desenvolve diversas atividades para a preservação e conservação do patrimônio natural, exercendo o controle e a fiscalização sobre o uso dos recursos naturais (água, flora, fauna, solo etc.). Também cabe a ele conceder licenças ambientais para empreendimentos de sua competência.

A Coordenação-Geral de Emergências Ambientais (CGEMA), vinculada à Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro), é a estrutura deste instituto responsável por acompanhar e direcionar as atividades que envolvem a retirada dos resíduos da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), após o incêndio ocorrido em suas instalações em 2012, em apoio ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

As obras de reconstrução da EACF na Península Keller, baía do Almirantado – ilha Rei George –, na Antártica, iniciaram-se no verão de 2015 a 2016, com a demarcação da área do canteiro de obras e das novas edificações, testes de carga e descarregamento de materiais.

Desde então, a CGEMA, por solicitação do MMA, tem enviado analistas com experiência em atendimento a acidente ambiental envolvendo derramamento de óleo, com o objetivo de garantir a preservação ambiental da Antártica.

Cabe ressaltar que a participação da equipe do Ibama possibilitou a adoção de procedimentos com o objetivo de prevenir contaminações ao meio ambiente e expansão da área contaminada, por atividades tanto provenientes das obras quanto das atividades cotidianas da estação. Dessa forma, a equipe atuou proativamente, de maneira a evitar que acidentes de maiores proporções ocorressem.

O Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), do Ibama, teve grande participação no combate aos incêndios florestais que afetaram o Chile. O governo chileno solicitou ao governo brasileiro o apoio de servidores do Ibama com experiência e capacidade de gerenciar brigadistas e coordenar operações de combate a incêndios florestais em campo, bem como auxiliar os investigadores na detecção das origens e causas dos incêndios florestais (perícia).

A equipe de peritos do Ibama apresentou a situação atualizada dos incêndios florestais que assolavam o Chile. Nessa reunião, ficaram definidas a região de

22. Instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

atuação da equipe e a demanda pretendida pela Confederação Nacional da Agricultura Familiar do Brasil (Conaf) nesse apoio brasileiro.

O Prevfogo/Ibama é participante do acordo de cooperação trilateral entre Brasil e Itália em favor da Bolívia na sua idealização e execução, sendo o órgão executor de apoio técnico e participante do comitê diretivo do programa. Desde 2007, é parte da Rede Sul-Americana de Incêndios Florestais, da qual é o coordenador, buscando o desenvolvimento de cooperações com os demais países da América do Sul, com o objetivo de promover o manejo integrado do fogo e minimizar os danos causados pelos incêndios.

Os principais resultados alcançados, durante os cinco anos de execução do programa, incluem a formação de brigadistas de prevenção e controle de incêndios florestais; a criação de brigadas municipais e voluntárias; e a formação em práticas produtivas alternativas ao uso do fogo.

O Prevfogo tem entre suas missões a redução dos incêndios florestais, no Brasil, e o intercâmbio entre instituições nacionais e internacionais que trabalham em favor do desenvolvimento de tecnologias e geração de conhecimentos quanto à questão dos incêndios florestais, da queima controlada e de alternativas ao uso do fogo. Destaca-se também o desenvolvimento de trabalho de manejo integrado do fogo em comunidades indígenas, visando à redução de incêndios nessas áreas.

O Brasil é signatário da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção (Cites) desde 1975. O Ibama, por meio do Decreto nº 3.607/2000, foi designado como Autoridade Administrativa e Científica Cites. Essa designação lhe confere a responsabilidade pela implementação da convenção. A participação do Ibama foi fundamental na reunião preparatória regional dos países-membros da OTCA para a 69ª Reunião do Comitê Permanente da Cites. Nesse evento, foram abordados os objetivos da Agenda de Cooperação Estratégica Amazônica da OTCA, o monitoramento e o controle de espécies silvestres da fauna e flora ameaçadas pelo comércio.

O Ibama mantém representante do Comitê Consultivo do Programa Cites sobre espécies arbóreas, programa que está sendo financiado com recursos da União Europeia, e cuja finalidade é apoiar a sustentabilidade das espécies arbóreas em perigo, constantes no apêndice II da Cites. O comitê consultivo é formado por autoridades administrativas Cites de países da América do Sul, América Central, África e Ásia.

Dos três projetos brasileiros apresentados, somente o projeto *Identificação de madeiras de Dalbergias e óleo de Aniba rosaodora pela metodologia infravermelho*, do Laboratório de Produtos Florestais (localizado na sede do Ibama), foi selecionado para ser financiado pelo programa.

O Ibama apresentou no *workshop Green.Gov – How governments can use technology to address climate change*, do BID, o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor), que integra o controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais, sob coordenação, fiscalização e regulamentação do Ibama. O Sinaflor foi instituído pela Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014, em observância aos arts. 35 e 36 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

O Núcleo de Interagências e Controle de Queimadas do Prevfogo é responsável por acompanhar a agenda internacional na temática de incêndios florestais e vem participando das discussões internacionais sobre o assunto. A reunião de especialistas em incêndios florestais permitiu o intercâmbio de informações, conhecimentos, soluções e lições aprendidas nas estratégias de manejo integrado do fogo, contribuindo para o aprimoramento das ações do Prevfogo, assim como permitindo que o centro especializado contribua na busca de soluções para outros países.

O Ibama, por meio da Coordenação de Gestão de Resíduos e Emissões (Corem), da Coordenação-Geral de Gestão da Qualidade Ambiental (CGQUA) e da Diretoria de Qualidade Ambiental (Diqua), é o órgão responsável pela execução das políticas ambientais federais brasileiras e por realizar o controle das substâncias que agredem (destroem) a camada de ozônio (SDO). É responsável também por todas as deliberações e recomendações relacionadas ao tema que estejam convergentes com a capacidade institucional de realizar o referido controle, além das contribuições que podem ser recebidas e oferecidas aos demais países que compõem a rede latino-americana de ozônio.

A área do Protocolo de Montreal é parte da Corem/CGQUA/Diqua, sendo esta área responsável pelo controle e monitoramento da produção, da comercialização e do consumo das SDOs. Para o referido controle, consideram-se a Resolução Conama nº 267/2000, as instruções normativas (INs) nºs 4/2018 e 5/2018 e o Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs²³ (PBH). A participação do Ibama nos eventos da área confere atualização das informações, troca de experiências, contribuições às partes, apoio ao MMA, entre outros.

A Coordenação Geral de Emergências Ambientais (CGEMA), vinculada à Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama (Dipro), é a estrutura deste instituto responsável por acompanhar e direcionar as atividades que envolvem a retirada dos resíduos da Estação Antártica Comandante Ferraz – EACF, após o incêndio ocorrido em suas instalações, em 2012, em apoio ao Programa Antártico Brasileiro – Proantar. Desde então, a CGEMA, por solicitação do MMA, tem enviado analistas ambientais com experiência em atendimento a acidente ambiental que

23. Hidroclorofluorcarbonos.

envolva derramamento de óleo, com o objetivo de garantir a preservação ambiental da Antártica.

O Ibama é o órgão federal responsável pela fiscalização e proteção da biodiversidade brasileira, de modo que, por meio da Dipro, são implementadas diversas ações fiscalizatórias, com vistas ao cumprimento dos três objetivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), promulgada pelo Decreto Federal nº 2.519/1998, quais sejam: i) conservação da diversidade biológica; ii) utilização sustentável de seus componentes; e iii) repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

Seja no âmbito da Lei Federal nº 13.123/2015 – que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios para conservação e o uso sustentável da biodiversidade –, seja no âmbito da Lei Federal nº 11.105/2005 – que trata da Política Nacional de Biossegurança, em consonância com o Protocolo de Cartagena, promulgado por meio do Decreto nº 5.705/2006 –, o Ibama figura como um dos órgãos fiscalizadores responsável pela apuração de condutas que contrariem o disposto nos atos normativos descritos anteriormente.

A *expertise*, no presente tema, proporcionou ao Núcleo de Fiscalização e Proteção dos Recursos Genéticos da Coordenação de Operações de Fiscalizações/Coordenação-Geral de Fiscalização Ambiental/Diretoria de Proteção Ambiental (Cofis/CGFIS/Dipro), o acompanhamento e a contribuição nas discussões sobre documentos relevantes para a proteção dos recursos genéticos, aprovados no âmbito da XIV Conferência sobre a Diversidade Biológica.

9 INMET

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) é um órgão federal vinculado ao Mapa. Foi criado com a missão de prover informações meteorológicas à sociedade brasileira e influir construtivamente no processo de tomada de decisão, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país. Essa missão é alcançada por meio de monitoramento, análise e previsão de tempo e de clima, que se fundamentam em pesquisa aplicada e trabalho em parceria, bem como mediante o compartilhamento do conhecimento, com ênfase em resultados práticos e confiáveis.

A atuação internacional do Inmet é consideravelmente ampla. O instituto representa o Brasil na OMM, e, por delegação dessa organização, é responsável pelo tráfego das mensagens coletadas pela rede de observação meteorológica da América do Sul e pelos demais centros meteorológicos que compõem o Sistema de Vigilância Meteorológica Mundial. Ainda por designação da OMM, o Brasil, por

meio do Inmet, deve sediar um Centro de Sistema de Informação Mundial (GISC),²⁴ integrante do principal núcleo do novo Sistema de Informação da OMM (WIS).²⁵ O WIS é resultado da evolução do Sistema Mundial de Telecomunicações (GTS).

A OMM é uma agência especializada das Nações Unidas. É a voz autorizada do Sistema das Nações Unidas sobre o estado e o comportamento da atmosfera da Terra, sua interação com os oceanos, o clima que ela produz e a distribuição resultante dos recursos hídricos. A OMM promove a cooperação no estabelecimento de redes para fazer observações meteorológicas, climatológicas, hidrológicas e geofísicas, bem como o intercâmbio, o processamento e a padronização de dados relacionados, além de auxiliar a transferência de tecnologia, a formação e a investigação.

No que diz respeito à cooperação técnica internacional do Inmet, esta é entendida como um processo interativo, sem fins lucrativos, que busca desenvolver capacidades de pessoas, instituições e segmentos sociais para desempenhar funções, resolver problemas, estabelecer e alcançar objetivos com foco no desenvolvimento rural sustentável. Neste sentido, o Inmet sempre buscou parcerias para a construção de projetos de pesquisa e o desenvolvimento de produtos e serviços que resultassem em crescimento e fortalecimento institucional efetivo, a exemplo de parcerias internacionais com a OMM e com o IICA, no âmbito da ABC/MRE.

Os gestores do Inmet pressupõem uma atuação baseada no compromisso de alcançar resultados que visem apoiar as políticas públicas em favor do desenvolvimento de uma agricultura competitiva e sustentável, ou seja, mais produtiva e inclusiva para as Américas; e, neste sentido, os Projetos de Cooperação Técnica (PCT) sempre se pautaram neste enfoque, na medida em que propõem aperfeiçoar a capacidade técnica para a modernização dos produtos e serviços agrometeorológicos, ante os impactos das variações climáticas.

Entre os projetos de cooperação técnica executados pelo Inmet em 2017 e 2018, cabe destacar alguns, como os de cooperação com a OMM, o IICA, o Deutscher Wetterdienst (DWD, Serviço Meteorológico Alemão), entre outros.

O IICA é o organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano que apoia os esforços dos Estados-membros em sua busca pelo desenvolvimento agrícola e pelo bem-estar rural. O ciclo histórico de cooperação técnica estabelecido entre o Inmet e o IICA sustenta-se em bases concretas de colaboração mútua, o que propiciou significativos avanços, desde 1995, em diversas áreas de atuação do Inmet.

A temática da agrometeorologia, associada à modernização da rede meteorológica nacional e às modernas técnicas de previsão do tempo e clima, conforma o escopo básico da cooperação.

24. Gestalt International Study Center.

25. World Meteorological Organization Information System – WMO Information System (WIS).

O Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/OMM/011/001 foi celebrado em 2011, no entanto, foi prorrogado até 2020, com a OMM, tendo como objetivo a “Consolidação da modelagem e previsão numérica do tempo no Instituto Nacional de Meteorologia”, e encontra-se em consonância com a estratégia do Mapa nos seguintes temas: i) aumentar o uso de práticas sustentáveis nas cadeias agropecuárias, observando a conservação dos recursos naturais e a redução de impactos ambientais; e ii) aprimorar os instrumentos econômicos de apoio ao produtor rural e pesqueiro e seus segmentos específicos. O projeto buscou, dessa forma, desenvolver ações e atividades de inovação e aplicação de novas técnicas de assimilação de dados para suporte à modelagem numérica da atmosfera, além da reestruturação e complementação das atividades desenvolvidas pelo Inmet.

Outro ponto da cooperação internacional do Inmet foi o convênio de cooperação técnica Inmet/DWD. O projeto foi firmado com o DWD (Deutscher Wetterdienst – Serviço Meteorológico Alemão) para utilização do Sistema de Modelagem Numérica do Tempo e Clima (Cosmo – Consortium for Small Scale Modeling), que permite elaborar previsões do tempo espacialmente mais detalhadas, em mesoescala, com grade de espaçamento horizontal de 7,0 e 2,8 km, resultando em maior acerto nas previsões do tempo e clima.

Esse acordo de cooperação técnica permite ao Inmet processar o novo modelo meteorológico desenvolvido pelo DWD, o modelo Icosahedral Nonhydrostatic (Icon), que exige maior capacidade computacional operacional, em contrapartida ao modelo Cosmo, e fornece melhores resultados em relação à previsão numérica de tempo.

Com a futura e definitiva implantação do Icon, uma vez atualizada a capacidade de processamento computacional do Inmet, os produtos gerados a partir desse modelo numérico proporcionarão aos meteorologistas condições mais robustas e precisas para elaboração das previsões do tempo e do clima, além de melhor acompanhamento do desenvolvimento dos fenômenos de tempo severos sobre o país.

No cenário da cooperação internacional, são muitos e positivos os resultados auferidos e decorrentes dos entendimentos havidos com entidades responsáveis pela transferência de tecnologia/treinamento, assim como com fabricantes e fornecedores de equipamentos.

Esses entendimentos propiciaram significativos benefícios para o país, em termos de redução de gastos nas aquisições de equipamentos e instrumentos científicos e na transferência de conhecimentos tecnológicos que promovem a independência do setor na operação e manutenção da infraestrutura de monitoramento.

10 IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é uma entidade da administração pública federal, vinculada ao ME. Constitui-se no principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

É uma instituição com vocação e história no contexto internacional, e, nos últimos anos, tem intensificado sua inserção nesse cenário, realizando cooperação técnica com instituições homônimas de todos os continentes, sediando eventos internacionais e participando de comissões, como a de Estatística da Organização das Nações Unidas (UNSC) e a do Comitê de Especialistas em Gerenciamento de Informações Geoespaciais (UN-GGIM).

A participação em acordos de cooperação internacional possibilita à organização realizar a troca de conhecimentos e práticas com outras instituições, o que lhe permite manter atualizadas as questões metodológicas e institucionais.

Em 2017, o IBGE autorizou 157 viagens de servidores para 122 eventos e ações ligadas ao tema, das quais mais da metade (110) foram custeadas parcialmente pelo instituto.

Ainda nesse ano, o IBGE promoveu a capacitação de servidores dos institutos nacionais de estatística do Senegal e de Cabo Verde, com o objetivo de disseminar nos países do continente africano a coleta eletrônica de dados, realizada no Censo Demográfico 2010 e reconhecida como modelo pela ONU.

Essa atividade objetivou a formação de dois centros de referência com coleta eletrônica, dando autonomia ao Senegal e ao Cabo Verde para instruírem outras nações africanas e difundirem, assim, o conhecimento obtido por meio da capacitação oferecida pela instituição brasileira. Além do instituto brasileiro e dos africanos, a iniciativa envolveu a ABC e o Fundo das Nações Unidas para População (FNUAP Brasil). Na capacitação, foram tratados temas como formação de pessoal, mapeamento censitário, infraestrutura tecnológica, questionário e supervisão, tudo voltado para a coleta eletrônica de dados, além das potencialidades da disseminação de dados e da sensibilização da sociedade. Os dois países já realizaram censos com equipamento digital no passado, mas agora estão preparados para treinar outras nações.

O IBGE recebeu integrantes da Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul (REES) para a realização do II Seminário sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no Centro de Inteligência Corporativa. Participaram do evento as delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, além de representantes da área de estatística da CEPAL e da Secretaria de Governo da Presidência da República (Brasil).

Cumprir registrar a participação de representantes do IBGE em diversos eventos nesse ano, conforme apresentado a seguir.

- 1) IX Encontro da Comissão de Estatística das Américas (CEA) – o evento ocorreu em Aguascalientes, México, oportunidade em que os países participantes reforçaram o compromisso de cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e contribuir para o fortalecimento dos sistemas estatísticos nacionais. Ainda nesse evento, elaborou-se o relatório de implementação do programa bienal de atividades de cooperação regional e internacional 2016-2017 e propôs-se o programa de atividades 2018-2019 dos grupos de trabalho. O IBGE participa de onze desses grupos, assumindo a coordenação dos trabalhos nos grupos de Estatísticas da Agropecuária e de Estatísticas Ambientais.
- 2) Seminário-Oficina Regional: desenvolvimento e fortalecimento de estatísticas e indicadores ambientais nos países da América Latina, o caminho conjunto dos ODS e ILAC-IBGE, Rio de Janeiro – a CEPAL e a ONU, em colaboração com o IBGE e o MMA, promoveram este evento com o intuito de discutir as estatísticas e os indicadores ambientais dos ODS. O evento também visou fortalecer regionalmente a capacidade técnica das instituições estatísticas oficiais para que, no monitoramento dos temas ambientais da Agenda 2030, os países produzam essas informações de maneira sistemática, comparável e confiável.

Entre os eventos de 2018, o IBGE participou da Reunião do Grupo de Especialistas em Melhoria de Estatísticas Rurais – Roma, Itália –, promovida pela FAO, em colaboração com a Estratégia Global para Melhoria das Estatísticas Rurais e de Agricultura (GSARS). O objetivo era desenvolver uma definição internacionalmente aceita e comparável sobre áreas rurais, bem como identificar um pequeno grupo de indicadores-chave relacionados aos objetivos das políticas governamentais de melhoria do bem-estar dos domicílios.

Participou, também, da 49ª Sessão da Comissão de Estatística da ONU (UNSC), realizada em Nova Iorque, Estados Unidos, para discutir temas afins e tomar decisões no âmbito da produção de informações estatísticas oficiais e da XIV REES – Assunção, Paraguai. Em continuidade ao tratado na última reunião, ocorrida no Rio de Janeiro, em outubro de 2017, foram apresentados os avanços das diversas comissões de trabalho que fazem parte da REES e das discussões do Marco de Indicadores de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Mercosul e do Consenso de Montevidéu sobre o Plano Estatístico Comunitário.

11 MS

O Ministério da Saúde²⁶ atua na coordenação, na implementação e no acompanhamento de atividades de cooperação internacional com múltiplos países e organismos internacionais, além de negociar acordos internacionais em saúde, executar ações de cooperação técnica e cooperação humanitária e participar dos fóruns internacionais multilaterais.

Entre os principais parceiros e colaboradores, estão a ABC/MRE, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o Instituto Evandro Chagas (IEC), o Instituto Nacional do Câncer (Inca) e organizações internacionais como a Organização Pan-americana da Saúde (Opas/OMS) e o PNUD.

Do ponto de vista do alcance geográfico, o MS coopera com todos os países da América do Sul e tem atuação na América Central e no Caribe, com países como Costa Rica, El Salvador, Haiti, Jamaica e Panamá. Está presente na América do Norte e na Europa, e tem parceiros africanos como África do Sul, Angola, Etiópia e Tanzânia, entre outros. Opera na Ásia e Oceania, ao lado de países como Austrália, China, Japão e Palestina, e tem uma atuação em organismos internacionais.

11.1 Projetos e atividades de cooperação internacional

Esta seção caracteriza a atuação do MS na cooperação internacional, mediante o levantamento de suas atividades, a partir da interlocução com sua Assessoria de Assuntos Internacionais (Aisa) e demais instituições, no período 2017-2018. Está dividida em quatro partes, nomeadamente: i) acordos e instrumentos de cooperação; ii) projetos de cooperação técnica; iii) atuação multilateral; e iv) cooperação humanitária.

11.1.1 Acordos e instrumentos de cooperação

Nos anos de 2017 e 2018, o Brasil firmou 23 acordos com mais de quinze países e organizações multilaterais, como a CPLP. Também se envolveu com a Fundação Bill & Melinda Gates para tratar de temas de saúde global e das necessidades dos países em desenvolvimento.

Entre os principais atos de cooperação internacional firmados pelo governo brasileiro, destacam-se o Acordo Interinstitucional Internacional entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde do Estado Plurinacional da Bolívia em matéria de Cooperação de Saúde na zona fronteira Brasil-Bolívia; o Plano de Ação entre o Ministério da Saúde da República Federativa

26. Para saber mais sobre o MS, a Aisa e a cooperação internacional em saúde, ver Bezerra Lima, Viana e Pereira Júnior (2018, p. 49-50).

do Brasil e a Comissão Nacional de Planejamento Familiar e de Saúde da República Popular da China no campo da saúde para o período 2018-2020; e também o Termo de Referência da Subcomissão de Saúde da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban).

Outro acordo foi o firmado entre o MS e a Global Alliance for Vaccines and Immunization (Gavi), que formalizou a adesão do Brasil à organização e que marcou o início da contribuição anual de US\$ 1 milhão do Brasil à Gavi, pelo período de vinte anos (totalizando US\$ 20 milhões de 2018 a 2037).

11.1.2 Projetos de cooperação técnica

Para além dos atos internacionais, o MS estabelece projetos de cooperação técnica bilaterais e multilaterais envolvendo as instituições nacionais dos países parceiros. A propósito do alcance geográfico desses projetos, o órgão estabeleceu seis projetos na América do Sul; quinze na América Central e Caribe; dez no continente africano; dois na Ásia e Oceania; e quatro na Europa.

Na América do Sul, o Brasil cooperou com Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Entre os principais projetos, destacam-se os seguintes: a transferência de tecnologia e adaptação do Sistema de Monitoramento de Emergência (Sime) brasileiro para a realidade boliviana, que contou com uma equipe técnica de dois técnicos do MS em La Paz, na Bolívia, para a transferência da tecnologia e a implantação do Sime na Bolívia. Na ocasião, cinco técnicos bolivianos foram capacitados.

O Brasil apoiou o fortalecimento da articulação binacional e os processos nacionais de gestão da atenção à saúde na fronteira, com um conjunto de ações coordenadas com as autoridades locais de saúde para o fortalecimento das redes de atenção e de vigilância em saúde na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru. Esse esforço resultou na proposta de criação de uma Sala Binacional de Monitoramento e Resposta a Emergências de Saúde Pública na Fronteira Brasil-Colômbia e na construção de um curso de especialização em vigilância em saúde na rede da atenção primária à saúde no Alto Solimões, tendo como objetivo

qualificar profissionais que atuam em cuidados primários de saúde para implantação e desenvolvimento de ações de vigilância em saúde no plano territorial-local, promovendo a integração entre oferta de cuidados de atenção primária à saúde e ações de vigilância na rede básica de serviços de saúde, com ênfase em situações de fronteira (Informação obtida diretamente do MS).

Com a Venezuela, o governo brasileiro acompanhou a questão da emigração de venezuelanos para cidades brasileiras, e foi necessário apoiar os órgãos do Sistema Único de Saúde (SUS). Foi feito o acompanhamento da questão da emigração de

venezuelanos para cidades brasileiras, inclusive de importante contingente indígena Warao, e dos desafios sanitários envolvidos, tendo participado da elaboração de um *Plano Integrado de Ação em Saúde – migração de venezuelanos*, junto com autoridades sanitárias estadual e municipais de Roraima.

Na América Central, no Caribe e no México, o governo brasileiro manteve projetos de cooperação com Costa Rica, El Salvador, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Panamá e República Dominicana.

Entre os principais projetos estabelecidos nessa região, o governo brasileiro consolidou e expandiu a Rede de Bancos de Leite Humano para atender à demanda de leite humano processado e fortalecer as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno na Costa Rica, integrando o país no processo de implantação da Rede Ibero-Americana de Bancos de Leite Humano. Implementou-se o primeiro banco de leite humano na Costa Rica e treinamento técnico para médicos, enfermeiros, microbiologistas e nutricionistas de diferentes hospitais do país.

Também se consolidou a rede de bancos de leite humano de El Salvador e apoiou o fortalecimento e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados desse país centro-americano.

No Haiti, o Brasil participou da cooperação trilateral Brasil-Cuba-Haiti. O projeto apoiou a recuperação da infraestrutura de saúde, de apoio à organização dos serviços de saúde; a capacitação de profissionais de saúde; e a construção do Instituto Haitiano de Reabilitação, da Oficina de Órteses e Próteses e de três Hospitais Comunitários de Referência (HCR).

Entre os principais resultados alcançados com o projeto, destacam-se: i) a construção do Instituto Haitiano de Reabilitação, da Oficina de Órteses e Próteses e de três Hospitais Comunitários de Referência, inspirados nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) 24h brasileiras; ii) a formação de recursos humanos: 1.237 agentes comunitários de saúde, 310 auxiliares de enfermagem e 53 inspetores sanitários; iii) a doação de trinta ambulâncias equipadas para o atendimento de urgência e emergência, baseando-se na experiência do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) 192; iv) a vigilância epidemiológica: reconstrução de dois laboratórios de saúde pública, formação de especialistas, aquisição de equipamentos e apoio técnico e logístico; e v) a vacinação de 3 milhões de crianças, imunizadas em campanha de vacinação oral contra poliomielite (0 a 9 anos) e vacina dupla viral contra sarampo e rubéola (9 meses a 9 anos). Também fortaleceu o Programa Ampliado de Vacinação, com a construção de três depósitos para armazenamento de vacinas, a manutenção de refrigeradores para conservação de vacinas (instalação de painéis de energia solar e aquisição de gás propano) e a aquisição de dois caminhões com sistema refrigerado para transporte de vacinas.

Na América do Norte, o governo brasileiro manteve projetos de cooperação com Canadá e Estados Unidos. Com aquele, o governo brasileiro participou de missões exploratórias para intercâmbio de experiências em saúde mental, saúde indígena e gestão de substâncias químicas. Foram realizadas duas missões ao Canadá para desenvolver essas. A primeira missão aconteceu entre 26 e 28 de julho de 2018, em Ottawa, e contou com a participação de representantes da saúde mental, alimentação e nutrição e saúde indígena. Foram realizadas, por ambos os países, apresentações sobre os temas mencionados, promovendo a troca de boas práticas entre eles.

Com os Estados Unidos, foi realizada reunião entre representantes do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) para negociação e aprovação da proposta de elaboração de plano de trabalho em saúde. O objetivo era fortalecer atividades de cooperação técnica nas áreas de combate, tratamento e prevenção de zika e outras arboviroses, HIV/Aids, malária e tuberculose.

Outro ponto importante com esse país é o desenvolvimento de vacina contra o vírus Zika. A parceria, firmada no âmbito do Plano de Cooperação em Saúde Brasil-Estados Unidos em Zika, foi formalizada mediante a assinatura de acordo internacional visando ao desenvolvimento conjunto de vacina contra o vírus. O MS destinou um total de R\$ 7 milhões, a serem despendidos até 2021, para o desenvolvimento e a produção da vacina. O imunobiológico em desenvolvimento utiliza a tecnologia de vírus vivo atenuado de apenas uma dose. No continente africano, os países parceiros foram África do Sul, Angola, Cabo Verde, Etiópia, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Tanzânia.

O MS realizou missão de prospecção à África do Sul entre 19 e 22 de novembro de 2018, com o objetivo de trocar experiências na área de vigilância em saúde, de criação e manejo de laboratório de nível de biossegurança 4²⁷ (NB-4), em Johannesburg, bem como de visitar o Programa Internacional de Pesquisa em Aids (Caprisa), em Durban, para colaborar nos campos de HIV/Aids e de tuberculose.

Em Angola, cooperou para a redução da mortalidade infantil, com ênfase para o componente neonatal nesse país, por meio da implantação de unidade de banco de leite humano na Maternidade Lucrecia Paim, localizada em Luanda. Foram realizados processos de licitação dos equipamentos e de reforma do espaço destinado à instalação do banco. Além disso, 25 profissionais angolanos iniciaram formação, em setembro de 2018, em curso teórico a distância de Processamento e Controle de Qualidade do Leite Humano.

27. Para mais informações sobre laboratórios NB-4, ver a explicação da Fiocruz em: <<https://bit.ly/35j6GIZ>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Na Etiópia, o Brasil apoiou o fortalecimento dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário. Foi construído sistema-piloto de esgotamento sanitário em condomínio residencial na cidade de Wukro. Além disso, realizou-se missão, ocorrida em outubro de 2018, para o acompanhamento e a avaliação parcial das obras de esgotamento sanitário no condomínio residencial em Wukro. Estão previstas oficinas de educação ambiental com os atores envolvidos, além de elaboração do marco regulatório de saneamento básico da Etiópia.

Em Moçambique, apoiou o governo na estruturação de mecanismos inter-setoriais e participativos qualificados para o fortalecimento da governança em segurança alimentar e nutricional e no aperfeiçoamento das ações voltadas para o enfrentamento da desnutrição infantil. O projeto é composto por três eixos de atuação: fortalecimento da governança em segurança alimentar e nutricional, aperfeiçoamento das políticas e dos programas voltados para o enfrentamento da desnutrição infantil e formação de quadros técnicos em segurança alimentar e nutricional. Em março de 2018, o MS realizou missão para finalização de proposta de projeto no Ministério da Saúde de Moçambique (Misau).

Na região da Ásia e Oceania, o Brasil manteve projetos de cooperação com a Austrália, a China, o Irã, Israel, o Japão e a Palestina. Foi realizada missão técnica de prospecção do MS à Austrália para estabelecimento de cooperação nas áreas de sistemas de informação e telemedicina, saúde mental, saúde da pessoa idosa, controle vetorial para combate a doenças transmissíveis e gestão de emergências no contexto de desastres causados por seca e enchente.

Na China, o MS realizou a I Reunião da Subcomissão de Saúde da Cosban, principal fórum bilateral na área de saúde entre os dois países. A primeira reunião, ocorrida em São Paulo, marcou a assinatura do termo de referência sobre o funcionamento da subcomissão e a assinatura de acordo de cooperação entre a Fiocruz e o Centro de Prevenção e Controle de Doenças da China. Durante a reunião, Brasil e China passaram em revista as colaborações existentes e dialogaram sobre oportunidades de cooperação nas áreas de prevenção e controle de doenças; pesquisa e desenvolvimento; medicina tradicional; saúde no âmbito dos BRICS, resistência antimicrobiana e formas inovadoras de combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

Uma delegação chinesa visitou o Brasil para conhecer as políticas nacionais de saúde materno-infantil e aleitamento materno e compartilhar suas experiências do sistema de saúde chinês. Na ocasião, os representantes chineses participaram de reuniões e realizaram visita técnica a instituições de saúde para conhecer *in loco* as iniciativas voltadas, principalmente, à primeira infância. O MS também compartilhou materiais institucionais, como publicações básicas sobre a Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno, a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de

Primeira Infância e materiais de campanha de sensibilização de aleitamento materno e do banco de leite humano.

No período de 19 a 22 de março de 2017, o então ministro da Saúde realizou visita a Israel e Palestina, que teve como objetivo estreitar as relações na área da saúde, bem como fomentar a troca de experiências para intensificar a cooperação na atenção à saúde e no desenvolvimento de tecnologias e produtos de saúde. Em encontro com seu homólogo palestino, o ministro da Saúde da Palestina, foi discutido o sistema de saúde local e a situação das instalações de saúde na Palestina.

Na Europa, o governo do Brasil cooperou com Dinamarca, França, Portugal e Reino Unido. A cooperação com a França visa à qualificação e ao aprimoramento das políticas públicas de HIV, infecções sexualmente transmissíveis (IST) e hepatites virais nos dois países. Em 2017, sete profissionais brasileiros foram acolhidos na França para estágio de observação nos seguintes eixos temáticos: prevenção combinada e direitos humanos (quatro); economia da saúde (um); e tratamento e assistência (dois). Em 2018, sete profissionais brasileiros também foram acolhidos na França para estágio de observação nos seguintes eixos temáticos: prevenção combinada e direitos humanos (três); economia da saúde (um); tratamento e assistência (dois); e laboratório (um). Em 2017, nos dias 13 e 14 de novembro, no Rio de Janeiro, cerca de cem pessoas participaram do *Seminário Franco-Brasileiro – A Epidemiologia das IST no Contexto de PrEP*²⁸ e do *Encontro Temático da Agence Nationale de Recherche sur le Sida (ANRS)*²⁹ – *Prioridades dos Países para o Próximo Ciclo*.

11.1.3 Atuação multilateral

Nesta seção, identificam-se as instâncias multilaterais das quais o governo brasileiro participou no biênio 2017-2018. Com os BRICS, o MS estabeleceu rede de pesquisa de tuberculose. O estabelecimento da rede foi proposto pelo Brasil com o intuito de promover e realizar colaborações conjuntas em pesquisa para desenvolvimento e inovação de diagnóstico, vacinas, medicamentos e mecanismos de controle da doença. Os ministros da Saúde concordaram em estabelecer a rede como primeira atividade do Plano de Cooperação em Tuberculose durante a VII Reunião de Ministros da Saúde do BRICS, em Tianjin, China.

O Brasil realizou, no Rio de Janeiro, o I Encontro da Rede em setembro de 2017. O evento contou com participação de representantes de governo e da academia de todos os países BRICS e representantes da Opas e da OMS, que definiram os mecanismos de funcionamento e o cronograma de atividades da rede. Em novembro de 2017, a Rússia sediou o II Encontro da Rede, ocasião em

28. Profilaxia pré-exposição (PrEP).

29. Ver mais informações em: <<http://www.anrs.fr/fr>>.

que os países apresentaram as atividades desenvolvidas em seus países, conforme acordado no cronograma, com o objetivo de identificar as prioridades imediatas de pesquisa.

Com as Nações Unidas, as atividades do MS foram discutir metas globais voluntárias e criar indicadores sobre segurança no trânsito, além de promover o debate e consensos sobre o manejo de produtos químicos e seus resíduos no horizonte pós-2020, intensificar ações para combater a poluição do ar e a mudança do clima, entre outros.

Na OMS, o governo federal participou da 70^a e 71^a Assembleia Mundial da Saúde (seu órgão de decisão máximo. Como evento global, ocorre anualmente na cidade de Genebra, na Suíça, onde reúne delegações dos 194 países que compõem a OMS. Considerado o principal foro de saúde, a OMS busca consensos e acordos estratégicos para a solução de desigualdades, a prevenção e a eliminação de problemas na saúde.³⁰

11.1.4 Cooperação humanitária

O último ponto da atuação internacional do MS é a cooperação humanitária, realizada a partir de doações efetuadas.³¹

Nesta seção, apresentam-se as doações do MS que configuram cooperação humanitária. No ano de 2017, o governo brasileiro doou medicamentos, vacinas e insumos para países como Angola, Bolívia, Colômbia, El Salvador, Granada, Guiana Francesa, Haiti, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Síria, Suriname e Venezuela. Em 2018, para Angola, Bangladesh, Bolívia, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Guiné Bissau, Honduras, Líbano, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai.

Entre algumas doações de 2017, destacam-se o apoio do governo federal ao governo boliviano com a doação de 40 mil ampolas do medicamento Antimoniato de Meglumina, para o tratamento de pacientes com leishmaniose. Em outra ação humanitária, o Brasil doou 70 mil doses de vacina antirrábica canina para ações de vacinação na fronteira. Destaca-se que as vacinas brasileiras, por serem produzidas por cultivo celular, possibilitam a proteção por até dois anos e meio, e dão proteção em 48 horas.

O MS apoiou ações do Programa Ampliado de Imunizações da Colômbia, com a doação de 100 mil doses de vacina contra hepatite A, para evitar ruptura de estoques do Ministério da Saúde colombiano, e, em duas ocasiões, com doações emergenciais de soro antilônômico.

30. Para ver mais sobre a Assembleia Mundial da Saúde, a principal instância decisória da OMS, acessar: <<https://bit.ly/3idglhB>>.

31. Cabe recomendar a leitura do relato da ABC/CGRH sobre o tema da cooperação humanitária brasileira, capítulo 2, p. 25.

O MS doou 2 mil ampolas do medicamento Antimoniato de Meglumina para tratamento de leishmaniose (visceral, mucocutânea ou cutânea) ao governo da Guiana. Ocorreu em dezembro ação de apoio conjunto para combate ao surto de sarampo na região limítrofe à Guiana e a Roraima. O Ministério da Saúde desse país, juntamente com o escritório da Opas, em Georgetown, organizou campanha de vacinação de emergência nas regiões de fronteira com a Venezuela e com o norte do estado de Roraima.

O MS apoiou o governo do Haiti para conter o crescente número de casos de raiva nesse país, enviando 15 mil doses de vacina antirrábica humana, para proteção de pessoas expostas à doença.

Ao longo do ano de 2017, o governo do Peru solicitou o apoio brasileiro em diversos momentos distintos. Foram doados 750 mil comprimidos de Atazanavir; setenta ampolas de soro antielapídico; oitenta ampolas de soro antilônômico; e 60 mil comprimidos de Darunavir. As ações de cooperação humanitária visaram contribuir para a manutenção temporária do tratamento das pessoas vivendo com HIV e prestar apoio nas ações emergenciais de acidentes com animais peçonhentos, ocasionados pelas inundações provenientes dos temporais que atingiram o país nos meses de março e abril de 2017.

Em 2018, o Brasil apoiou o governo de Angola na recomposição dos estoques locais de medicamentos para o tratamento da tuberculose. O governo angolano encontrava dificuldades para comprar medicamentos de primeira linha contra a enfermidade, e o Brasil doou 999.990 comprimidos 4 em 1 (RHZE 150+75+400+275 mg) e 9.000.096 comprimidos 2 em 1 (RH 150+75 mg). Para apoiar o combate à epidemia de HIV em Luanda, cujo número de pessoas à espera de tratamento aumentou para mais de 77 mil infectados, foram doados 450 mil comprimidos de Tenofovir 300 mg + Lamivudina 300 mg.

Para a Guiné-Bissau, o MS realizou a doação de 250 mil géis lubrificantes; 37,5 mil testes rápidos de identificação do vírus; 12.960 comprimidos de Lamivudina; 1.510.320 comprimidos de Lopinavir 200 mg + Ritonavir 50 mg; 141,6 mil comprimidos de Fumarato de Tenofovir 300 mg + Lamivudina 300 mg; 31.440 comprimidos de Nevirapina 200 mg; 2.880 comprimidos de Efavirenz 200 mg; e 283,2 mil comprimidos de Fumarato de Tenofovir 300 mg + Lamivudina 300 mg, baseando-se no contexto histórico do projeto de cooperação do Laços Sul-Sul.

12 INCA

O Instituto Nacional do Câncer é o órgão auxiliar do MS no desenvolvimento e na coordenação das ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no Brasil. Tais ações compreendem a assistência médico-hospitalar – prestada direta e gratuitamente aos pacientes com câncer como parte dos serviços oferecidos pelo

SUS – e a atuação em áreas estratégicas, como a prevenção e a detecção precoce da doença, a formação de profissionais especializados, o desenvolvimento de pesquisa e a geração de informação epidemiológica.

No que diz respeito à atuação do Inca em âmbito internacional, a instituição tem como objetivo apoiar ações e políticas para intercâmbio de experiência técnica e fortalecimento das políticas na área de prevenção e controle do câncer.

O Inca José Alencar Gomes da Silva possui diversas parcerias e ações internacionais que permitem transferir ou compartilhar conhecimentos e experiências, por meio de capacitações humanas e institucionais, visando fortalecer os sistemas de saúde do Brasil e de outros países em desenvolvimento. A seguir, apresentam-se as principais iniciativas, no âmbito da cooperação internacional, nas quais o Inca atua.

12.1 Comissão Intergovernamental para o Controle do Tabaco do Mercosul e Estados Associados

Desde 2003, o controle do tabaco passou a integrar a agenda de discussões dos ministros da Saúde do Mercosul, que criaram uma comissão intergovernamental para assessorá-los na implementação de medidas dirigidas à redução do consumo entre a população dos Estados-parte (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela [suspensa]) e associados (Peru, Bolívia, Chile, Equador e Colômbia) – o equivalente a aproximadamente 400 milhões de habitantes.

No ano de 2003, em meio às discussões para a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), foi estabelecida a Comissão Intergovernamental para o Controle do Tabaco no Mercosul (CICT/Mercosul). Sua criação, que ocorreu durante a 15ª Reunião de Ministros da Saúde do Mercosul, no Uruguai, foi fundamental para um maior impulso do tema na região, propiciando a cooperação internacional para o controle do tabagismo na América do Sul e resultando em vários acordos entre os Ministérios da Saúde desses países.

12.2 Centro Colaborador da Opas/OMS sobre o Controle do Tabaco

O Inca, com longa atuação na Política Nacional de Controle do Tabaco e sede da Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da CONICQ, foi designado, pela quarta vez consecutiva, Centro Colaborador da Opas/OMS para o Controle do Tabaco (2016-2020), integrando o conjunto de quatorze centros colaboradores da OMS na área de tabaco no mundo, sendo o único na América Latina.

Os centros colaboradores da OMS são instituições-chave, com *expertise* científica relevante, que desenvolvem atividades em consonância com os objetivos da Opas/OMS, representando um importante recurso para atingir os objetivos de seu mandato nas regiões.

Entre as responsabilidades assumidas pelo instituto no atual plano de trabalho pactuado com a Opas/OMS, destacam-se a implementação de programas de treinamento; o desenvolvimento de pesquisas e estratégias para o controle do tabagismo alinhadas às recomendações da Opas/OMS; o compartilhamento de melhores práticas e *expertise* científica; a produção de material em português com o objetivo de fortalecer o controle do tabagismo nos países lusófonos; assim como a participação na Comissão Intergovernamental de Controle do Tabaco do Mercosul.

12.3 Cooperação com a União Internacional para o Controle do Câncer

A União Internacional para o Controle do Câncer (UICC) é a principal organização mundial não governamental que contribui com discussões e encontros científicos direcionados para políticas de câncer e com programas internacionais de formação profissional nessa área. Entre as principais ações da UICC está a mobilização internacional pelo Dia Mundial do Câncer (4 de fevereiro), ação da qual o Inca é parceiro estratégico na região.

A UICC reúne instituições da sociedade civil, ONGs, ligas e sociedades de câncer, institutos de pesquisa, centros de tratamento, hospitais, sociedades científicas e profissionais, ministérios da saúde, agências de saúde pública e organizações de apoio a pacientes que trabalham com a comunidade global de saúde para acelerar a luta contra o câncer. Suas ações têm foco em planejamento e vigilância, prevenção, tratamento, agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015 e recursos para *advocacy* para promover a inserção do câncer na agenda global de saúde e coordenar programas globais de alto impacto. Um dos marcos da instituição é a Declaração Mundial contra o Câncer (2013), que apresenta um conjunto de princípios sobre o controle do câncer a serem observados pelos países.

O Inca, por ser responsável pela definição de políticas nacionais para prevenção e controle do câncer, com atuação e parcerias internacionais nas áreas de assistência, ensino, pesquisa e comunicação, é membro da UICC. Essa parceria permite o diálogo do instituto com atores internacionais e o estabelecimento de parcerias estratégicas com outros membros, bem como o surgimento de oportunidades de trabalho em rede.

12.4 Agência Internacional de Pesquisa em Câncer

A Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (International Agency for Research on Cancer – Iarc) é o organismo especializado em câncer da OMS, estabelecida pela resolução WHA18.44 na 18ª Assembleia Mundial da Saúde, em 20 de maio de 1965.

A Iarc tem como objetivo promover a colaboração internacional na pesquisa sobre o câncer, sempre com foco na prevenção da doença. Sua função principal consiste em realizar e coordenar a pesquisa e a investigação científica em nível

internacional, além de auxiliar na implementação de políticas eficazes para prevenção do câncer.

O Brasil é membro da Iarc desde 2013, sendo o único país da América Latina. O Inca, representando o Brasil, possui assento tanto no Conselho Diretivo, voltado às políticas e decisões da agência, como no Conselho Científico, marcando posição na estratégia científica da Iarc, com isso garantindo que sejam consideradas as necessidades de investigação em domínios de especial relevância para o país e para a região sul-americana.

12.5 Agência Internacional de Energia Atômica

O Inca, por meio de seu Laboratório de Dosimetria Termoluminescente, do Programa de Qualidade em Radioterapia, vem sendo um constante colaborador da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) na área da radioterapia. Esse programa, que é de reconhecida qualidade técnica pela Aiea, já foi por ela convidado a participar, desde 2003, de vários projetos de cooperação técnica para desenvolvimento de novos processos de controle de qualidade em radioterapia.

Anualmente, o laboratório é auditado pela agência, por meio de teste cego, que comprova a qualidade técnica dos laudos produzidos por ele. Especialistas de diversas áreas do Inca participam, a convite da agência, de reuniões e eventos científicos como *field experts* para discussão e aprimoramentos.

12.6 Iarc

É uma agência especializada em câncer criada pela OMS, constituída por cientistas selecionados para um mandato de quatro anos – com base na sua competência técnica em pesquisa oncológica e áreas afins, o Conselho Científico tem a incumbência de, entre outras atribuições, avaliar periodicamente as atividades da Iarc, fazer recomendações sobre os programas permanentes e preparar projetos especiais, a serem submetidos ao Conselho Governante. O Conselho Científico se reúne todos os anos, em sessões ordinárias, no fim de janeiro e início de fevereiro.

12.7 Projetos de cooperação técnica

Os projetos e atividades do Inca foram planejados e elaborados de forma participativa com o MS, sendo alguns por meio da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde, outros com diferentes órgãos de governo.

O Inca manteve, em 2017 e 2018, projetos e atividades de cooperação em diversas partes do mundo, como na América do Sul, na América Central e no Caribe, na América do Norte, na África, na Ásia e na Oceania. Entre os principais projetos executados pelo Inca, cumpre destacar alguns realizados na América do Sul, na África e na Ásia.

Na América do Sul, destaca-se a atuação na Rede de Institutos e Instituições Nacionais de Câncer (Rinc), da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), que se reúne anualmente para discutir temas de trabalho e rever o Plano de Ação para a Implementação do Plano Regional de Controle de Câncer de Colo do Útero.

Em Moçambique, representantes do Inca participaram de missão de avaliação do projeto *Fortalecimento das ações de prevenção e controle do câncer em Moçambique*, realizado por intermédio da ABC/MRE.

O objetivo da missão foi verificar os resultados alcançados pela iniciativa. O projeto de cooperação técnica internacional, realizado com o Ministério da Saúde de Moçambique (Misau), buscou fortalecer as ações de prevenção e controle do câncer naquele país, por meio da capacitação de recursos humanos nas áreas de anatomia patológica, radioterapia, radiologia, registro de câncer e cuidados paliativos.

Durante os cinco anos de vigência do projeto, foram capacitados 43 profissionais de saúde de Moçambique, entre médicos, físico-médicos, radiologistas, enfermeiros e técnicos em diversas áreas. Desses, 27 participaram de curso de atualização em cuidados paliativos realizado em Moçambique e 16 foram capacitados no Inca em residência médica, residência multiprofissional, cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização.

A avaliação desse treinamento constatou que a maioria dos profissionais capacitados continua atuando no sistema público de saúde moçambicano e que as atividades realizadas contribuíram para o avanço do Programa Nacional do Controle do Cancro de Moçambique, que tinha a inauguração do primeiro serviço de radioterapia do país prevista para maio de 2017.

Em Angola, o Inca realizou uma visita para negociar e validar a proposta de projeto de cooperação técnica denominada *Apoio à implementação de medidas para a prevenção e o controle do câncer em Angola*, com equipes do Ministério da Saúde de Angola (Minsa) e do Instituto Angolano de Controlo do Câncer (IACC).

Representantes do Inca (MS), da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS), da Aisa (MS) e da ABC (MRE) realizaram visitas nas unidades e tiveram reuniões com equipes do Minsa e do IACC. O projeto, executado com base no Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, foi firmado entre o governo da República Federativa do Brasil e o Executivo da República de Angola para implementação do Programa de Parceria Estratégica de Cooperação Técnica, firmado em 2012.

Nas Filipinas, o Inca realizou um *Workshop* Sul-Sul sobre o Artigo 5.2 da CQCT da OMS, que fazia parte do projeto de cooperação entre Brasil e Filipinas para desenvolvimento de capacidade do governo do Sudeste Asiático em políticas de coordenação nacional na área de controle do tabaco. A proposta surgiu durante

o evento *Cooperação Sul-Sul e Triangular para Promover a Implementação da CQCT na Era das Metas do Desenvolvimento Sustentável*.

Em reconhecimento ao seu histórico de forte atuação na política de controle do tabaco e ao modelo de coordenação nacional levado a cabo pelo Inca, o Brasil foi demandado pelo Secretariado da Convenção a cooperar e promover troca de conhecimento com Costa Rica, Filipinas e Togo.

Essa proposta resultou em um *workshop* para o fortalecimento da capacidade de servidores das Filipinas em política de coordenação nacional. O Brasil assumiu o investimento em coordenação do *workshop*, bem como os gastos relativos com recursos humanos disponibilizados para o treinamento.

Além disso, o Inca participou de seminários e reuniões nas áreas de tabagismo, prevenção e controle do câncer, fatores de risco do câncer, saúde pulmonar etc., a fim de realizar intercâmbio de conhecimentos e experiências relacionadas a medidas de controle e prevenção do câncer de pulmão; práticas de boa governança sobre políticas de controle da interferência da indústria do tabaco nas políticas públicas nacionais; e debate sobre estratégias de colaboração e apoio mútuo no desenvolvimento de soluções sustentáveis para melhorar o acesso ao tratamento do câncer e aos seus cuidados.

A participação do Inca nesses congressos, seminários e *workshops* teve como objetivo a atualização e o acompanhamento dos temas relacionados ao controle do câncer em eventos de relevância internacional, que representavam oportunidade para discussão de temas que possibilitassem progredir nas questões relacionadas ao câncer no mundo e reforçavam a liderança do Inca na comunidade internacional.

Na agenda de controle do tabagismo, o Brasil tem sido protagonista no desenvolvimento de ações preventivas e colabora de forma ativa nos Estados-parte da CQCT. Nesse sentido, o controle do tabaco é abordado como medida preventiva ao câncer de pulmão.

Em 2017, o Secretariado da CQCT realizou encontro em Montevidéu, Uruguai. O evento, denominado *Cooperação Sul-Sul e Triangular para Promover a Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco na Era das Metas do Desenvolvimento Sustentável*, teve como objetivo aproximar países em desenvolvimento, centros de conhecimento (*knowledge hubs*) e organizações internacionais e não governamentais, a fim de que firmassem acordos, parcerias e projetos para dinamizar a implementação das políticas de controle do tabaco.

Nesse evento, devido à experiência no tema, o Brasil coordenou os trabalhos referentes à implementação do art. 5.2 da Coordenação Nacional para Implementação da CQCT. Além disso, os representantes da delegação brasileira estiveram presentes nas mesas que debateram os temas de mecanismos de taxaço, novos produtos e

interferência da indústria. Como resultado do encontro, foram desenvolvidos projetos de cooperação em diversas áreas que serão posteriormente avaliados para receber eventual financiamento pelas organizações de apoio e fundos de financiamento.

É importante destacar que o Inca realizou avaliações postais de dose em equipamentos de radioterapia em colaboração com países da América Latina, tendo avaliado equipamentos de 21 serviços de radioterapia: dez da Argentina, dez do Chile e um do Paraguai.

Cumprir informar que, para equipamentos de Co-60, são realizadas medidas de dose de referência, dose em profundidade e para campo retangular de irradiação; avaliação do fator filtro e do fator bandeja lisa; simetria e planura do feixe. Para aceleradores lineares, são realizados todos os testes anteriores mais o de energia do feixe, além de testes específicos para duas outras condições de irradiação: com colimador multilâminas e sem filtro achatador.

Todos esses projetos e atividades demonstram a abrangência da atuação internacional do Inca na agenda de controle e prevenção do câncer, que atua como uma instituição de peso na agenda mundial de saúde.

13 FUNASA

A Fundação Nacional de Saúde é uma fundação pública federal vinculada ao MS com atribuições para promover a inclusão social, por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças. É responsável, ainda, pela formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde relacionadas às ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

Além dessas atribuições, a Funasa presta apoio técnico e/ou financeiro no combate, no controle e na redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica ou causadas pela falta de saneamento básico e ambiental.

A atuação internacional da fundação possibilita a colaboração mútua, o estabelecimento de acordos e a implementação de políticas de saúde pública e ambiental.

Desde 2017, realizaram-se importantes tratativas de cooperação técnica internacional com Etiópia, Palestina, Itália, Haiti, Suíça, Cuba, Opas e Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). Essas tratativas ocorreram mediante visitas técnicas, missões de prospecção, reuniões e palestras.

Nesse sentido, a Funasa participou ativamente da elaboração de propostas de implantação dos projetos e soluções encontradas com o intento de promover o intercâmbio de informações sobre o saneamento e a saúde ambiental no Brasil, além de promover uma estreita interação com os países participantes.

Na Palestina, foi realizada missão de prospecção, e a delegação brasileira se reuniu com representantes do governo palestino, tendo realizado visitas de campo ao aterro sanitário de Jenin e à estação de tratamento de esgoto de Nablus Oeste. Durante essas visitas, foram identificadas possibilidades de melhorias no âmbito da gestão de resíduos sólidos e ampliação do sistema de esgotamento sanitário.

No Haiti, a equipe técnica da fundação realizou, juntamente com o MS e o MRE, missão de prospecção no país, com o objetivo de identificar aspectos socioambientais, da saúde e do saneamento, visando à possibilidade de desenvolver projeto de cooperação técnica internacional na área de qualidade da água nas comunidades de Bon Repos, Carrefour e Beudet.

14 ANVISA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária é uma agência reguladora, sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada ao MS. Tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e do consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados.

A atuação internacional da Anvisa inclui a participação ativa em foros bilaterais, regionais e multilaterais em que ocorram processos de harmonização e convergência regulatória, os quais estabelecem as referências técnico-científicas para a regulamentação da agência. Esta atuação se dá de forma coordenada com instituições competentes do governo federal, e inclui a preparação de subsídios e a elaboração de propostas de instrumentos internacionais a serem negociados; a defesa dos interesses sanitários brasileiros nos foros comerciais; e o sistemático acompanhamento do cumprimento dos compromissos relacionados às atividades pertinentes ao campo da regulação sanitária pactuadas pelo governo brasileiro.

O objetivo das negociações internacionais da Anvisa é utilizar as ferramentas internacionais existentes para auxiliar a agência a desenvolver seu papel finalístico de regular, monitorar e fiscalizar produtos sujeitos à vigilância sanitária, evitar a duplicação de esforços e fazer melhor uso dos recursos disponíveis, com foco em conciliar a proteção e a promoção da saúde com o desenvolvimento econômico nacional.

É importante destacar os principais foros internacionais de harmonização e convergência regulatória que contam com participação regular da Anvisa, relacionados a seguir.

14.1 Coalizão Internacional das Autoridades Reguladoras de Medicamentos

A Coalizão Internacional das Autoridades Reguladoras de Medicamentos (ICMRA) é um mecanismo político informal de discussão de temas estratégicos para as autoridades sanitárias. É um grupo de alto nível de participação e representação no âmbito da regulação de medicamentos com o objetivo de fortalecer uma rede de contatos das agências reguladoras, gerenciando os desafios e as tendências futuras na regulação, em busca de soluções compartilhadas.

14.2 Coalizão Internacional de Pesquisa em Ciência Regulatória

A Coalizão Internacional de Pesquisa em Ciência Regulatória (Global Summit on Regulatory Science – GCRSR) é um foro internacional de autoridades reguladoras dos Estados Unidos, do Japão, do Brasil, da União Europeia, da Austrália, da Nova Zelândia, do Canadá, da Argentina e de Singapura. Esta coalizão contempla o tema *pesquisa em ciência regulatória*, que atualmente ocupa espaço importante na agenda internacional dos países. Estes parceiros entendem a ciência regulatória como a ciência do desenvolvimento de novas ferramentas, padrões e abordagens para avaliar a segurança, eficácia, qualidade e desempenho de produtos. Ela é aplicada para tomar decisões regulamentares por órgãos e agências, podendo se estender a muitos campos em que os dados científicos são usados para desenvolver políticas e normas para proteger a população.

14.3 Codex Alimentarius

O Codex é um órgão conjunto da FAO e da OMS criado com dois objetivos: promover a saúde do consumidor e garantir práticas leais de comércio. Para atingir tais objetivos, o Codex elabora referências sobre requisitos, parâmetros e práticas que, simultaneamente, reduzam o risco dos alimentos consumidos e não representem barreiras ao comércio internacional de alimentos. Além de ser referência internacional em alimentos para seus 188 membros, o Codex é a referência reconhecida no tema pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Em vista da estrutura para discussão do Codex no Brasil, a participação da Anvisa ocorre em grupos específicos, coordenada pelo Comitê do Codex Alimentarius Brasil (CCAB).

14.4 Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas

A Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas (CND) é um órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Economic and Social Council – ECOSOC), a qual se reúne anualmente, em sua sede em Viena, para tratar de questões relativas ao controle das vertentes lícitas e ilícitas da produção, da distribuição e do consumo de substâncias controladas, psicotrópicas, entorpecentes e precursoras. As discussões e negociações na CND incluem, entre outros, temas relativos à aplicação dos dispositivos dos tratados internacionais de fiscalização de

drogas (Convenção Única de Entorpecentes, de 1961; Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971; e Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988); às mudanças no escopo de controle de substâncias contidas nos anexos das convenções; à interlocução com a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife) e com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC); à cooperação internacional para assegurar a disponibilidade de entorpecentes e psicotrópicos para uso médico e científico; além de medidas relacionadas à redução da oferta ilegal de produtos controlados.

14.5 Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio e Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC

Nesses comitês, ocorre a interação e a negociação entre os signatários dos acordos de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBTs) e de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da OMC. A finalidade dos Acordos TBT e SPS, de uma forma ampla, é assegurar que regulamentos técnicos, normas e procedimentos de avaliação de conformidade não criem obstáculos desnecessários ao comércio internacional, ao mesmo tempo que fornecem às partes dos acordos a devida discricionariedade regulatória para proteger a vida e a saúde humana, animal e vegetal, a segurança nacional, o meio ambiente, os consumidores e outros interesses de políticas públicas. A participação da Anvisa busca assegurar que as posições brasileiras reflitam os interesses da saúde e não levem em conta apenas aspectos puramente comerciais.

14.6 Conferência Internacional de Autoridades Reguladoras de Medicamentos

A Conferência Internacional de Autoridades Reguladoras de Medicamentos (International Conference of Drug Regulatory Authorities – ICDRA) tem como objetivo promover encontros bienais das autoridades reguladoras de medicamentos dos Estados-membros da OMS para conhecerem e discutirem formas de fortalecer sua colaboração, orientando os trabalhos das autoridades reguladoras da OMS e outros interessados na determinação das prioridades para a ação na regulação nacional e internacional de medicamentos, vacinas, produtos biotecnológicos e fitoterápicos.

14.7 Programa Internacional dos Reguladores de Medicamentos

O Programa Internacional dos Reguladores de Medicamentos (International Pharmaceutical Regulators Programme – IPRP) foi criado a partir da junção do Fórum Internacional dos Reguladores de Medicamentos (IPRF) e do Programa Internacional de Reguladores de Produtos Genéricos (IGDRP), e tem como objetivo promover a troca de informações sobre questões de interesse mútuo e permitir a cooperação entre autoridades e organizações reguladoras, maximizar sinergias e evitar duplicação de esforços, permitindo ligações mais estreitas com outras iniciativas para simplificar as diversas iniciativas de colaboração regulamentar internacional.

14.8 Cooperação internacional

A cooperação técnica em vigilância sanitária constitui um instrumento eficaz para o fortalecimento das capacidades regulatórias de todas as partes que dela participam, favorecendo a troca de experiências e o aproveitamento das melhores práticas regulatórias executadas por diferentes autoridades sanitárias. A Anvisa teve sua competência técnica reconhecida tanto pela OMS, por meio dos Programas de Pré-Qualificação de Vacinas e Qualificação do Sistema de Controle Laboratorial de Medicamentos, como pela OpaS, ao ser reconhecida como Autoridade Reguladora Nacional de Referência Regional para as Américas, o que coloca a agência em um papel de destaque na agenda internacional de saúde.

Nesse sentido, os projetos de cooperação técnica na área da vigilância sanitária têm buscado colaborar com a construção do marco regulatório em vigilância sanitária e o fortalecimento das autoridades sanitárias de países amigos, com foco nos países da América Latina e da CPLP. Esses projetos partem da construção conjunta entre os atores envolvidos, a partir da identificação das necessidades do país demandante, e considerando a realidade daquele país.

O principal ponto de atuação da cooperação internacional da Anvisa em 2017 e 2018 foi na América Latina e no Caribe. Com vistas a desenvolver ações conjuntas para o fortalecimento das capacidades institucionais na área de vigilância sanitária de medicamentos, a Anvisa cooperou com os seguintes países: Peru, Paraguai, Honduras, México, El Salvador, Equador e Uruguai.

No Equador, a agência executou o Projeto de Apoio Técnico para o Fortalecimento das Funções Regulatórias de Pré e Pós-Comercialização de Medicamentos no Equador. O objetivo deste projeto era apoiar a implementação do sistema de farmacovigilância em políticas de saúde pública no Equador, de maneira proativa para o monitoramento do uso de medicamentos, na fase de pós-comercialização sanitária, bem como fortalecer o processo de registro sanitário de medicamentos e de inspeções farmacêuticas, na fase de pré-comercialização sanitária.

No Uruguai, a Anvisa atuou por meio dos projetos Consolidação da Capacidade Institucional, do Ministério da Saúde do Uruguai, e Ampliação do Diálogo Regulatório entre as Autoridades Sanitárias do Brasil e do Uruguai, que visou contribuir para o fortalecimento do governo uruguaio na área da saúde, por meio da capacitação institucional dos colaboradores do Ministério da Saúde Pública do Uruguai na área da vigilância sanitária.

Em El Salvador, o projeto executado pela Anvisa foi o de fortalecimento na área da vigilância e regulação sanitária. O projeto visou contribuir com o fortalecimento de ambas as instituições salvadorenhas, a Diretoria Nacional de Medicamentos (DNM) e o Instituto Nacional de Saúde (INS), para que tenham suas capacidades

técnicas desenvolvidas através da transferência de conhecimentos tecnológicos e regulatórios em farmacovigilância, no uso tradicional de medicamentos, regulação de preços, na avaliação de tecnologias sanitárias e na implementação de metodologias analíticas, de tal maneira que possam exercer seu papel de melhorar a saúde da população salvadorenha. A Anvisa montou oficinas, fez visitas técnicas de reconhecimento da infraestrutura e equipamentos e promoveu a capacitação para técnicos das instituições participantes, bem como elaborou o Plano de Desenvolvimento para Laboratório de Análises de Produtos Médicos.

A Anvisa participou, em 2017 e 2018, de diversos eventos, seminários e congressos internacionais em diferentes regiões do globo. Entre os principais, cabe destacar a cooperação da Anvisa com entidades nacionais e internacionais de vigilância sanitária, como a Agência de Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos do Japão (Pharmaceuticals and Medical Devices Agency – PMDA), em que a Anvisa conduz trabalhos técnicos relacionados à farmacopeia; a OMS; a U.S. Food and Drug Administration (FDA); a Opas; a FAO, entre outras.

No que diz respeito às horas técnicas, servidores da Anvisa dedicaram 5.340 horas a atividades de cooperação internacional, sendo 1.084 horas em 2017 e 4.256 horas em 2018 (tabela 4).

Os principais países que aparecem com maior quantidade de horas técnicas disponibilizadas são: Estados Unidos, Suíça, Japão, Dinamarca, Alemanha e Peru.

Nos Estados Unidos, destaca-se a participação em eventos internacionais na FDA, na Opas, na OMS, na CASSS, entre outras.

A Suíça aparece como um dos principais países, em razão de ser a sede da OMS. A Anvisa participou de uma série de eventos internacionais na OMS em temas ligados à regulação de medicamentos, vigilância sanitária, substâncias psicoativas, CQCT, temas relacionados a doenças como a dengue e a zika, entre várias outras agendas.

No Japão, o foco da agenda foram as reuniões com a PMDA, uma instituição administrativa independente responsável por garantir a segurança, eficácia e qualidade de produtos farmacêuticos e dispositivos médicos no Japão. Além disso, a Anvisa participou de reuniões com a Jica.

Assim como na Suíça, as reuniões na Dinamarca, na Alemanha e no Peru foram para participar de reuniões da OMS ou de eventos internacionais que esses países sediaram.

TABELA 4
Horas técnicas dos servidores da Anvisa dedicadas à cooperação internacional, segundo região e por país – Brasil (2017-2018)

Região	País ¹	2017	2018	2017-2018	
África	África do Sul	-	24	24	
	Tunísia	-	32	32	
	Argentina	-	136	136	
	Chile	8	88	96	
	Colômbia	68	120	188	
	Cuba	-	8	8	
	El Salvador	-	80	80	
	Equador	112	56	168	
	América Latina e Caribe	Honduras	-	112	112
		México	56	168	224
Panamá		-	160	160	
Paraguai		32	48	80	
Peru		120	192	312	
Uruguai		8	104	112	
Venezuela		40	-	40	
América do Norte ²		Canadá	24	80	104
	Estados Unidos	56	648	704	
Ásia	China	16	32	48	
	Coreia do Sul	40	16	56	
	Emirados Árabes	-	24	24	
	Irã	24	-	24	
	Japão	112	288	400	
	Tailândia	-	24	24	
	Taiwan	-	16	16	
	Vietnã	-	16	16	

(Continua)

(Continuação)

Região	País ¹	2017	2018	2017-2018
Europa	Alemanha	40	272	312
	Áustria	24	128	152
	Bélgica	-	40	40
	Croácia	-	8	8
	Dinamarca	48	288	336
	Espanha	-	32	32
	França	88	168	256
	Holanda	-	24	24
	Hungria	-	24	24
	Irlanda	-	40	40
	Islândia	-	16	16
	Itália	40	72	112
	Polônia	-	24	24
	Portugal	-	72	72
	Portugal-Reino Unido	64	-	64
	Reino Unido	-	64	64
Rússia	24	-	24	
Suécia	-	16	16	
Suíça	-	472	328	
Total		1.084	4.256	5.340

Fonte: Anvisa.
Elaboração: Ipea.

15 FIOCRUZ

Esta seção resgata e sistematiza a atuação da Fundação Oswaldo Cruz na cooperação internacional no período 2017-2018. As informações foram levantadas no Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris), órgão assessor da presidência dessa entidade, conjuntamente com os membros da Câmara Técnica em Cooperação Internacional,³² que se reuniu duas vezes por ano ao longo desses dois anos.

A instituição desenvolveu pensamento próprio e mobiliza seus técnicos em atividades de cooperação internacional desde a diplomacia da saúde, passando pela Cooperação Sul-Sul e pela cooperação nas áreas de educação; e ciência, tecnologia e inovação em saúde, até a capacitação de seus profissionais.

32. Em 2013, a presidência da Fiocruz criou a Câmara Técnica de Cooperação Internacional (CTCI), com o objetivo de prestar assessoria técnica e científica à presidência e ao Conselho Deliberativo da Fiocruz na área de cooperação internacional, visando à formulação e avaliação de políticas institucionais e à promoção da articulação horizontal entre os diversos institutos e programas da instituição.

A cooperação prestada pela Fiocruz se estabelece a partir de demandas externas recebidas de países ou organismos internacionais, como Opas e OMS, encaminhadas por agentes do governo brasileiro, como a ABC/MRE ou a Aisa/MS, tendo o Cris/Fiocruz como porta de entrada.

Cabe referir que a fundação desenvolveu o conceito de cooperação estruturante em saúde, que tem orientado a atuação e o engajamento internacional da entidade.

A cooperação estruturante enfatiza as ações direcionadas ao desenvolvimento dos sistemas de saúde como um todo, a partir do reforço de instituições que orientam suas políticas, incluindo o próprio MS, os INS, as escolas de saúde pública (ESP) e de técnicos em saúde (ETS) e outras unidades de referência que impactam os sistemas por inteiro. Ações que permitem ampliar o esforço despendido, realçando seu caráter de solidariedade e procurando atuar em problemas que afetam a saúde pública, incluindo proteção, promoção e prevenção de agravos à saúde, e não apenas o tratamento de doenças.

Do ponto de vista institucional, a Fiocruz reforçou o eixo temático referente à *saúde, estado e cooperação internacional* em seu Plano Quadrienal (2018-2021), que inclui a nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 e a implantação do Plano Geral de Trabalho da OMS. Destaca-se a participação do Cris no processo de discussão do objetivo relativo à saúde (ODS 3) na Agenda 2030, atuando como núcleo de reflexão sobre o tema e assessorando o MS na sua aprovação na Assembleia Mundial da Saúde.

O texto está dividido em três partes e respeita a lógica de classificação das atividades de cooperação internacional da própria Fiocruz, sintetizando as informações mais relevantes para compreender o protagonismo do governo brasileiro. Vale registrar que a instituição não separa as atividades internacionais por ano, mas por tipo de atividade e por país.

15.1 Redes estruturantes de cooperação internacional em saúde

Nos últimos anos, a Fiocruz intensificou sua atuação na colaboração técnica e científica, principalmente pelo protagonismo em diversas redes de cooperação estruturante, em particular com países da América Latina e da África, tanto na vertente bilateral como na multilateral.

Recentemente, à margem da 70^a Assembleia Mundial da Saúde,³³ os ministros da Saúde da CPLP destacaram os acordos firmados no âmbito de seu Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (Pecs) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa que visam ao fortalecimento dos sistemas de saúde dos Países Africanos de Língua Portuguesa (Palops), com iniciativas como a criação da Rede de Bancos

33. Realizada em março de 2017. Para mais informações, ver: <<https://bit.ly/33e10c1>>.

de Leite dos Palops, a retomada do e-português e a proposta de fortalecimento da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP.

Trata-se de sintetizar, nesta seção, o trabalho da Fiocruz na construção dessas redes de instituições estruturantes em saúde e identificar os principais pontos das relações internacionais da Fiocruz no que tange à cooperação internacional em saúde.

Na linha multilateral, sob a coordenação do Cris, a instituição foi designada como Centro Colaborador pela OMS para o tema de saúde global e Cooperação Sul-Sul em 2014, com quatro termos de referência programáticos: a implantação de determinantes sociais da saúde no âmbito da Rio+20; o e-português; a segurança do paciente; e as redes estruturantes em saúde na América Latina e CPLP. Em 2018, o Cris foi redesignado como Centro Colaborador da Opas/OMS em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul, e, junto com a Opas/Brasil, apoiou a organização de uma reunião de todos os vinte centros colaboradores da OMS no Brasil (cinco apenas da Fiocruz), cabendo ao Cris importante papel no alinhamento entre esses centros.

O Laboratório de Referência Nacional para Leptospirose, do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), tornou-se o quarto laboratório do mundo a receber a designação de Centro Colaborador da OMS para Leptospirose. Entre as principais ações de cooperação técnico-científica, destacam-se a colaboração em situações epidêmicas e a construção da capacidade operacional para atender às metas da OMS para o milênio: redução da morbidade e letalidade de doenças emergentes e negligenciadas, como a leptospirose.

A Fiocruz coordena a Rinsp, que atua no suporte ao fortalecimento e à criação de institutos nacionais de saúde tanto na América Latina quanto nos Palops, apoiando a formação, o aprimoramento e a capacitação de recursos humanos nas áreas biomédicas e de saúde pública em instituições públicas que apoiem seus respectivos ministérios da saúde no diagnóstico de enfermidades e na geração de evidências científicas que possam aperfeiçoar políticas públicas no setor.

Desde a sua criação, essa rede tem sido muito ativa e representa oportunidade de amplificação de escala das atividades de cooperação da Fiocruz aos INS dos países parceiros, na medida em que as instituições enfrentam muitos problemas comuns. Entretanto, muitas atividades no âmbito da Rinsp ainda se dão em forma bilateral. Além de suas reuniões ordinárias, destacam-se outras atividades importantes, descritas a seguir.

- 1) Levantamento das capacidades dos INS na investigação sobre aspectos vinculados à febre amarela e outras arboviroses e na sua vigilância: no momento da circulação da epizootia e nos casos de febre amarela, e na particular preocupação dos ministros da região, a Rinsp apoiou o diagnóstico sobre as capacidades da América do Sul no início de 2017.

- 2) Seminário-oficina conjunta Unasul/CPLP sobre febre amarela e outras arboviroses: realizado nos dias 2 a 6 de outubro de 2017, visando fortalecer as capacidades dos INS e dos MS para a prestação de serviços e a geração de conhecimentos necessários para a prevenção e o controle de emergências sanitárias, com ênfases na febre amarela e em outras arboviroses emergenciais e re-emergenciais.

A Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública é formada por escolas públicas de saúde, centros de treinamento e instâncias governamentais dos países-membros da Unasul, que a operam buscando fortalecer a formação de profissionais e fomentar o desenvolvimento de pesquisas de saúde pública nesses países, por meio do intercâmbio de experiências e da promoção da cooperação técnica internacional, contribuindo para melhorar os programas, as políticas e os sistemas de saúde nas regiões.

15.2 Cooperação Sul-Sul por área na África e América Latina

Os projetos de cooperação dos institutos da Fiocruz com países da África inserem-se nos eixos estratégicos acordados no Pecs³⁴ da CPLP e procuram contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde dos países parceiros, fortalecendo suas instituições consideradas estruturantes de seus sistemas nacionais de saúde, por intermédio das redes estruturantes e temáticas.

Em Angola, a fundação apoiou o Instituto Nacional de Saúde de Angola, por meio de reuniões e seminários realizados no âmbito da Rinsp/CPLP. Trata-se de projeto de apoio à formação de pesquisadores e docentes de Angola e à sua especialização – mestrado e doutorado –, em diferentes unidades da Fiocruz.

No Benin, a fundação apoia projeto de cooperação na área de alterações em genes de enzimas metabolizadoras de drogas em pacientes com anemia falciforme em uso de hidroxiureia, acompanhados em um estudo longitudinal prospectivo.

Em Cabo Verde, a Fiocruz atua na criação do Instituto Nacional de Saúde de Cabo Verde (INS-CV) e no fortalecimento da atenção em saúde, com um projeto de implantação do Banco de Leite Humano em Cabo Verde. Continuidade do apoio ao projeto, coordenado pelo Instituto Fernandes Figueira (IFF) e pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), que conta com o apoio da ABC e vem realizando capacitação de profissionais de saúde para atuação nos bancos de leite humano em Cabo Verde, em seus diferentes níveis de complexidade.

Em Moçambique, segue o apoio à ampliação do acesso e à garantia da qualidade de antirretrovirais e outros medicamentos, em projeto que tem como objetivos

34. A Fiocruz teve papel ativo na elaboração, negociação e aprovação do Pecs-CPLP, e sua cooperação com os países do bloco é orientada por esse plano estratégico.

instalar infraestrutura industrial para a produção de medicamentos em território moçambicano; transferir técnicas e tecnologia sobre a produção e o controle de qualidade de medicamentos; capacitar recursos humanos locais, em nível técnico e gerencial, para operar o negócio farmacêutico; e assessorar a direção da fábrica e o governo local nos diversos temas relacionados à gestão administrativa e estratégica da fábrica, considerando a obtenção da certificação local e, futuramente, internacional.

Com a América Latina, destacam-se a parceria com o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isags), inaugurado em 25 de julho de 2011, uma entidade intergovernamental, de caráter público, que, por ser integrante da Unasul, teve a sua descontinuidade no início de 2019, por ocasião da saída do Brasil e de outros seis países sul-americanos. Seu objetivo era contribuir para o desenvolvimento de lideranças de sistemas, serviços, organizações e programas em áreas da saúde, bem como prestar apoio técnico às instituições de governo do setor saúde. Seu Conselho Consultivo era formado pelos coordenadores dos grupos de trabalho da Unasul Saúde e pelos coordenadores das redes de instituições estruturantes da Unasul.

A Fiocruz participou da sexta reunião do conselho consultivo do Isags, em sua sede, no Rio de Janeiro, Brasil, nos dias 11 e 12 de abril de 2018, com o objetivo de elaborar recomendações para o Plano Operativo Anual (POA) 2018.

Com a Argentina, aproximadamente quinze projetos de pesquisa, em colaboração com instituições desse país, foram conduzidos, em diferentes áreas do conhecimento, por cinco unidades da Fiocruz. Merecem destaque a Rede de Laboratórios Supranacionais em Tuberculose, da Administração Nacional de Laboratórios e Instituições de Saúde da Argentina (Anlis), integrada pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), além de nove projetos de pesquisa conduzidos pelo IOC com sete instituições argentinas.

A expansão da rede de bancos de leite humano, com objetivo de consolidar a rede para atender à demanda por leite humano processado e fortalecer ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, foi avançada nos seguintes países: Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, México e Peru.

Essa cooperação envolve a transferência de conhecimento e a capacitação de profissionais para elaboração da estratégia de implantação e funcionamento da rede, incluindo a implementação de sistema de informação, planificação e avaliação da rede mexicana de bancos de leite, que conta com 25 BLHs em funcionamento.

Cumprir destacar a aproximação com a China no âmbito da Cooperação Sul-Sul. A parceria entre a Fiocruz e as instituições chinesas começou a ser pensada no fim de 2016, durante uma reunião, em Pequim, do Global Virome Project (GVP) – uma iniciativa global de cooperação científica com objetivo de reduzir

drasticamente o risco de danos provocados por futuros surtos virais em dez anos – iniciativa da qual a Fiocruz participa.

Em junho de 2017, foi dado o primeiro passo para o estabelecimento dessa cooperação: a vinda de uma delegação de alto nível de pesquisadores chineses em saúde e genômica da Academia Chinesa de Ciência, do Center for Diseases Control and Prevention (CDC/China), do Hospital de Shenzhen em Doenças Infecciosas e do Instituto de Genômica de Beijing (BGI). Os pesquisadores visitaram laboratórios e participaram da mesa-redonda *O que aprendemos com as epidemias de Ebola e zika*, com pesquisadores da Fiocruz, compartilhando experiências e descobertas.

Em setembro de 2018, a fundação assinou seu terceiro Memorando de Entendimento com instituições chinesas. Esse documento foi assinado diretamente com a Academia Chinesa de Ciências (CAS), e prevê intercâmbio de cientistas e dados, pesquisas e artigos em conjunto. Essa é a maior instituição científica da China, e, diferentemente de outras academias de ciências, possui instalações e laboratórios próprios. São 124 instituições, entre institutos de pesquisa (104) e universidades (cinco). Por meio dessa parceria, a Fiocruz poderá integrar a rede internacional de centros de excelência em doenças emergentes e da Academia Mundial de Ciências (The World Academy of Sciences – Twas), onde são realizadas pesquisas de ponta.

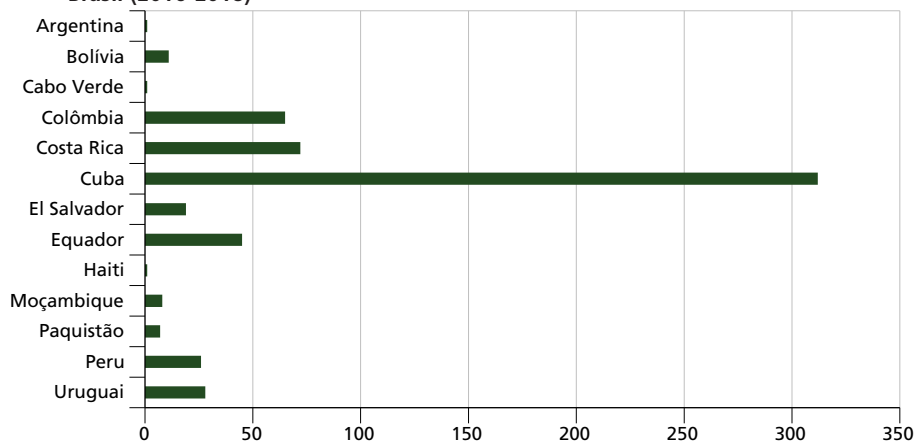
15.3 Cooperação em educação, ciência, tecnologia e inovação em saúde

Alunos estrangeiros ingressam na Fiocruz por meio de cursos regulares dos programas de pós-graduação oferecidos por suas diferentes unidades – mediante seleção em editais gerais ou específicos para estrangeiros – ou atendendo às demandas externas de cursos, realizados em associação com organismos internacionais ou instituições de países parceiros (gráfico 1). Exemplo deste último formato foi a parceria estabelecida com a Opas e o MS, por meio da qual a Fiocruz ofertou cursos de especialização a médicos do Programa Mais Médicos, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do SUS³⁵ (UNA-SUS). O gráfico 1 identifica o número de alunos estrangeiros no Brasil atuando na Fiocruz.

35. Criada em 2010 para atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos profissionais que atuam no SUS e coordenada pelo MS, por meio da atuação conjunta da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) e Fiocruz, o Sistema UNA-SUS conta com uma rede colaborativa formada atualmente por 34 instituições de ensino superior que oferecem cursos à distância gratuitamente.

GRÁFICO 1

Número de alunos estrangeiros ingressados na Fiocruz/MS segundo país de origem – Brasil (2016-2018)



Fonte: Fiocruz/MS.
Elaboração: Ipea.

Quanto ao número elevado de cubanos, isso se deve ao Programa Mais Médicos. A parceria existente não é diretamente com a Fiocruz, mas, sim, entre a Opas e o MS. Sendo ela uma das instituições que compõem a rede UNA-SUS para ofertar cursos de especialização aos médicos do programa, cuja maioria veio de Cuba.

Na frequência dos cursos regulares, podem ser aceitos estudantes selecionados em editais próprios ou em editais internacionais, como o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG), assinado pelo MRE do Brasil com países da África, da América Latina e do Caribe e da Ásia. A orientação para alunos estrangeiros da Fiocruz está no *Guia do estudante online*, publicado pela Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC), que tem versões em espanhol e inglês.

Os alunos e as alunas são provenientes dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Haiti, Moçambique, Paquistão, Paraguai, Peru e Uruguai.

16 DIVISÃO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

A Divisão de Assuntos Educacionais e Língua Portuguesa (Delp)³⁶ é responsável, no MRE, pelos temas ligados à educação.

36. No biênio pesquisado, as funções e ações descritas foram desempenhadas pela Divisão de Temas Educacionais (DCE).

Cumpra, entre outras, funções associadas à coordenação dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), tratando também de outros assuntos relativos à cooperação educacional oferecida pelo Brasil. Participa, ademais, da “negociação de acordos, programas executivos de trabalho e demais atos internacionais referentes à cooperação educacional no plano internacional”, acompanhando sua execução.³⁷

Trabalhando em permanente articulação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Estado Maior da Armada, a Delp contribui para a formação de pessoal estrangeiro no Brasil, bem como para a oferta de cursos de português e a promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira no restante do mundo.

Nesse particular, vale destacar que a divisão gerencia os recursos dos centros culturais das embaixadas e participa da promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira mediante a seleção de leitores (professores brasileiros em universidades estrangeiras) e o gerenciamento dos Leitorados (juntamente com a Capes).³⁸

No que toca à formação de estrangeiros no Brasil, a Delp participa ativamente de três programas de internacionalização ativa da educação brasileira, dedicados à formação de estrangeiros no país, resumidamente apresentados a seguir.

- 1) PEC-G, com o MEC (por intermédio da Sesu) e instituições de ensino superior (IES) brasileiras que oferecem a formação superior em nível de graduação.
- 2) PEC-PG, com a Capes e o CNPq, além das IES brasileiras que oferecem vagas de mestrado e doutorado no âmbito do programa.
- 3) Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), com a Marinha do Brasil, voltado à formação e ao aperfeiçoamento de oficiais da Marinha Mercante de países com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais.

Além desses, há também programa específico desenvolvido com a Capes e a Comissão Fulbright (Programa Fulbright) que oferece bolsas de estudos para intercâmbio de estudantes de pós-graduação, professores e pesquisadores.

O grande destaque da atuação da Delp no campo da Cobradi, seja por seu alcance e tradição, seja por seu significado em termos de engajamento de pessoal e de destinação de recursos, reside nos PECs.

37. Disponível em: <<https://bit.ly/3bHQD2u>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

38. Para mais informações sobre os Leitorados, acessar: <<https://bit.ly/35iWv11>>.

Em termos de pessoal, a divisão tem dois funcionários do quadro dedicados em tempo integral ao ciclo dos PECs. A divisão abriga também banco de dados, utilizado para o cruzamento entre candidatos e vagas, essencial para o processo de seleção e implementação dos programas.³⁹

Nos anos de 2017 e 2018, foram selecionados 943 estudantes para o PEC-G, originários de 43 países de três diferentes regiões do globo (tabela 5).

TABELA 5

Alunos estrangeiros selecionados pelo PEC-G segundo região e país de origem – Brasil (2017-2018)

Região	País	2017	2018	2017-2018
África	África do Sul	1	1	2
	Angola	11	12	23
	Benin	71	44	115
	Cabo Verde	62	58	120
	Camarões	7	2	9
	Costa do Marfim	5	8	13
	Gabão	2	10	12
	Gana	65	58	123
	Guiné-Bissau	15	33	48
	Marrocos	1	-	1
	Mali	-	1	1
	Moçambique	3	2	5
	Namíbia	-	1	1
	Nigéria	2	1	3
	Quênia	4	1	5
	África	República Democrática do Congo	46	37
República do Congo		6	-	6
São Tomé e Príncipe		12	2	14
Senegal		10	7	17
	Togo	2	3	5

(Continua)

39. Embaixadas e consulados do Brasil situados nos países participantes do PEC contam com funcionários que, entre outras funções, atuam como operadores do programa.

(Continuação)

Região	País	2017	2018	2017-2018
América Latina e Caribe	Argentina	1	-	1
	Barbados	2	-	2
	Bolívia	7	10	17
	Chile	3	1	4
	Colômbia	17	9	26
	Costa Rica	-	1	1
	Cuba	8	10	18
	El Salvador	1	-	1
	Equador	6	10	16
	Guatemala	4	5	9
	Haiti	9	13	22
	Honduras	33	40	73
	Jamaica	11	11	22
	México	1	1	2
	Panamá	2	5	7
	Paraguai	23	26	49
	Peru	19	17	36
	República Dominicana	5	-	5
	Suriname	-	1	1
Trindade e Tobago	2	-	2	
Uruguai	1	1	2	
Venezuela	-	2	2	
Ásia	Timor Leste	11	8	19
Total		491	452	943

Fonte: Delp/MRE. Disponível em: <<https://bit.ly/3ih4rTW>>.

Elaboração: Ipea.

Interessante observar que, embora o número de estudantes de origem africana supere os de origem latino-americana e caribenha – foram 325 estudantes africanos em 2017 e 281 estudantes africanos em 2018 contra 155 estudantes latino-americanos e caribenhos em 2017 e 163 em 2018 –, a América Latina e o Caribe apresentaram o maior número de países contemplados no período (22 contra 20 países africanos). Da Ásia, somente Timor Leste teve estudantes PEC-G selecionados no biênio.

Em termos nacionais, Gana (com 123 estudantes selecionados), Cabo Verde (com 120) e Benim (com 115) lideram o *ranking* de indicações, com o maior número de selecionados durante o biênio.

Para além de sua participação na seleção de estudantes-convênio e na gestão do programa, o MRE, por intermédio da Delp, paga também bolsas para parte dos PEC-). São três tipos de bolsas pagas pela divisão (mérito, MRE e emergencial), sendo possível resgatar, nos dados disponíveis, informações referentes ao número de estudantes contemplados semestralmente por bolsa por país, bem assim o número de bolsistas por curso por semestre.

No caso da bolsa mérito,⁴⁰ foram distribuídas, ao todo, 355 bolsas semestrais em 2017 e 191 em 2018, com destaque para as 192 bolsas semestrais pagas para estudantes de Cabo Verde (tabela 6).

TABELA 6
Bolsistas semestrais estrangeiros com bolsa mérito conferida pela Delp/MRE segundo país de origem – Brasil (2017-2018)

País	2017		2018	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Angola	16	6	7	4
Argélia	-	1	-	1
Argentina	-	-	-	1
Barbados	1	1	-	-
Benim	17	19	11	12
Bolívia	3	3	1	2
Cabo Verde	59	64	36	33
Camarões	3	3	1	2
Chile	-	-	-	1
Colômbia	6	7	7	7
Costa do Marfim	2	2	-	-
Cuba	2	1	2	-
El Salvador	-	1	1	2
Equador	4	4	1	1
Gana	7	5	5	3
Guatemala	-	1	1	-
Guiné-Bissau	8	6	-	-
Haiti	3	2	-	-

(Continua)

40. "Concedida a estudantes-convênio que apresentem notável rendimento acadêmico após o primeiro ano de graduação. Além de bolsa mensal, o bolsista Mérito recebe passagem aérea de retorno ao seu país, após o término da graduação". Disponível em: <<https://bit.ly/2R5YCwM>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

(Continuação)

País	2017		2018	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Honduras	6	6	5	6
Jamaica	3	3	1	1
Moçambique	3	2	-	1
Nigéria	1	1	1	1
Paraguai	11	12	3	3
Peru	12	12	7	5
República Democrática do Congo	5	7	3	3
República do Congo	-	-	1	-
República Dominicana	-	1	-	-
São Tomé e Príncipe	2	3	3	2
Senegal	2	-	-	-
Trindade e Tobago	-	1	-	-
Uruguai	-	1	-	-
Togo	2		1	1
Venezuela	1	1	-	1
Total	179	176	98	93

Fonte: Delp/MRE.

Elaboração: Ipea.

Os números relativos às bolsas MRE⁴¹ indicam o pagamento de 25 bolsas semestrais ao longo do período, exclusivamente para estudantes de origem africana (tabela 7).

41. Vale destacar que a bolsa MRE é "concedida a estudantes-convênio de IES não federais que apresentem debilitada situação financeira após o primeiro ano de graduação no Brasil". Disponível em: <<https://bit.ly/3m1s45k>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

TABELA 7

**Bolsistas semestrais estrangeiros com bolsa MRE segundo país de origem – Brasil
(2017-2018)**

País	2017		2018	
	1ª semestre	2ª semestre	1ª semestre	2ª semestre
Angola	-	-	2	1
Benim	-	-	1	2
Cabo Verde	-	-	2	2
Camarões	-	-	1	1
Guiné-Bissau	2	2	-	3
República Democrática do Congo	1	2	1	1
São Tomé e Príncipe	-	-	1	-
Total	3	4	8	10

Fonte: Delp/MRE.
Elaboração: Ipea.

Sobre a bolsa emergencial, “concedida em caráter extraordinário, nos casos em que o estudante se veja em situação de extrema dificuldade financeira de ordem imprevista”,⁴² registrou-se seu pagamento para um estudante angolano no primeiro semestre de 2017.

Além dos dados referentes a bolsistas por país, é também possível resgatar o número de bolsas concedidas pelo MRE semestralmente por curso.

Nesse caso, as bolsas mérito foram pagas a bolsistas de 84 cursos diferentes, sendo os cursos de medicina (com 102 bolsas semestrais) e odontologia (com 39) os que mais tiveram estudantes contemplados (tabela 8).

TABELA 8

Bolsistas semestrais estrangeiros segundo curso de graduação – Brasil (2017-2018)

Curso	2017		2018	
	1ª semestre	2ª semestre	1ª semestre	2ª semestre
Administração	6	3	2	2
Administração de empresas	2	2	-	-
Administração de empresas empreendedurismo e sucessão	1	-	-	-
Administração pública	1	-	1	-
Agroindústria	1	-	-	-
Agronomia	-	2	1	1
Antropologia	1	1	1	-
Arquitetura e urbanismo	13	14	3	5

(Continua)

42. Disponível em: <<https://bit.ly/2DIQTlb>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

(Continuação)

Curso	2017		2018	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Artes cênicas	1	-	-	-
Artes corporais – dança	-	1	-	-
Biomedicina	13	10	6	5
Biotecnologia	1	1	-	-
Ciência política	1	1	-	-
Ciências biológicas	2	5	1	
Ciências contábeis	3	2	3	3
Ciência da computação	-	-	1	1
Ciências econômicas	5	4	-	1
Ciências sociais	3	2	-	-
Cinema e audiovisual	-	1	1	1
Comércio exterior	-	-	-	1
Comunicação social	-	1	-	-
Comunicação social – rádio e televisão	-	-	1	1
Comunicação social – relações públicas	2	2	-	-
Comunicação social – jornalismo	1	3	-	-
Comunicação social – publicidade e propaganda	-	1	-	1
Comunicação social – radialismo	1	-	-	-
<i>Design</i>	3	3	2	-
<i>Design de interiores</i>	1	1	-	-
Direito	8	5	7	4
Ecologia	1	-	-	-
Ecologia e análise ambiental	1	-	-	-
Educação física	1	-	-	-
Enfermagem	3	1	1	1
Engenharia aeronáutica	1	1	1	-
Engenharia agrônômica	2	3	1	2
Engenharia ambiental	1	1	-	-
Engenharia civil	1	2	-	-
Engenharia da computação	3	3	2	2
Engenharia de alimentos	1	1	-	-
Engenharia de controle e automação	3	1	-	-

(Continua)

(Continuação)

Curso	2017		2018	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Engenharia de energia	1	1	-	-
Engenharia de materiais	1	-	-	-
Engenharia de petróleo	1	-	-	-
Engenharia de <i>software</i>	1	-	1	-
Engenharia de telecomunicações	3	5	2	2
Engenharia elétrica	-	-	-	1
Engenharia elétrica-eletrônica	-	1	1	-
Engenharia eletrônica	1	1	1	1
Engenharia física	-	1	-	-
Engenharia florestal	1	1	-	-
Engenharia industrial mecânica	-	1	1	1
Engenharia mecânica	-	-	-	1
Engenharia mecatrônica	1	-	1	-
Engenharia química	2	2	2	2
Engenharia sanitária e ambiental	-	1	-	-
Engenharia sanitária e florestal	1	-	-	-
Estatística	1	-	-	-
Farmácia	3	3	1	3
Farmácia e bioquímica	1	-	-	-
Física	1	1	1	1
Fisioterapia	5	5	2	4
Fonoaudiologia	3	6	2	-
Geologia	-	1	1	-
Gerontologia	1	-	-	-
Gestão ambiental	-	-	1	-
Letras – espanhol e literatura	1	1	-	-
Letras – português e inglês	1	-	1	-
Letras – tradução francês	1	-	-	-
Matemática aplicada a negócios	1	1	-	-
Medicina	19	30	22	31
Medicina veterinária	1	1	-	1
Música	3	3	3	1

(Continua)

(Continuação)

Curso	2017		2018	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Nutrição	5	5	2	3
Obstetrícia	4	4	5	-
Oceanografia	1	1	-	-
Odontologia	13	11	9	6
Pedagogia	1	1	1	1
Produção audiovisual	1	-	-	-
Psicologia	2	3	2	1
Relações internacionais	7	5	1	1
Sistemas de telecomunicações	1	-	-	-
Sistemas e mídias digitais	-	1	-	-
Turismo	-	1	-	1
Zootecnia	1	-	-	-
Total	179	176	98	93

Fonte: Delp/MRE.
Elaboração: Ipea

No caso das bolsas MRE, essas se distribuíram por quinze cursos diferentes, sendo que somente o curso de direito foi contemplado com esse tipo de bolsa em todos os semestres pesquisados (tabela 9).

TABELA 9
Bolsistas semestrais estrangeiros beneficiados com bolsa mérito segundo curso de graduação – Brasil (2017-2018)

Curso	2017		2018	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Arquitetura	-	-	-	1
Artes cênicas	-	1	-	-
Ciências contábeis	-	-	1	-
Ciência da computação	-	-	1	-
Ciências econômicas	-	-	-	1
Ciências sociais	1	1	-	-
Comunicação social – jornalismo	-	-	-	1
Comunicação social – relações públicas	1	-	1	1
<i>Design</i>	-	-	1	1

(Continua)

(Continuação)

Curso	2017		2018	
	1ª semestre	2ª semestre	1ª semestre	2ª semestre
Direito	1	1	2	2
Enfermagem	-	-	1	
Engenharia da computação	-	-	-	1
Medicina	-	1	-	1
Sistema de informação	-	-	1	1
Total	3	4	8	10

Fonte: Delp/MRE.
Elaboração: Ipea

Observe-se, finalmente, que a bolsa emergencial paga no primeiro semestre de 2017 contemplou um estudante de ciências econômicas.

No caso do PEC-PG, um total de 227 estudantes foram selecionados entre 2017 e 2018, com destaque para 145 estudantes de origem africana e outros oitenta latino-americanos (tabela 10).

TABELA 10

Estrangeiros selecionados para o PEC-PG segundo país de origem – Brasil (2017-2018)

Região	País	2017	2018	2017-2018
África	Angola	3	4	7
	Benin	1	3	4
	Cabo Verde	3	4	7
	Camarões	1	-	1
	Guiné-Bissau	1	12	13
	Moçambique	43	66	109
	Nigéria	-	1	1
	São Tomé e Príncipe	-	2	2
	Togo	1	-	1
América Latina e Caribe	Argentina	2	-	2
	Chile	-	3	3
	Colômbia	9	21	30
	Costa Rica	-	3	3
	Cuba	9	2	11
	Equador	2	1	3
	Guatemala	-	2	2
	Honduras	1	-	1
	México	-	3	3

(Continua)

(Continuação)

Região	País	2017	2018	2017-2018
América Latina e Caribe	Paraguai	1	1	2
	Peru	3	11	14
	Uruguai	-	1	1
	Venezuela	1	4	5
Ásia	Timor Leste	1	-	1
	Turquia	-	1	1
Total		82	145	227

Fonte: Delp/MRE. Disponível em: <<https://bit.ly/3k3JyvU>>.

Elaboração: Ipea.

Tal como no caso do PEC-G, apesar da prevalência de estudantes africanos, há um número mais diversificado de nacionalidades atendidas na América Latina e no Caribe.

17 MCTIC

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações é um órgão da administração federal direta com competência nas áreas de telecomunicações, radiodifusão, serviços postais, pesquisa científica, tecnológica e de incentivo à inovação, desenvolvimento de informática e automação, biossegurança, espacial, nuclear, controle de exportação de bens e serviços sensíveis.⁴³

Esse ministério estabelece, em articulação com os governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, com a sociedade civil e outros órgãos do governo federal, as diretrizes para as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.⁴⁴

O MCTIC conta, em sua estrutura organizacional, com dezesseis unidades de pesquisa e oito entidades vinculadas – entre autarquias, autarquia especial, fundação, empresas públicas e sociedades de economia mista (box 1) –,⁴⁵ dos quais vinte se destacam na condução das atividades de CID.⁴⁶

Aos órgãos da estrutura organizacional do ministério que realizaram atividades internacionais relacionadas à Cobradi, juntaram-se, entre 2017 e 2018, as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), a Nuclebras Equipamentos Pesados S. A. (Nuclep) e a própria administração direta do MCTIC, que, durante o biênio, mobilizaram seus servidores, contribuindo para os esforços brasileiros de cooperação internacional no campo da ciência, tecnologia, inovações e comunicações (CTIC).

43. Disponível em: <<https://bit.ly/3lSSbLa>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

44. Disponível em: <<https://bit.ly/3lSSbLa>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

45. Disponível em: <<https://bit.ly/3hdNlVR>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

46. Nos registros disponíveis, apenas o Insa, o Inma, o Ceitec e a ECT não apresentaram atividades relacionadas à Cobradi em 2017 e 2018.

BOX 1

Órgãos da estrutura organizacional do MCTIC

Unidades de pesquisa:

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI);

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF);

Centro de Tecnologia Mineral (Cetem);

Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene);

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden);

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa);

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe);

Instituto Nacional de Tecnologia (INT);

Instituto Nacional do Semiárido (Insa);

Instituto Nacional da Mata Atlântica (Inma);

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict);

Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA);

Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC);

Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast);

Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg); e

Observatório Nacional (ON).

Entidades vinculadas:

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);

Agência Espacial Brasileira (AEB);

Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S. A. (Ceitec);

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT);

Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); e

Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebras).

Fonte: MCTIC.

Elaboração: Ipea.

As linhas gerais dessa atuação, descrita de forma ampla anteriormente, envolve uma vasta rede de atos internacionais, com a criação e a participação em instâncias internacionais de coordenação (Comistas); o apoio a projetos de pesquisa e à mobilidade de estudantes e pesquisadores;⁴⁷ a difusão e a criação conjuntas de

47. Não foram disponibilizadas informações referentes a de bolsas de estudo e financiamento de pesquisa realizadas em especial pelo CNPq e pela Finep.

conhecimento, técnicas e tecnologias; o apoio à participação de pesquisadores brasileiros em grandes experimentos internacionais multilaterais; o pagamento de contribuições voluntárias a instituições científicas internacionais; e o assessoramento científico à tomada de decisões de política externa (Bezerra Lima, Viana e Pereira Júnior, 2018, p. 132-161).

Destaque-se que o esforço brasileiro na cooperação internacional se materializou, entre 2017 e 2018, mediante a mobilização de servidores que dedicaram 156.640 horas de trabalho (tabela 11) a atividades realizadas em 88 países diferentes (box 2).

TABELA 11
Horas técnicas de profissionais do MCTIC dedicadas a atividades de cooperação internacional, por instituição – Brasil (2017-2018)

Órgão	2017	2018	2017-2018
AEB	1.320	1.248	2.568
Anatel	1.888	10.848	12.736
CBPF	9.040	7.504	16.544
Cemaden	1.600	2.088	3.688
Cetem	896	1.192	2.088
Cetene	-	96	96
CNEN	16.384	17.000	33.384
CNPq	264	88	352
CTI	1.024	560	1.584
Finep	144	104	248
Ibict	856	720	1.576
INB	352	1.120	1.472
Inpa	5.112	3.864	8.976
Inpe	14.968	16.440	31.408
INT	1.888	1.640	3.528
LNA	3.768	6.824	10.592
LNCC	4.400	3.000	7.400
Mast	896	352	1.248
MCTI	2.520	2.736	5.256
MPEG	2.408	1.496	3.904
Nuclep	-	704	704
ON	3.368	3.872	7.240
Telebras	-	48	48
Total	73.096	83.544	156.640

Fonte: MCTIC.
Elaboração: Ipea.

Com alcance em todas as regiões do globo, servidores brasileiros participaram de atividades de cooperação realizadas em 29 países europeus, vinte países latino-americanos e caribenhos, dezenove asiáticos, dezesseis africanos, além dos dois norte-americanos e de outros dois da Oceania (box 2).

BOX 2
Regiões e países alcançados pela cooperação em CTIC – Brasil (2017-2018)

África: África do Sul, Angola, Argélia, Cabo Verde, Egito, Etiópia, Gabão, Libéria, Malauí, Marrocos, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia e Zimbábue.

*América do Norte:*¹ Canadá e Estados Unidos.

América Latina e Caribe: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trindade e Tobago e Uruguai.

Ásia: Arábia Saudita, China, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Filipinas, Índia, Indonésia, Irã, Japão, Jordânia, Laos, Malásia, Nepal, Omã, Paquistão, Singapura, Tailândia, Turquia e Vietnã.

*Europa:*² Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Malta, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido (Escócia, Inglaterra), República Tcheca, Romênia, Rússia, Sérvia, Suécia e Suíça.

Oceania: Austrália e Nova Zelândia.

Fonte: MCTIC.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Exceto México.

² Para fins deste estudo, foram unificados como um mesmo país os registros de Holanda e Países Baixos, bem como Reino Unido, Escócia e Inglaterra.

Nos registros disponíveis, quatro países destacam-se como destino de servidores e pesquisadores brasileiros na área de CTIC: Estados Unidos, Suíça, Áustria e Argentina (tabela 12).

TABELA 12
Horas técnicas dos servidores do MCTIC em atividades de cooperação internacional segundo o país – Brasil (2017-2018)¹

País	2017	2018	2017-2018
África do Sul	1.136	472	1.608
Alemanha	4.192	2.704	6.896
Angola	-	80	80
Arábia Saudita	-	56	56
Argélia	72	120	192
Argentina	4.072	7.072	11.144
Austrália	392	696	1.088
Áustria	5.544	6.200	11.744
Bélgica	160	136	296

(Continua)

(Continuação)

País	2017	2018	2017-2018
Bolívia	400	96	496
Bulgária	-	72	72
Cabo Verde	72	160	232
Canadá	1.048	664	1.712
Chile	1.248	1.976	3.224
China	2.304	2.368	4.672
Chipre	-	72	72
Colômbia	344	568	912
Coreia do Sul	72	504	576
Costa Rica	208	312	520
Cuba	264	656	920
Dinamarca	144	272	416
Egito	-	312	312
El Salvador	160	-	160
Emirados Árabes Unidos	112	112	224
Equador	512	640	1.152
Eslovênia	-	272	272
Espanha	1.912	5.552	7.464
Estados Unidos	18.080	12.256	30.336
Etiópia	136	80	216
Filipinas	-	72	72
Finlândia	208	424	632
França	3.152	4.128	7.280
Gabão	192	-	192
Grécia	312	80	392
Guatemala	112	240	352
Guiana	40	160	200
Holanda (Países Baixos)	520	200	720
Honduras	56	-	56
Hungria	-	56	56
Índia	344	368	712
Indonésia	176	-	176
Irã	-	144	144
Irlanda	-	216	216
Islândia	48	-	48

(Continua)

(Continuação)

Pais	2017	2018	2017-2018
Itália	1.616	2.312	3.928
Jamaica	-	72	72
Japão	936	1.176	2.112
Jordânia	-	112	112
Laos	56	-	56
Libéria	-	136	136
Luxemburgo	-	48	48
Malásia	72	168	240
Malauí	-	88	88
Malta	64	144	208
Marrocos	72	56	128
México	2.368	1.432	3.800
Moçambique	-	176	176
Namíbia	-	64	64
Nepal	72	-	72
Nicarágua	56	144	200
Noruega	136	64	200
Omã	-	168	168
Panamá	-	552	552
Paquistão	-	56	56
Paraguai	136	208	344
Peru	1.120	776	1.896
Polónia	288	192	480
Portugal	2.504	736	3.240
Reino Unido (Escócia e Inglaterra)	1.960	3.104	5.064
República Dominicana	-	280	280
República Tcheca	256	304	560
Romênia	96	64	160
Rússia	296	400	696
São Tomé e Príncipe	160	-	160
Senegal	-	160	160
Sérvia	80	-	80
Singapura	80	-	80
Suécia	472	384	856
Suíça	4.192	11.312	15.504

(Continua)

(Continuação)

Pais	2017	2018	2017-2018
Tailândia	-	288	288
Tanzânia	56	152	208
Trindade e Tobago	136	-	136
Turquia	72	376	448
Uruguai	416	336	752
Vietnã	216	88	304
Zimbábue	64	-	64
Total	65.792	76.696	142.488

Fonte: MCTIC.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Não foram computadas as 14.152 horas técnicas dedicadas a múltiplos destinos, haja vista a impossibilidade de indicar o tempo efetivo dedicado a cada local.

A intensidade da cooperação desenvolvida nos Estados Unidos (mais de 30 mil horas técnicas) refletiu-se também na diversidade de temas e órgãos engajados na cooperação brasileira em CTIC. Foram, ao todo, 22 unidades de pesquisa, entidades e outros órgãos vinculados ao MCTIC⁴⁸ que se viram desenvolvendo projetos e ações de cooperação internacional em território norte-americano no biênio 2017-2018.

Importante observar que tal engajamento reflete tanto ações de cooperação direta com órgãos e entidades norte-americanas quanto a participação em eventos e em reuniões de trabalho em diversos órgãos sediados nos Estados Unidos.

Na área de telecomunicações, radiodifusão e serviços postais, por exemplo, servidores da Anatel e da Telebras representaram o país em grandes eventos internacionais da área realizados nos Estados Unidos (como o NAB Show, o SAS Global Forum e o Mobile World Congress Americas, Satellite 2018 – GSMA), em reuniões técnicas e de trabalho de alcance multilateral (como as do Comitê Consultivo Permanente II CCP. II – Radiocomunicações, da Comissão Interamericana de Telecomunicações – Citel) ou bilateral (como as do Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos sobre internet e tecnologias da informação e comunicação – TICs), além de participações em simpósios, conferências e *workshops* da área.

Na área nuclear, servidores e pesquisadores da CNEN, das INBs e da Nuclep dedicaram-se, em solo norte-americano, a participar de conferências (como a XXIX Conferência sobre Órgãos Regulatórios na Comissão Regulatória Americana – NRC; as Conferências de Fotônica SPIE, na Offshore Technology Conference – OTC 2017; a Conferência Internacional de Materiais Eletrônicos e Avançados;

48. A saber: AEB, Anatel, CBPF, Ceitec, Cemaden, Cetem, CNEN, CNPq, CTI, Finep, Ibict, INB, Inpa, Inpe, INT, LNA, LNCC, MCTIC, MPEG, Nuclep, ON e Telebras.

e a Conferência Internacional e Exposição em Cerâmicas Avançadas e Compósitas), de reuniões anuais do Comitê Internacional de Problemas Padrões de Criticidade Nuclear (ICSBEP), de visitas técnicas (como ao Massachusetts Institute of Technology – MIT e ao Laboratório de Produção de Radiofármacos), de simpósios, palestras e *workshops* na área.

Na área espacial, exemplos da atuação brasileira encontram-se no desenvolvimento de estudos conjuntos (como o desenvolvido em parceria pela AEB e a Universidade de Indiana sobre cooperação internacional espacial), na participação em encontros setoriais (como o encontro anual do programa Globe Nasa), na participação em conferências e reuniões técnicas internacionais (como a Conferência de Satélites da National Oceanic and Atmospheric Administration – NOAA, dos Estados Unidos), ou da reunião anual do Comitê de Ondas Gravitacionais do California Institute of Technology – Caltech), além da participação em *workshops* e oficinas científicas.

Digno de nota pela variedade de esforços envidados pelos servidores brasileiros engajados na cooperação brasileira em território norte-americano (seja nas áreas exemplificadas, seja nas demais áreas em que a atuação brasileira se fez presente) é o fato de que tal atuação não se refere exclusivamente à cooperação direta com os Estados Unidos, mas, muito comumente, reflete a presença naquele país de organizações, comissões, eventos e entidades internacionais de interesse para o desenvolvimento de diversas áreas relevantes no campo da CTIC. Essa dinâmica tende a se repetir no caso de outros países onde a presença brasileira é mais intensa.

No caso da Suíça e da Áustria, por exemplo, o fato de os dois países abrigarem organizações internacionais importantes em variadas áreas, como a União Internacional de Telecomunicações (UIT) e a OMM, ambas na Suíça, e a AIEA, na Áustria, contribuiu para uma presença brasileira intensa no período pesquisado, com destaque para servidores da AEB, Anatel, CBPF, Cemaden, CNEN, INB e Inpe, bem como da própria administração direta do MCTIC.

Exemplos da atuação brasileira nesses dois países envolvem desde projetos pontuais, como visitas técnicas a universidades e institutos de pesquisa e apresentação de pesquisas em *workshops* e seminários, até a oferta de cursos por pesquisadores brasileiros, bem como a participação em eventos organizados pelas agências multilaterais, cobrindo campos tão variados quanto os de energia nuclear e temas associados, observação atmosférica, telecomunicações e radiocomunicações, recuperação de áreas degradadas e a participação na análise de dados de experimentos multilaterais realizados em centros de pesquisa, como o CERN, e em reuniões de grupos de trabalho, como o do Sistema de Alerta de Risco Múltiplo Global (GMAS).

Note-se, finalmente, que, no caso da América Latina e do Caribe, a cooperação com a Argentina foi o grande destaque, mobilizando servidores de dezessete

diferentes atores vinculados ao MCTIC.⁴⁹ No vizinho sul-americano, destaca-se uma importante agenda bilateral, que cobre desde inspeções de salvaguardas bilaterais realizadas no âmbito da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e outros temas da agenda vinculada à energia nuclear até o desenvolvimento na área de modelagem do sistema cardiovascular humano. Temas como água e sustentabilidade, desenvolvimento de sistema de mitigação, alerta precoce e monitoramento de seca, bem como a cooperação interinstitucional no campo do financiamento e desenvolvimento de pesquisas conjuntas, também integram uma diversificada agenda bilateral no campo da cooperação em CTIC.

49. A saber: AEB, Anatel, CBPF, Cemaden, Cetem, CNEN, CNPq, Finep, Ibict, INB, Inpa, Inpe, LNCC, Mast, Nuclep e ON, além de servidores da administração direta do MCTIC.

GASTOS COM A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta o resultado do levantamento realizado com a aplicação da metodologia adotada pelo governo brasileiro no dimensionamento de gastos de instituições da administração pública federal (APF) na execução de atividades da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) sob a perspectiva do financiamento público¹ e totaliza os gastos na cooperação internacional realizados nos exercícios de 2017 e de 2018.

A partir dos registros e dados existentes e disponíveis na base do Siafi, identificaram-se os gastos definidos na metodologia Cobradi, quais sejam: diárias, passagens, transferências para organizações internacionais, apoio à realização de eventos, contribuições para organismos internacionais, bolsas de estudo e despesas que a administração pública realiza para assegurar a participação de seus representantes em encontros, acordos ou programas internacionais.

O levantamento identificou atividades internacionais executadas por 27 órgãos do Poder Executivo e suas 243 unidades vinculadas em 2017 – registro que, para o ano de 2018, constatou a existência de 262 unidades da APF vinculadas a 29 órgãos. Essas atividades internacionais executadas no período estudado, devido aos órgãos executores não lançarem seus registros na base de dados do Siafi, resultaram na impossibilidade da devida identificação das *atividades da cooperação internacional para o desenvolvimento* (CID).

Em face dessa limitação na base de dados da execução orçamentária do governo federal, coube ao Ipea articular-se com uma amostra de dezesseis instituições do governo federal² que executaram atividades Cobradi no período do estudo para, assim, evidenciar a factibilidade da metodologia.

2 ATIVIDADES INTERNACIONAIS

Para os fins deste dimensionamento de gastos do governo federal, entende-se como *atividade internacional* toda e qualquer iniciativa de ordem comercial, cultural ou social realizada para a participação, a gestão ou o apoio nas relações internacionais do país.

1. A metodologia está detalhada no capítulo 1 desta publicação.

2. A adoção do método Cobradi requer ajustes operacionais no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) no que diz respeito à identificação das atividades da Cobradi.

Para que tais iniciativas sejam postas em prática, é necessária a realização de “despesas”. Os recursos orçamentários e financeiros para essas iniciativas são definidos pelo governo federal por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), elaborada pelo Poder Executivo e que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no ano de exercício.

Na execução da LOA, é possível identificar, pelo tipo de despesa ou pela forma (modalidade) da despesa, os valores pagos, especificamente, para custear iniciativas/atividades internacionais.

Isso nos permite definir que o *gasto em atividade internacional* é, portanto, a soma dos valores pagos em tipos específicos de despesas (diárias, passagens, transferências, eventos, contribuições e bolsas de estudo), destinados à participação, à gestão ou ao apoio brasileiro a eventos, acordos ou programas internacionais.

Com essas definições pacificadas, torna-se possível a aplicação da metodologia proposta, o que nos permite o levantamento dos gastos realizados pelo governo federal para a efetivação de sua participação em atividades internacionais.

É importante salientar que a análise dos dados da execução orçamentária/financeira demonstrou não ser possível, porém, obter, diretamente, a informação sobre quais desses gastos internacionais estariam relacionados com a Cobradi. Tal impossibilidade se impõe por não haver na LOA a definição de programas e ações orçamentárias que identifiquem com clareza ou diretamente as operações ou modalidades de gastos para tais atividades.

Apesar dessa impossibilidade, no caso das despesas com contribuições, podemos intuir, com grande probabilidade de acerto, que tais operações de despesa representam gastos relacionados à Cobradi, já que, em sua maioria, são repasses voluntários do país como integrante em alguma organização internacional ou são destinados a garantir a participação brasileira em programas ou acordos internacionais dos quais o Brasil é agente ou signatário.

Já para as transferências, no entanto, devemos considerar que estas operações podem, em grande parte, significar uma forma de contratação de mão de obra especializada que, não necessariamente, serão aplicadas em atividades de cooperação internacional.

Ainda que o levantamento de gastos em atividades internacionais não possa identificar diretamente as atividades da Cobradi, estes dados servirão como um referencial de valor máximo e localização de execução para que as unidades executoras no governo federal possam levantar e informar sobre seus gastos relacionados à CID.

Atualmente, essa informação é obtida nas entidades executoras no governo federal, por meio de solicitação formalizada pelo Ipea, para que cada unidade

executora identifique suas atividades na Cobradi, especificando para cada uma: os tipos de despesa, o valor pago para cada despesa, para quem foi paga a despesa (no caso de contribuições e transferências) e o local (país, estado, cidade) onde foi feita a despesa ou foi realizada a iniciativa. Os valores referentes às horas-técnicas (tempo de dedicação de servidor ou técnico à atividade Cobradi) serão contabilizados, também, como gasto.

2.1 Dos gastos em atividades internacionais

Os dados levantados representam valores gastos em atividades internacionais realizadas por 243 unidades da APF em 2017 e 262 em 2018, vinculadas respectivamente a 27 e 29 órgãos do Poder Executivo.

O primeiro passo nesse processo de tratamento dos dados foi, portanto, separar e somar os gastos (valores pagos) pelos órgãos da APF relacionados apenas às despesas especificadas pela metodologia como provenientes do custeio de execução de atividades internacionais (diárias, passagens, transferências, eventos, contribuições e bolsas de estudo).

Apesar da grande diversidade de entes envolvidos em atividades internacionais, é interessante notar que o Ministério da Saúde (MS), o Ministério do Planejamento (MP) e o Ministério da Educação (MEC), somados, respondem por 86,64% do gasto total de R\$ 7,1 bilhões no biênio, somando R\$ 6,2 bilhões (tabela 1) ou US\$ 1,8 bilhão (tabela 16), respectivamente.³

3. Objetivando facilitar a visualização dos dados, as tabelas 1 e 2 apresentam em destaque os sete órgãos com os maiores valores totais de gasto por tipo de despesa; e a agregação dos demais órgãos sob o nome "outros órgãos", que somam os valores de seus gastos. As tabelas apresentam os valores em reais e em dólares. A conversão de real (R\$) para dólar (US\$) foi realizada mediante o uso da taxa de câmbio PTAX do Banco Central do Brasil (BCB, considerando que, em 2017, US\$ 1 equivalia a R\$ 3,191921285 e em 2018, US\$ 1 equivalia a R\$ 3,6551728.

TABELA 1
Brasil: maiores gastos do Poder Executivo por órgão, segundo o tipo de despesa (2017-2018)
 (Em R\$ mil)

Órgão	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
MS	-	-	10.116	4.637	12.478	11.141	70	143	9.946	7.683	2.344.142	1.531.856	2.376.752	1.555.460	3.932.212
MP	-	-	601.094	977.529	945	1.523	3	7	854	1.197	3.181	2.629	606.077	982.885	1.588.962
MEC	189.586	238.501	104	674	16.758	23.450	-	-	9.500	28.009	78.380	104.470	294.328	395.104	689.431
MCTIC	66.741	86.449	427	586	3.299	8.443	-	-	2.099	4.558	856	8.736	73.423	108.772	182.194
MJSP ¹	-	-	4.251	5.036	2.311	3.755	-	-	3.041	2.941	3.777	142.757	13.379	154.490	167.869
MRE	1.094	781	-	5.806	10.411	15.565	1.025	-	21.224	15.816	37.011	27.664	70.764	65.632	136.396
MD	-	-	85	112	36.923	49.953	35	18	10.828	15.927	788	908	48.659	66.918	115.577
Subtotal	257.421	325.731	616.077	994.381	83.124	113.830	1.132	168	57.492	76.131	2.468.135	1.819.020	3.483.382	3.329.260	6.812.642
Outros órgãos ²	3.607	-	7.540	9.192	26.625	41.453	1.366	1.752	25.007	30.793	31.065	177.099	95.212	260.291	355.503
Total	261.029	325.731	623.617	1.003.573	109.750	155.283	2.499	1.920	82.499	106.925	2.499.201	1.996.119	3.578.594	3.589.551	7.168.145

Fonte: Siatfi/SOF.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Ministério da Justiça e Segurança Pública.

² Outros órgãos: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Ministério do Trabalho (MT), Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), MP, Ministério do Turismo (MTur), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério da Economia (ME), Ministério Público da União (MPU), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Controladoria-Geral da União (CGU), Ministério da Integração Nacional (MI), Advocacia-Geral da União (AGU), Defensoria Pública da União (DPU), Ministério das Cidades (MCI) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

TABELA 2
Brasil: maiores gastos por órgão segundo tipo de despesa – Poder Executivo (2017-2018)¹
 (Em US\$ mil)

Órgão	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018		
	MS	-	-	3,169	1,269	3,909	3,048	22	39	3,116	2,102	734,399	419,093	744,615		425,550
MP	-	-	188,317	267,437	296	417	1	2	267	327	997	719	189,878	268,903	458,781	1,829,251
MEC	59,396	65,250	32	184	5,250	6,416	-	-	2,976	7,663	24,556	28,581	92,210	108,094	200,305	
MCTIC	20,909	23,651	134	160	1,034	2,310	-	-	658	1,247	268	2,390	23,003	29,758	52,761	
MJSP	-	-	1,332	1,378	724	1,027	-	-	953	805	1,183	39,056	4,192	42,266	46,458	
MRE	343	214	-	1,588	3,262	4,258	321	-	6,649	4,327	7,568	22,170	17,956	40,126		
MD	-	-	27	31	11,568	13,666	11	5	3,392	4,358	247	248	15,244	18,308	33,552	
Subtotal	80,648	89,115	193,011	272,048	26,042	31,142	355	46	18,012	20,828	773,244	497,656	1,091,312	910,835	2,002,147	
Outros órgãos ²	1,130	-	2,362	2,515	8,342	11,341	428	479	7,835	8,425	9,732	48,452	29,829	71,212	101,041	
Total	81,778	89,115	195,74	274,562	34,384	42,483	783	525	25,846	29,253	782,977	546,108	1,121,141	982,047	2,103,188	

Fonte: Siafi/SOF.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Valor da taxa média do dólar em 2017 (3,191921285) e 2018 (3,6551728) – PTAX Banco Central.

² Outros órgãos: MDH, SGPR, MinC, MF, MDIC, MT, MTPA, MMA, Mapa, MDS, MP, MTur, MME, ME, MPU, MTE, CGU, MI, AGU, DPU, MCid e CNMP.

Interessante observar que, entre 2017 e 2018, houve uma queda global nos gastos do Poder Executivo federal com atividades internacionais, sendo essa baixa, em grande medida, decorrente de significativa queda nos gastos realizados pelo MS (tabela 1).

A diminuição dos gastos do órgão com atividades internacionais no biênio refletiu-se não apenas na queda geral dos gastos brasileiros com atividades internacionais, mas também na participação relativa do órgão no total dos gastos do Executivo federal, passando de 66,42%, em 2017, para 43,33%, em 2018 (tabela 3).

TABELA 3

Brasil: maiores gastos do Poder Executivo e participação relativa por órgão no total gasto no biênio (2017-2018)

Órgão	Ano				Biênio	
	2017 (R\$ mil)	Participação (%)	2018 (R\$ mil)	Participação (%)	Total (R\$ mil)	Participação (%)
MS	2.376.752	66,42	1.555.460	43,33	3.932.212	54,86
MP	606.077	16,94	982.885	27,38	1.588.962	22,17
MEC	294.328	8,22	395.104	11,01	689.431	9,62
MCTIC	73.423	2,05	108.772	3,03	182.194	2,54
MJSP	13.379	0,37	154.490	4,30	167.869	2,34
MRE	70.764	1,98	65.632	1,83	136.396	1,90
MD	48.659	1,36	66.918	1,86	115.577	1,61
Subtotal	3.483.382	97,34	3.329.260	92,75	6.812.642	95,04
Outros órgãos ¹	95.212	2,66	260.291	7,25	355.503	4,96
Total	3.578.594	100,00	3.589.551	100,00	7.168.145	100,00

Fonte: Siafi/SOF.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Outros órgãos: MDH, SGPR, MinC, MF, MDIC, MT, MTPA, MMA, Mapa, MDS, MP, MTur, MME, ME, MPU, MTE, CGU, MI, AGU, DPU, MCid, CNMP

Obs.: Os valores constantes nesta tabela foram convertidos em dólares e constam da tabela D.2, no apêndice D.

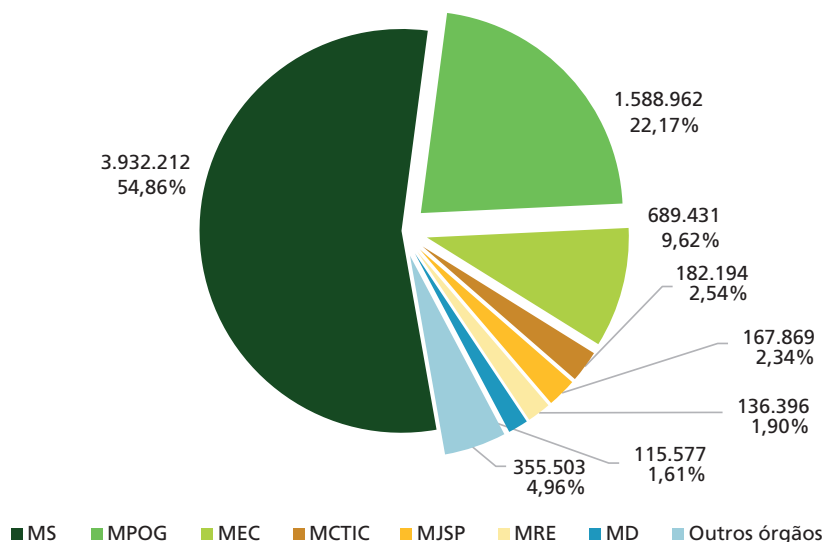
Vale observar que, apesar da queda na participação no total de gastos do Executivo federal com atividades internacionais, o MS ainda manteve expressivos 54,86% dos gastos totais no período, superando a soma dos gastos dos demais entes no biênio. Em 2018, após significativa queda em seus dispêndios com atividades internacionais, o MS mantinha gastos ainda superiores àqueles realizados por MP, MEC e MCTIC em conjunto – respectivamente, segundo, terceiro e quarto maiores gastadores no período (tabela 3).

Somadas as sete unidades executoras que mais gastaram no biênio, chega-se a mais de 95% dos gastos do Executivo federal no biênio, sendo os outros órgãos responsáveis por apenas 4,96% dos gastos no período (gráfico 1).

GRÁFICO 1

Brasil: maiores gastos do Poder Executivo – participação por órgão no total gasto no biênio (2017-2018)

(Em R\$ mil)



Fonte: Siafi/SOF

Elaboração: Ipea

Obs.: Os valores constantes neste gráfico foram convertidos em dólares e constam do gráfico D.1, no apêndice D.

Considerando os tipos de despesa, observa-se que os gastos internacionais com bolsas, contribuições, diárias e passagens apresentaram crescimento entre 24 e 60 pontos percentuais (p.p.) no período de 2017 e 2018. Gastos com transferências e eventos, a seu turno, apresentaram quedas de 23 e 20 p.p., respectivamente (tabela 4).

TABELA 4

Brasil: evolução dos gastos de órgãos do Poder Executivo segundo o tipo de despesa no biênio (2017-2018)

Tipo de despesa	2017 (R\$ mil)	2018 (R\$ mil)	Evolução (%)
Bolsas	261.029	325.731	24,79
Contribuições	623.617	1.003.573	60,93
Diárias	109.750	155.283	41,49
Eventos	2.499	1.920	-23,16
Passagens	82.499	106.925	29,61
Transferências	2.499.201	1.996.119	-20,13

Fonte: Siafi/SOF.

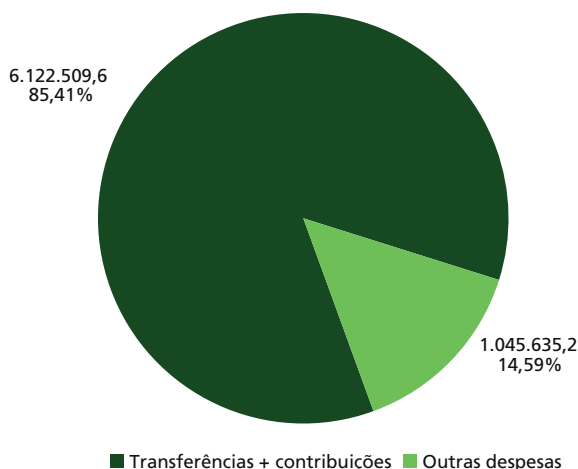
Elaboração: Ipea.

Obs.: Os valores constantes nesta tabela foram convertidos em dólares e constam da tabela D.3 no apêndice D.

Em termos de recursos totais gastos, vale observar que o Poder Executivo federal executou um total de R\$ 7.168.144,8 mil em gastos internacionais no biênio 2017-2018, sendo que R\$ 6.122.509,6 mil, o equivalente a 85,41%, correspondem à soma de dois tipos de despesa: transferências e contribuições (gráfico 2).

GRÁFICO 2
Brasil: participação relativa de gastos do Poder Executivo segundo transferências mais contribuições e com outras despesas no biênio (2017-2018)

(Em R\$ mil)



Fonte: Siafi/SOF

Elaboração: Ipea

Obs.: Os valores constantes neste gráfico foram convertidos em dólares e constam do gráfico D.2, no apêndice D.

Interessante observar que o órgão que mais gastou com atividades internacionais no biênio foi também aquele que mais contribuiu com gastos em transferências e contribuições. O MS foi responsável por 88% das transferências e contribuições efetuadas no período de 2017 e 2018 (tabela 3 e gráfico 3).

TABELA 5
Brasil: transferências e contribuições do Poder Executivo, do MS e de outros órgãos no biênio (2017-2018)

(Em R\$ mil)

Órgão	Período		2017-2018
	2017	2018	
MS	2.858.367	2.567.910	5.426.277
Outros órgãos ¹	264.451	431.782	696.233
Total	3.122.818	2.999.692	6.122.510

Fonte: Siafi/SOF.

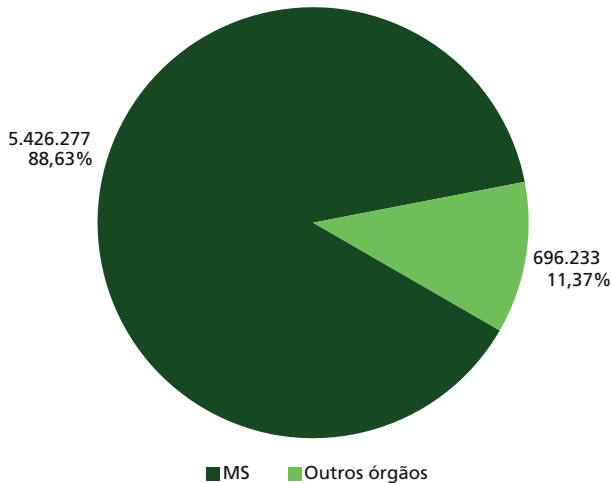
Elaboração: Ipea.

 Nota: ¹ Outros órgãos: MP, MEC, MCTIC, MJSP, MRE, MD, MDH, SGPR, MinC, MF, MDIC, MT, MTPA, MMA, Mapa, MDS, MP, MTur, MME, ME, MPU, MTE, CGU, MI, AGU, DPU, MCIId e CNMP.

Obs.: Os valores constantes nesta tabela foram convertidos em dólares e constam da tabela D.4, no apêndice D.

GRÁFICO 3

Brasil, Poder Executivo: transferências e contribuições – MS versus demais órgãos no biênio (2017-2018)
(Em R\$ mil)



Fonte: Siafi/SOF

Elaboração: Ipea

Obs.: Os valores constantes neste gráfico foram convertidos em dólares e constam do gráfico D.2, no apêndice D.

No caso das transferências e contribuições, maior item individual de gastos do Poder Executivo federal, tiveram como destino, principalmente, instituições ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU), com 91,53% do total em 2017 e 85,61% do total em 2018 (tabela 6 e gráfico 4).

TABELA 6

Brasil: total de transferências e contribuições do Poder Executivo, segundo destinação, no biênio (2017-2018)
(Em R\$ mil)

Órgão	Ano			
	2017	Participação no Total (%)	2018	Participação no total (%)
ONU	2.858.367	91,53	2.567.910	85,61
Outros organismos	264.451	8,47	431.782	14,39
Total	3.122.818	100,00	2.999.692	100,00

Fonte: Siafi/SOF.

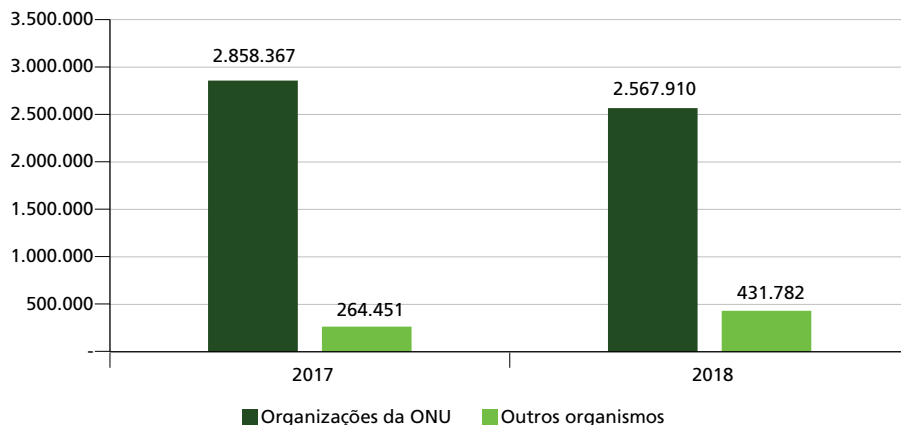
Elaboração: Ipea.

Obs.: Os valores constantes nesta tabela foram convertidos em dólares e constam da tabela D.5 no apêndice D.

GRÁFICO 4

Brasil: total da destinação de transferências e contribuições do Poder Executivo, segundo a destinação, no biênio (2017-2018)

(Em R\$ mil)



Fonte: Siafi/SOF

Elaboração: Ipea

Obs.: Os valores constantes neste gráfico foram convertidos em dólares e constam do gráfico D.3, no apêndice D.

Das sete organizações internacionais que mais receberam recursos, cinco são ligadas à ONU. Juntas, receberam R\$ 5.163.136 mil, ficando com 75,97% do valor total aportado de R\$ 6.122.510 mil em contribuições e transferências no biênio (tabela 7).

TABELA 7

Brasil: total de transferências e contribuições do Poder Executivo para organismos internacionais no biênio (2017-2018)

(Em R\$ mil)

Instituições	Contribuições		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
OPAS/ONU	34.981	24.387	2.297.455	1.457.803	2.332.436	1.482.190	3.814.626
Sistema das Nações Unidas/ONU	177.556	288.862	1.588	-	179.144	288.862	468.006
UNESCO/ONU	44.672	102.187	47.153	51.562	91.824	153.749	245.573
PNUD/ONU	-	-	50.017	185.744	50.017	185.744	235.760
OIT/ONU	58.543	99.792	300	-	58.843	99.792	158.635
OEI e	3.365	4.012	27.937	92.122	31.301	96.134	127.435
instituições de caráter técnico ou científico	37.698	70.772	225	4.406	37.923	75.179	113.102
Outras organizações	266.804	413.561	74.527	204.482	341.331	618.043	959.374
Total	623.617	1.003.573	2.499.201	1.996.119	3.122.818	2.999.692	6.122.510

Fonte: SAIN/SECINT/ME.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os valores constantes nesta tabela foram convertidos em dólares e constam da tabela D.6 no apêndice D.

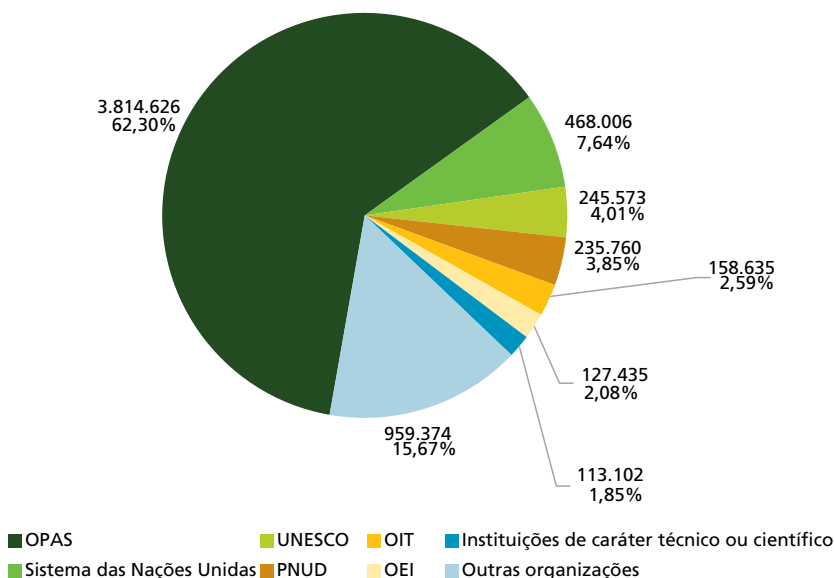
Nota: OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; OIT – Organização Internacional do Trabalho; e OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos.

Destaque-se, ademais, que a OPAS – a quem o Executivo federal destinou 62,3% dos seus gastos no período (gráfico 5) – consolidou espaço de destaque na área de saúde.

GRÁFICO 5

Brasil: distribuição relativa de gastos com transferências e contribuições do Poder Executivo, segundo organismos internacionais, no biênio (2017-2018)

(Em R\$ mil)



Fonte: Siafi/SOF

Elaboração: Ipea

Obs.: Os valores constantes neste gráfico foram convertidos em dólares e constam do gráfico D.4, no apêndice D.

A análise dos gastos com organismos internacionais, com dados já disponíveis para o triênio que se encerrou em 2019, confirma a tendência de aportes feitos à OPAS e a organizações do Sistema das Nações Unidas, entre as quais se destacam o PNUD, a UNESCO e a OIT (tabela 8).

TABELA 8

Brasil: total de gastos do Poder Executivo com organismos internacionais no triênio (2017-2019)

(Em R\$ mil)

Organismos internacionais	2017	2018	2019	Total
OPAS/OMS	2.297.454.810	1.457.803.208	798.601.007	4.553.859.026
Contribuição ao Sistema das Nações Unidas/ONU	177.555.943	283.861.840	681.008.042	1.142.425.825
PNUD	50.116.726	218.191.078	71.871.901	340.179.705
UNESCO	91.824.094	152.958.668	58.954.115	303.736.877
OIT	58.842.795	99.791.769	32.799.553	191.434.117

(Continua)

(Continuação)

Organismos internacionais	2017	2018	2019	Total
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)	34.621.726	62.178.552	64.418.188	161.218.466
Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)	41.904.634	64.332.000	42.138.359	148.374.993
Organização Mundial da Saúde (OMS)	48.984.040	53.314.712	-	102.298.752
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	8.189.961	7.982.364	7.828.716	24.001.041
Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ)	-	22.889.599	-	22.889.599
Organização de Aviação Civil Internacional (OACI)	6.963.214	8.246.958	6.605.654	21.815.826
Programa Mundial de Alimentos (PMA)	9.713.089	749.570	8.206.799	18.669.458
Organização Meteorológica Mundial (OMM)	7.361.751	1.563.437	7.546.469	16.471.657
Organização Mundial do Comércio (OMC)	8.496.538	-	7.584.418	16.080.956
Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)	3.196.050	2.040.037	3.756.697	8.992.785
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)	-	4.000.000	-	4.000.000
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)	-	226.534	220.018	446.552
Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)	2.136.000	-	-	2.136.000
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima	-	264.905	3.427.926	3.692.831
Protocolo de Quioto	2.075.617	358.622	278.821	2.713.060
Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação	-	1.415.512	999.818	2.415.330
Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco	-	1.399.549	300.862	1.700.411
Convenção sobre Proibição de Armas Biológicas	730.588	253.682	10.442	994.712
Convenção sobre Certas Armas Convencionais	750.502	-	213.464	963.966
Fundo Internacional da Diversidade Cultural/Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC/ONU)	-	883.768	-	883.768
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)	780.000	-	-	780.000
Organização Internacional de Metrologia Legal (OIML)	742.032	-	-	742.032
Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)	-	703.375	-	703.375
Organização Mundial do Turismo (OMT)	-	690.819	-	690.819
Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS)	-	103.978.381	-	103.978.381
Convenção de Viena para Proteção da Camada de Ozônio	290.655	-	-	290.655
Total	2.852.730.765	2.550.078.940	1.796.771.270	7.199.580.974

Fonte: Sain/Secint/ME.
Elaboração: Ipea

No que tange aos gastos com bancos e fundos internacionais, o destaque fica por conta dos gastos realizados com o Banco Mundial e com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), que responderam, respectivamente, por cerca de 51% e 38% dos gastos totais no triênio encerrado em 2019 (tabela 9).

TABELA 9
Brasil: gastos do Poder Executivo com bancos regionais no triênio (2017-2019)
 (Em US\$ mil)

Organismos internacionais	2017	2018	2019	Total
Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)	-	2,173.9	2,173.9	4,347.7
Banco de Desenvolvimento da América Latina	39,987.2	20,050.4	-	60,037.6
Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC)	988.9	1,775.3	1,191.4	3,955.6
Banco Mundial (Grupo Banco Mundial)	2,839.1	77,129.8	-	79,968.9
Fundo Global (GEF)	1,589.0	3,406.7	3,565.9	8,561.6
Total	45,404.2	104,536.1	6,931.1	156,871.4

Fonte: Sain/Secint/ME.

Elaboração: Ipea.

Desagregando ainda mais os dados, no intuito de apresentar uma visão mais precisa dos gastos do Executivo federal, é possível verificar, nas bases de dados disponíveis, a atuação internacional de unidades executoras, ligadas em segundo ou terceiro nível hierárquico aos órgãos federais. São elas que, efetivamente, executam as iniciativas previstas no Orçamento Federal, incluindo-se nelas as relacionadas às atividades internacionais. Das mais de duzentas unidades executoras, destacam-se as sete responsáveis pelos maiores gastos em atividades internacionais no biênio 2017-2018 (tabela 10).

TABELA 10
Brasil: total de gastos das sete maiores unidades executoras do Poder Executivo segundo o tipo de despesa no biênio (2017-2018)
 (Em R\$ mil)

Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No biênio		
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Fundo Nacional de Saúde (FNS)/MS	-	-	10.012	4.514	1.484	1.778	-	-	1.493	1.823	2.342.778	1.522.305	2.355.767	1.530.419	3.886.186
Administração direta/MP	-	-	601.041	977.468	471	629	-	-	362	455	561	1.441	602.434	979.993	1.582.427
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC)	183.914	232.404	-	-	3.590	4.237	-	-	2.035	18.902	-	-	189.539	255.543	445.081
Administração direta/MRE	-	121	-	806	10.979	16.875	-	-	20.472	15.539	62.647	75.257	94.098	108.597	202.695
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTIC)	66.616	86.383	-	2	59	91	-	-	31	19	24	1.190	66.729	87.685	154.415
Fundo Penitenciário Nacional (Fupen)/MJSP	-	-	-	-	191	251	-	-	65	41	-	137.355	256	137.647	137.903
Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE)	-	-	-	5.000	-	-	-	-	-	-	31.725	22.711	31.725	27.711	59.436
Unidades dos demais órgãos	10.499	6.823	12.564	15.783	92.976	131.423	2.499	1.920	58.042	70.146	61.466	235.861	238.045	461.956	700.001
Total	261.029	325.731	623.617	1.003.573	109.750	155.283	2.499	1.920	82.499	106.925	2.499.201	1.996.119	3.578.594	3.589.551	7.168.145

Fonte: Siafi/SOF.

Elaboração: Ipea.

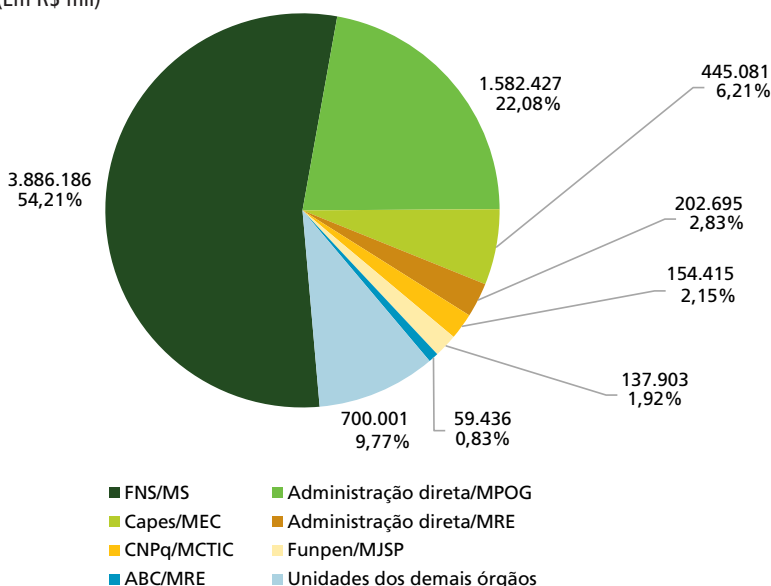
Obs.: Os valores constantes nesta tabela foram convertidos em dólares e constam da tabela D.7 no apêndice D.

Em termos de participação percentual nos gastos do Executivo federal com atividades internacionais, vale observar o peso do FNS, com 54,21% dos gastos, seguido pela administração direta (MP), com 22,08% (tabela 11 ou gráfico 6)

GRÁFICO 6

Brasil: participação das unidades no total gasto no biênio (2017-2018)

(Em R\$ mil)



Fonte: Siafi/SOF

Elaboração: Ipea

Obs.: Os valores constantes neste gráfico foram convertidos em dólares e constam do gráfico D.4, no apêndice D.

TABELA 11

Brasil: Poder Executivo – unidades – participação no gasto no biênio (2017-2018)

(Em R\$ mil)

Unidade executora	Valor (R\$)	Participação (%)
FNS/MS	3.886.186	54,21
Administração direta/MP	1.582.427	22,08
Capes/MEC	445.081	6,21
Administração direta/MRE	202.695	2,83
CNPq/MCTIC	154.415	2,15
Funpen/MJSP	137.903	1,92
ABC/MRE	59.436	0,83
Unidades dos demais órgãos	700.001	9,77
Total	7.168.145	100,00

Fonte: Siafi/SOF.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os valores constantes nesta tabela foram convertidos em dólares e constam na tabela D.8 do apêndice D.

2.2 Dos gastos em atividades de CID

O segundo passo nesse processo foi, mediante o contato com as instituições parceiras, estabelecer, tendo como referência o levantamento de suas despesas com atividades internacionais, quais destes gastos ou outros gastos não relacionados no primeiro passo do processo representaram, especificamente, seus gastos com atividades na Cobradi nos períodos estudados.

Essa iniciativa possibilitou complementar as informações de gastos, qualificando-as no sentido de representarem de modo mais fiel os esforços envidados pelo Executivo federal na promoção da Cobradi. A partir da interlocução com os executores da cooperação internacional prestada pelo Brasil, foi possível descrever o alcance geográfico das ações implementadas, bem assim as parcerias realizadas na implementação dessas mesmas ações. Destaquem-se, nesse sentido, as contribuições feitas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), pelo Ipea e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

2.2.1 ABC

A ABC atua na gestão da cooperação técnica internacional realizada pelo Brasil. Para tanto, tem se valido das transferências internacionais como forma de administrar recursos de maneira a possibilitar seu uso em projetos plurianuais – desvinculando-se, portanto, em alguma medida, da lógica anualizada do orçamento federal.

Esse recurso explica, em parte, o fato de a agência ter tido uma pequena participação percentual nos gastos totais do Executivo federal (gastos internacionais diretos), executando pouco mais de R\$ 59 milhões em 2017 e 2018 (tabela 1).

Porém, isso não impediu o protagonismo da agência, que, por meio de transferências, gastou mais de R\$ 214 milhões no mesmo período. Disponibilizando os valores de R\$ 69.015.790, em 2017, e R\$ 145.425.425, em 2018 (tabela 11), para ações de CID, a ABC coordenou, no período, cerca de 610 iniciativas de cooperação técnica.

Em sua atuação internacional, a agência contou com a parceria de mais de sessenta instituições brasileiras, que mobilizaram seus técnicos e sua *expertise*, colocando-os à disposição da Cobradi, a partir da coordenação executada pela ABC (tabela 12).

TABELA 12
Brasil: gastos com cooperação técnica por órgão do poder executivo no biênio (2017-2018)
(Em R\$)

Instituições	2.017	2018	No biênio	Participação (%)
ABC	15.417.443	25.180.718	40.598.161	18,93
Agência Brasileira de Inteligência (Abin)	158.082	94.725	252.807	0,12
Agência Brasileira de Promoção de Investimentos e Exportações (ApexBrasil)	-	29.193	29.193	0,01
Agência Nacional de Águas (ANA)	1.507.768	1.087.699	2.595.467	1,21
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)	2.251.257	411.464	2.662.721	1,24
Arquivo Nacional	222.594	-	222.594	0,10
BCB	215.429	1.529.590	1.745.018	0,81
Caixa Econômica Federal (CEF)	260.295	1.888.811	2.149.106	1,00
Conab	55.732	59.954	115.686	0,05
Coordenação Geral de Atendimento Especializado do MS	-	99.112	99.112	0,05
DPU	53.803	172.589	226.392	0,11
Departamento de Defesa Animal (DDA/Mapa)	1.900	3.127	5.027	0,00
Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais (DDAHV/M)S	21.314	-	21.314	0,01
Departamento de Polícia Federal (DPF/MJ)	1.017.522	1.707.616	2.725.137	1,27
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	6.309.586	6.506.851	12.816.437	5,98
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás)	-	62.798	62.798	0,03
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)	99.437	-	99.437	0,05
Escola de Administração Fazendária (Esaf)	3.614	-	-3.614	0,00
Escola Nacional de Administração Pública (Enap)	54.674	302.086	356.760	0,17
Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)	342.242	275.865	618.107	0,29
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	11.620.564	20.093.437	31.714.001	14,79
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	4.718	5.541	823	0,00
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil)	-	78.011	78.011	0,04
Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)	-	47.626	47.626	0,02
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	286.112	134.482	420.594	0,20
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio)	103.591	-	103.591	0,05
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	-	45.799	45.799	0,02
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC)	277.816	733.274	1.011.091	0,47
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)	208.747	407.118	615.866	0,29
Instituto Rio Branco (IRBr)	549.104	1.174.521	1.723.624	0,80
Mapa	286.112	63.585	349.697	0,16
Ministério da Defesa (MD)	25.297	943.442	968.739	0,45
MEC	465.409	636.145	1.101.554	0,51
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	152.158	-	152.158	0,07

(Continua)

(Continuação)

Instituições	2.017	2018	No biênio	Participação (%)
Ministério da Previdência Social (MPS)	259.231	61.195	320.426	0,15
MS	19.728.078	26.864.041	46.592.119	21,73
MCid	7.737	11.903	19.641	0,01
Ministério das Comunicações (Minicom)	24.339	-	24.339	0,01
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	27.637	-	27.637	0,01
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	-	51.091	51.091	0,02
MDS	7.851	5.645	2.205	0,00
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)	43.526	120.195	163.720	0,08
MMA	405.628	222.919	628.547	0,29
MTE	72.991	232.047	305.038	0,14
Ministério do Trabalho e Previdência Social	-	12.087	12.087	0,01
Ministério Público Federal (MPF)	45.167	-	45.167	0,02
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	-	276.998	276.998	0,13
Rede Nacional de Organizações da Sociedade Civil para as Energias Renováveis (Renove)	-	5.973	5.973	0,00
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)	-	38.108	38.108	0,02
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	652.030	-	652.030	0,30
Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir)	-	18.424	18.424	0,01
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	83.795	-	83.795	0,04
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (Ceam/UnB)/	138.321	-	138.321	0,06
Universidade Federal de Lavras (Ufla)	2.343.018	2.236.747	4.579.764	2,14
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	259.766	144.738	404.504	0,19
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	-	25.594	25.594	0,01
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	18.535	48.444	66.979	0,03
Universidade Federal Fluminense (UFF)	16.626	64.173	80.800	0,04
Outros órgãos	2.925.861	51.221.212	54.147.072	25,25
Total	69.015.791	145.425.426	214.441.217	100,00

Fonte: ABC/MRE.

Elaboração: Ipea.

Interessante observar aqui também a prevalência de ações coordenadas com órgãos vinculados ao MS, confirmada pela presença do órgão (21,73%) e da FioCruz (14,79%) como destinatários maiores de recursos da ABC, logo após os gastos da agência com seu próprio pessoal (tabela 11).

Entre os principais destinos de atuação da cooperação técnica brasileira estão os países da cooperação com o Brasil. Cumpre destacar a presença atuante da cooperação brasileira com os países que formam o Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palops), como Moçambique, Guiné-Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe, entre outros, conforme destacado na tabela 13.

TABELA 13

Brasil: gastos do Poder Executivo em cooperação técnica, por país ou grupo de países, no biênio (2017-2018)
(Em R\$)

País ou grupo de países	2017 (R\$)	2018 (R\$)	No biênio (R\$)	Participação (%)
Moçambique	10.161.862	14.561.648	24.723.511	11,50
Suriname	2.823.733	15.020.203	17.843.936	8,30
Regional África	4.457.104	11.905.029	16.362.133	7,60
Haiti	2.542.992	8.541.295	11.084.286	5,20
Equador	2.418.329	6.862.286	9.280.614	4,30
Dominica	15.460	8.559.875	8.575.335	4,00
Guiné-Bissau	5.273.589	2.308.730	7.582.319	3,50
Angola	2.320.950	5.023.879	7.344.830	3,40
Bolívia	1.478.834	5.484.248	6.963.082	3,20
São Tomé e Príncipe	1.601.730	4.795.614	6.397.345	3,00
Paraguai	1.825.794	4.134.681	5.960.475	2,80
CPLP	3.068.823	5.240.152	8.308.975	3,90
Brasil	1.382.516	4.248.636	5.631.152	2,60
México	2.180.651	3.277.738	5.458.389	2,50
Honduras	1.763.567	3.639.846	5.403.414	2,50
Guatemala	1.310.622	3.277.738	4.588.360	2,10
República Dominicana	402.538	4.037.181	4.439.719	2,10
Cabo Verde	1.500.894	2.322.140	3.823.033	1,80
El Salvador	3.814.687	-	3.814.687	1,80
Cotton-4	3.535.757	-	3.535.757	1,60
Peru	1.717.776	1.680.895	3.398.671	1,60
Nicarágua	1.041.548	2.333.497	3.375.045	1,60
Mercosul	1.382.516	1.985.819	3.368.335	1,60
Regional – América do Sul	1.900	3.280.865	3.282.765	1,50
Caricom	1.258.388	1.870.723	3.129.111	1,50
Uruguai	375.209	2.004.243	2.379.453	1,10
Regional – CTPD	342.242	1.638.869	1.981.111	0,90
Senegal	99.437	1.703.042	1.802.479	0,80
Belize	-	1.638.869	1.638.869	0,80
Butão	-	1.638.869	1.638.869	0,80
Guiné-Equatorial	-	1.638.869	1.638.869	0,80
Palestina	-	1.638.869	1.638.869	0,80
Regional América Latina	-	1.638.869	1.638.869	0,80
Tanzânia	-	1.638.869	1.638.869	0,80

(Continua)

(Continuação)

Pais ou grupo de países	2017 (R\$)	2018 (R\$)	No biênio (R\$)	Participação (%)
Ucrânia	-	1.638.869	1.638.869	0,80
Malawi e Moçambique	1.592.342	-	1.592.342	0,70
Guiana	1.382.516	53.478	1.435.994	0,70
Regional – América Latina e o Caribe	853.011	528.180	1.381.190	0,60
Gestão da Cooperação Técnica	947.433	175.006	1.122.439	0,50
Cotton-4	479.312	437.473	916.785	0,40
Argentina	364.005	519.939	883.943	0,40
Etiópia	348.605	521.374	869.979	0,40
Timor Leste	457.888	267.315	725.203	0,30
Burkina-Faso	348.605	341.509	690.113	0,30
Gana	348.605	341.509	690.113	0,30
Benin	326.015	251.448	577.463	0,30
Sudão	259.766	144.738	404.504	0,20
Togo	348.605	-	348.605	0,20
Turquia	342.242	-	342.242	0,20
Colômbia	88.291	161.822	250.114	0,10
Bangladesh, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Malawi, Mali, México, Níger, Senegal, Zâmbia e Timor Leste	187.925	-	187.925	0,10
Afeganistão	-	169.864	169.864	0,10
República Democrática do Congo	-	169.864	169.864	0,10
Costa do Marfim	152.158	-	152.158	0,10
Tunísia	89.018	52.942	141.960	0,10
Myanmar	-	78.011	78.011	0,00
Total	69.015.791	145.425.425	214.441.216	100,00

Fonte: ABC/MRE.
Elaboração: Ipea.

Importante observar que, em nenhum desses casos, o governo brasileiro transferiu recursos do Tesouro para outros países. O somatório representa os valores registrados para a promoção da cooperação, tais como os gastos com diárias, passagens, horas técnicas dos funcionários, bolsas de estudos, financiamento a pesquisas, doações de alimentos e remédios, além de gastos administrativos e associados à gestão, à logística e à coordenação de iniciativas e projetos (tabela 4).

2.3 Gastos com a cooperação humanitária

A Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH) coordenou, entre os anos 2017 e 2018, 54 ações de cooperação humanitária, representando um valor estimado de mais de R\$ 41 milhões (tabela 14).

TABELA 14

Brasil: gastos do Executivo em cooperação humanitária, segundo tipos de demandas, no biênio (2017-2018)
(Em R\$)

Tipo de ação	2017	2018	No biênio
Doações de ações de resposta humanitária	4.481.818	19.006.899	23.488.716
Doações de alimentos executadas			-
Doações de medicamentos executadas	6.649.890	10.869.548	17.519.438
Total	11.131.708	29.876.447	41.008.154

Fonte: ABC/CGCH.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os valores constantes nesta tabela foram convertidos em dólares e constam da tabela D.9, no apêndice D.

Entre as ações, destacam-se as doações de ações de resposta humanitária, por representarem o principal item de gasto da cooperação humanitária prestada pelo Brasil no biênio, bem como as doações de medicamentos. Observa-se que o valor despendido em 2018 é mais do que o dobro daquele executado em 2017. Um dos principais componentes do gasto é a doação de medicamentos e outros insumos de saúde, que se realiza por meio da CGCH/ABC. A coordenação recebe a demanda e posteriormente consulta o Ministério da Saúde do Brasil sobre a possibilidade de concretização da doação, parcial ou integral, além de alinhar com o país solicitante como se dará o processo de transporte dos itens doados, ou seja, toda a logística de entrega desses medicamentos. É importante destacar que as ações humanitárias não privam dos brasileiros o direito ao acesso dos medicamentos, que são doados apenas se não fizeram falta aos pacientes nacionais.

Com relação à abrangência da atuação internacional da CGCH, percebe-se o quão difundidas foram as ações de cooperação humanitária prestadas pelo Brasil, destacando-se, principalmente, em países da América Latina, Ásia e África (tabela 15).

TABELA 15

Brasil: gastos do Poder Executivo em atividades de cooperação humanitária por país no biênio (2017-2018)
(Em R\$)

País	Região	Valor estimado do bem		No biênio
		2017	2018	
Angola	África	-	2.328.493	2.328.493
Armênia	Ásia	86	-	86
Bolívia	América do Sul	456.669	8.644	465.312
Colômbia	América do Sul	3.553.522	-	3.553.522
El Salvador	América Central	10.502	-	10.502
Equador	América do Sul	-	61.396	61.396
Guatemala	América Central	-	43.069	43.069
Guiana	América do Sul	9.150	-	9.150
Guiana Francesa	América do Sul	4.297	-	4.297
Haiti	América Central	607.987	-	607.987
Líbano	Ásia	-	447.260	447.260
Nicarágua	América do Sul	549.010	-	549.010
Paraguai	América do Sul	-	8.145	8.145
Peru	América do Sul	276.041	7.955.711	8.231.752
Síria	Ásia	814.630	-	814.630
Uruguai	América do Sul	1.989	16.830	18.819
Venezuela	América do Sul	114.667	-	114.667
Total		6.398.550	10.869.548	17.268.097

Fonte: ABC/CGCH.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os valores constantes nesta tabela foram convertidos em dólares e constam da tabela D.10, no apêndice D.

É importante mencionar que a cooperação humanitária internacional responde a situações de emergência pelas quais estes países estão passando, como desastres ambientais de grandes proporções, conflitos bélicos e pobreza extrema. É necessária, para o cumprimento total da ação, a mobilização de agentes integrados no processo visando apoiar os países afetados.

A região que mais recebeu ações de cooperação humanitária foi a América do Sul, com 75% de todo valor gasto na cooperação humanitária em 2017 e 2018 (tabela 16 e gráfico 7). A segunda região foi a África, seguida pela Ásia e, por fim, a América Central.

TABELA 16

Brasil: Poder Executivo – cooperação humanitária – gastos por região no biênio (2017-2018)

(Em R\$)

Região	Valor estimado do bem – no biênio	Proporção
África	2.328.493	13,48
América Central	661.558	3,83
América do Sul	13.016.070	75,38
Ásia	1.261.976	7,31
Total	17.268.097	100,00

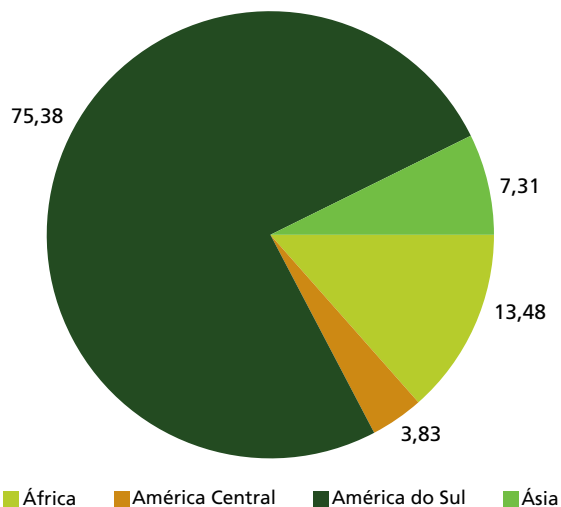
Fonte: ABC/CGCH.

Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 7

Brasil: gastos do Poder Executivo em atividades da cooperação humanitária por região no biênio (2017-2018)

(Em %)



Fonte: Siafi/SOF

Elaboração: Ipea

2.3.1 Conab

A Conab integra o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional⁴ empreendida pelo Brasil por meio da participação do Mapa.

4. Para mais informações sobre a conformação do grupo de trabalho e da atuação do Brasil na cooperação humanitária, ver a seção referente à CGCH deste documento.

Entre 2017 e 2018, a contribuição da Conab na cooperação humanitária brasileira realizou-se somente no ano de 2018, com a doação de arroz *in natura* para a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (em inglês, *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East* – UNRWA),⁵ com um total estimado em 3.960.000 kg.

Para complementar a doação de alimentos, a Conab desembolsa recursos para o armazenamento e a logística das doações para fins humanitários. No período 2017-2018, esse gasto foi de R\$ 130.944 e serviu para otimizar as doações de itens de primeira necessidade na cooperação brasileira para o desenvolvimento (tabela 17).

TABELA 17

Brasil: gastos da Conab com recursos próprios (2018)
(Em R\$)

Tipo de despesa	2018
Armazenagem	13.642
Classificação de produtos	9.187
Comissões e corretagens	83.532
Diárias e passagens no país	15.247
Locação de meios de transporte (veículos)	6.250
Locomoção urbana (táxi, ônibus, balsa)	698
Material de expediente ou de consumo	1.987
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (PJ)	183
Pedágio	66
Serviços de comunicação em geral	152
Total	130.944

Fonte: Mapa/Conab
Elaboração: Ipea.

2.3.2 Ipea

A mobilização de servidores públicos para a cooperação internacional do Ipea reflete-se na distribuição de recursos por itens de gasto, destacando-se aqueles referentes ao pagamento de horas técnicas em atividades de cooperação, que somaram cerca de R\$ 1,2 milhão no período (tabela 18).

5. A UNRWA provê assistência e proteção para 5,5 milhões de refugiados palestinos. A agência trabalha em áreas como saúde, educação, serviços sociais, melhoria de infraestrutura, microfinanças e assistência emergencial. Para mais informações, ver: <<https://www.unrwa.org/>>.

TABELA 18

Brasil: gastos do Ipea em atividades da cooperação internacional no biênio (2017-2018)
(Em R\$)

Tipo de despesa	2017	2018	No biênio
Diárias e passagens	131.306	138.505	269.811
Horas técnicas	493.740	688.415	1.182.155
Outros gastos	967	83.031	83.998
Total	626.013	909.951	1.535.964

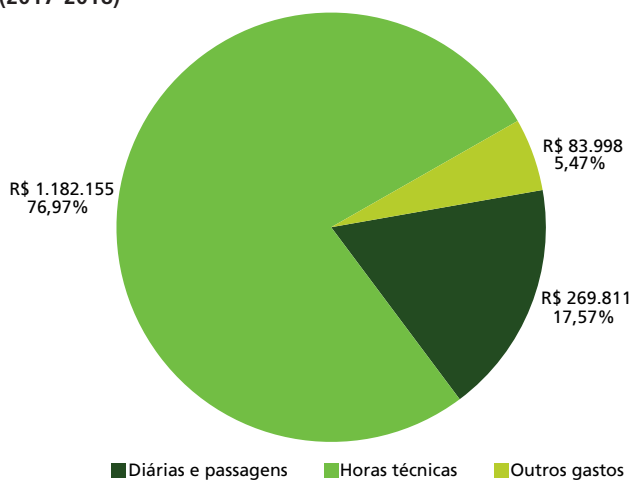
Fonte: Siafi/Ipea.

Elaboração: Ipea.

Em termos de participação relativa, os gastos com servidores e demais pesquisadores engajados na cooperação internacional do Ipea representaram mais de três quartos do total despendido pela fundação no período (gráfico 8).

GRÁFICO 8

Brasil: distribuição dos gastos do Ipea em atividades da cooperação internacional no biênio (2017-2018)



Fonte: Siafi/Ipea

Elaboração: Ipea

Importante observar que, dos 151 afastamentos realizados no período, apenas 22 (cerca de 14,5%) tiveram diárias e passagens pagas pelo Ipea, sendo que, em um caso, o Ipea custeou apenas a passagem (ficando a diária por conta de outras fontes). Isso explica, ao menos em parte, o predomínio de gastos do Ipea com as horas técnicas (haja vista que essas se referem aos salários de técnicos e servidores pagos pelo instituto). Sugere também certa captura da agenda internacional da fundação, em virtude da necessidade de complementação de recursos (na forma de diárias e passagens) para a realização das ações de cooperação internacional.

2.3.3 Divisão de Assuntos Educacionais e Língua Portuguesa

Cumprindo funções associadas à coordenação de programas e ações relativas à cooperação educacional, a Divisão de Assuntos Educacionais e Língua Portuguesa do Ministério das Relações Exteriores (Delp/MRE) paga, para parte dos PEC-G, bolsas de três tipos: mérito, MRE e emergencial. Entre 2017 e 2018, os gastos com bolsas realizados pela entidade totalizaram R\$ 2.075.614, sendo R\$ 1.978.582 despendidos com pagamento de bolsas mérito (tabela 19).

TABELA 19

Brasil: gastos do Ministério da Educação com a concessão de bolsas de estudo segundo tipos no biênio (2017-2018)
(Em R\$)

2017				2018				No biênio			
Mérito ¹	MRE ²	Emergencial ³	Todos os tipos	Mérito	MRE	Emergencial	Todos os tipos	Mérito	MRE	Emergencial	Todos os tipos
1.288.784	26.124	3.732	1.318.640	689.798	67.176	-	756.974	1.978.582	93.300	3.732	2.075.614

Fonte: Delp/MRE. Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Concedida a estudantes-convênio que apresentem notável rendimento acadêmico após o primeiro ano de graduação. Além de bolsa mensal, o bolsista Mérito recebe passagem aérea de retorno ao seu país, após o término da graduação.

² Concedida a estudantes-convênio de IES não federais que apresentem debilitada situação financeira após o primeiro ano de graduação no Brasil.

³ Concedida em caráter extraordinário, nos casos em que o estudante se veja em situação de extrema dificuldade financeira de ordem imprevisita.

Além dos gastos com bolsas, a Delp realiza também dispêndios com o pagamento de passagens aéreas para estudantes-convênio tanto de graduação (no caso dos bolsistas contemplados com a bolsa mérito) quanto de pós-graduação. Em 2017, foram pagas 114 passagens, e 110 em 2018, totalizando gastos de pouco mais de R\$ 880 mil (tabela 20).

TABELA 20

Brasil: gastos do Ministério da Educação com passagens aéreas no biênio – PEC-G e PEC-PG (2017-2018)

Ano	Passagens concedidas	Recursos gastos (R\$)
2017	114	488.318
2018	110	392.136
Total	224	880.454

Fonte: Delp/MRE.

Elaboração: Ipea; e MCTIC.

2.2.6 MCTIC

Coordenando uma ampla rede de atores dedicados ao tema da ciência, tecnologia, inovações e comunicações, o MCTIC e seus entes vinculados dispenderam cerca de R\$ 19 milhões em ações da Cobradi (tabela 21).

TABELA 21
Brasil: gastos do MCTIC, segundo o tipo de despesa e por órgão, no biênio (2017-2018)
 (Em R\$)

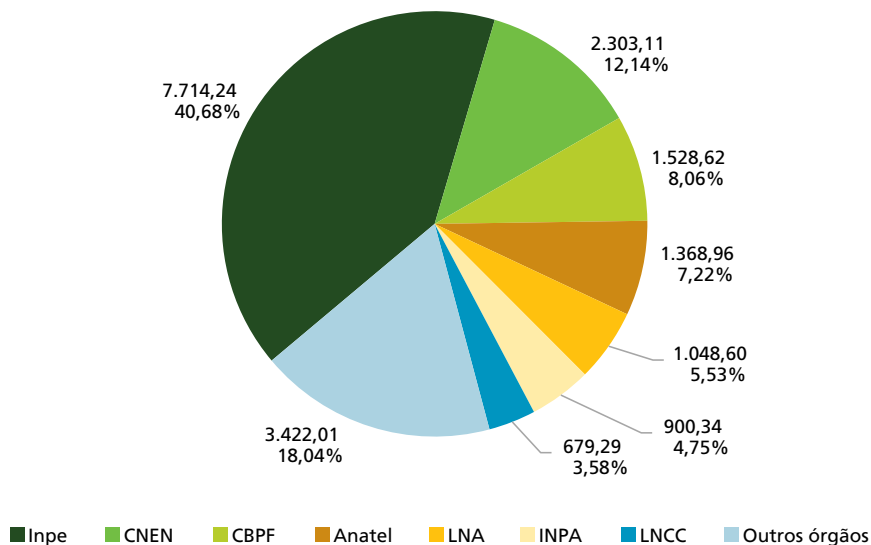
Órgão	Diárias		Passagens		Horas_técnicas		Outros gastos		Total		
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
AEB	6.590,00	52.720,81	2.091,33	23.512,87	19.256,94	32.061,79	-	-	27.938,27	108.295,47	136.233,74
Anatel	89.510,00	419.150,00	186.954,66	185.372,36	157.238,40	330.730,02	-	-	433.703,06	935.252,38	1.368.955,44
CBPF	8.195,00	16.385,00	7.276,35	6.327,81	531.373,33	436.199,15	176.411,01	346.453,80	723.255,69	805.365,76	1.528.621,45
Cemaden	3.780,00	3.944,99	3.917,82	2.608,11	104.896,75	239.752,66	-	13.304,52	112.594,57	259.610,28	372.204,85
Cetem	-	-	-	-	63.800,00	206.254,07	2.092,84	-	65.892,84	206.254,07	272.146,90
Cetene	-	-	-	-	-	23.327,59	-	15.715,79	-	39.043,38	39.043,38
CNEN	61.670,30	77.172,00	28.539,22	46.977,39	1.219.093,33	869.657,34	-	-	1.309.302,85	993.806,73	2.303.109,58
CNPq	-	1.980,00	636,00	852,00	19.961,40	1.518,48	-	-	20.597,40	4.350,48	24.947,88
CTI	-	7.670,00	-	4.079,40	57.092,36	35.935,13	68.533,00	-	125.625,36	47.684,53	173.309,89
Finep	2.046,00	448,00	2.246,00	1.600,00	-	-	200,00	-	4.492,00	2.048,00	6.540,00
Ibict	-	-	-	-	72.238,49	79.860,21	-	-	72.238,49	79.860,21	152.098,70
INB	-	17.969,22	-	435.947,00	-	57.707,12	-	-	-	511.623,34	511.623,34
Inpa	-	2.250,00	-	1.084,23	411.853,88	222.232,08	174.374,84	88.543,57	586.228,72	314.109,88	900.338,60
Inpe	81.283,13	638.791,54	39.762,80	67.741,96	1.674.804,39	4.164.504,39	454.054,78	593.292,63	2.249.905,10	5.464.330,52	7.714.235,62
INT	-	2.583,69	-	-	136.446,40	134.284,28	19.659,54	36.141,27	156.105,94	173.009,24	329.115,18
LNA	6.747,95	9.440,35	3.853,36	2.094,17	293.663,38	584.303,64	24.100,60	124.399,27	328.365,29	720.237,43	1.048.602,72
LNCC	-	2.610,00	-	5.899,48	310.841,18	158.837,23	67.239,03	133.863,03	378.080,21	301.209,74	679.289,95
Mast	-	-	-	-	33.582,56	27.235,60	9.728,73	-	43.311,29	27.235,60	70.546,89
MCTI	49.305,00	36.010,14	26.186,72	12.210,27	149.946,13	84.027,22	-	-	225.437,85	132.247,63	357.685,48
MPEG	5.850,00	100,00	-	1.472,28	161.097,72	108.582,76	11.851,68	16.345,26	178.799,40	126.500,30	305.299,70
Nuclep	-	28.065,00	-	17.117,58	-	25.683,63	-	-	-	70.866,21	70.866,21
ON	-	-	-	-	172.040,02	264.947,38	124.251,04	39.104,93	296.291,06	304.052,31	600.343,37
Total	314.977,38	1.317.290,74	301.464,26	814.896,91	5.589.226,65	8.087.641,77	1.132.497,09	1.407.164,07	7.338.165,38	11.626.993,49	18.965.158,87

Fonte: MCTIC
 Elaboração: Ipea.

Em termos de participação percentual, destacam-se o Inpe e o CNEN, que, juntos, correspondem a mais de 50% dos gastos no biênio (gráfico 9).

GRÁFICO 9
Brasil: maiores gastos do MCTIC por órgão no biênio (2017-2018)

(Em R\$ mil)



Fonte: MCTIC
Elaboração: Ipea

Quando se consideram os gastos por destinos visitados, destacam-se a Suíça, a Itália, os Estados Unidos, a Argentina e a Alemanha como os cinco principais destinos de pesquisadores brasileiros, valendo ressaltar que a compilação proposta não soma os valores apresentados na tabela 22, os gastos com viagens para mais de um destino, o que muitas vezes implicou viajar também para esses cinco países (tabela 22).

TABELA 22
Brasil: maiores gastos do MCTIC segundo o tipo de despesa, por país, no biênio (2017-2018)
 (Em R\$)

País	Diárias		Passagens		Horas técnicas		Outros gastos		Total		
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Suíça	102.695,00	301.242,00	196.807,52	109.082,57	305.866,27	442.081,06	29.910,88	251.964,82	635.279,67	1.104.370,45	1.739.650,12
Itália	1.850,00	18.033,69	2.193,36	8.631,99	119.085,49	1.501.597,98	1.167,83	31.854,75	124.296,68	1.560.118,41	1.684.415,09
Estados Unidos	27.200,00	-	8.035,45	-	1.223.492,18	-	281.721,82	-	1.540.449,45	-	1.540.449,45
Argentina	9.670,00	567.715,00	6.061,27	6.583,57	230.062,37	409.117,42	6.080,27	64.667,58	251.873,91	1.048.083,57	1.299.957,48
Alemanha	18.870,00	31.464,22	11.923,78	432.243,73	242.163,78	179.995,96	69.801,24	60.221,61	342.758,80	703.925,52	1.046.684,31
Áustria	32.800,00	35.000,00	12.667,05	14.901,01	574.797,87	332.028,15	-	14.030,17	620.264,92	395.959,33	1.016.224,25
Espanha	11.840,00	8.512,59	8.415,73	3.977,66	95.451,27	467.955,23	42.205,04	117.049,58	157.912,04	597.495,06	755.407,10
Outros países ¹	110.052,38	355.323,24	55.360,10	239.476,38	2.798.307,43	4.754.865,97	701.610,01	867.375,56	3.665.329,92	6.217.041,15	9.882.371,06
Total	314.977,38	1.317.290,74	301.464,26	814.896,91	5.589.226,65	8.087.641,77	1.132.497,09	1.407.164,07	7.338.165,38	11.626.993,49	18.965.158,87

Fonte: MCTIC.

Elaboração: Ipea

Nota: ¹ África do Sul, Arábia Saudita, Argélia, Austrália, Bélgica, Bolívia, Bulgária, Cabo Verde, Canadá, Chile, China, Chipre, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Egito, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Equador, Escócia, Eslovênia, Estônia, Etiópia, Filipinas, Finlândia, França, Gabão, Grécia, Guatemala, Guiana, Holanda, Honduras, Índia, Indonésia, Inglaterra, Irlanda, Islândia, Jamaica, Japão, Jordânia, Laos, Libéria, Luxemburgo, Malásia, Malauí, Malta, Marrocos, México, Moçambique, Namíbia, Nepal, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Omã, Países Baixos, Panamá, Paquistão, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, República de El Salvador, República Dominicana, República Tcheca, Romênia, Rússia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sérvia, Singapura, Suécia, Tailândia, Tanzânia, Trindade e Tobago, Turquia, Uruguai, Vietnã e Zimbábue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A edição deste *Dimensionamento de gastos das instituições da administração pública federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Cobradi 2017-2018* culmina com a apresentação do registro dos gastos realizados por 243 entes públicos que atuaram na cooperação internacional em 2017 e 262 no ano de 2018; a divulgação da metodologia desenvolvida nesses onze anos de pesquisa da cooperação brasileira e o anúncio de sistema eletrônico de levantamento adaptado à execução orçamentária vigente no país.

Cumprir registrar que se trata de resultado obtido com a participação efetiva do coletivo de instituições que, na informalidade do processo adotado, mobilizou seus quadros técnicos e assumiu o compromisso de identificar, caracterizar e homologar os gastos da administração pública federal (APF) na execução de atividades da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi).

Do estudo comparado dos procedimentos de dimensionamento de gastos constantes nas publicações das organizações internacionais e dos governos nacionais pesquisados, constatou-se sua inadequação à realidade brasileira, reforçando-se a necessidade de se desenvolver solução própria para o dimensionamento de gastos de instituições da APF na execução de atividades da Cobradi.

O sistema Cobradi, ora anunciado, supre uma grande lacuna na gestão e acompanhamento das políticas brasileiras da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) que, ao final de onze anos, não dispunha de solução tecnológica que assegurasse agilidade, segurança, racionalidade no mapeamento e análise das atividades. Com fundamento na experiência acumulada pela Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea (Dinte/Ipea), iniciou-se, no segundo semestre de 2019, a concepção e o desenvolvimento de sistema eletrônico para dar suporte aos processos de levantamento de dados e informações da Cobradi.

Esses processos baseiam-se em metodologia própria, desenvolvida pelo Ipea, que possibilitará a mobilização e a participação ativa de 36 órgãos públicos federais, que coordenam 262 unidades executoras de atividades internacionais.

A metodologia em desenvolvimento contempla a gradual informatização dos processos realizados, como forma de sistematizar e dar maior transparência e credibilidade às informações apresentadas nas publicações Cobradi.

Por se tratar de um processo de trabalho, pretende-se que o sistema Cobradi, em sua primeira fase, implemente funcionalidades para obtenção e manutenção das informações de gastos das diversas entidades governamentais que têm atuação em atividades de cooperação internacional.

Esses dados serão modelados de forma a subsidiar as análises e as estatísticas que fazem parte do *estudo Cobradi*, bem assim para provimento ao público em geral da visão consolidada das ações de cooperação internacional realizadas pelo governo.

Inicialmente, o sistema Cobradi possibilitará aos agentes públicos dos órgãos federais cadastrados no sistema inserir informações de gastos de seus órgãos com atuações internacionais de cooperação, referentes ao exercício fiscal do ano anterior, tendo como referência as informações produzidas pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia (SOF/ME), extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), referentes aos gastos internacionais realizados na APF.

Com base nesses valores oriundos do Siafi, os pontos focais apoiarão os gestores no rastreamento dos valores destinados às atividades, às ações e a outras formas de cooperação internacional realizadas, possibilitando seu registro no sistema. Atualmente, o levantamento de informações imprescindíveis à formulação dos *estudos Cobradi* são realizados mediante o preenchimento de quadros e tabelas, compartilhados via correio eletrônico.

Com a implementação da primeira versão, a partir de julho de 2019, o sistema eliminará esse fluxo de dados e informações, uma vez que os usuários (em cada unidade executora) poderão cadastrar ou editar diretamente suas informações a partir do cadastramento das instituições participantes da Cobradi, possibilitando-se, assim:

- importar informações de gastos a partir de informações disponibilizadas pela SOF;
- implementar perfis de acesso para os pontos focais previamente indicados;
- cadastrar atividades de cooperação internacional realizadas pelas instituições;
- cadastrar valores gastos, por itens de despesa; e
- possibilitar detalhamento das atividades relacionadas aos itens de despesas de cooperação sem ônus (horas técnicas).

REFERÊNCIAS

- ALMINO, J. Prefácio. *In*: BEZERRA LIMA, J. B. (Ed.). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional**: 2011-2013. Brasília: Ipea; ABC, 2016. p 11-12.
- ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Relatório Final do 8º Fórum Mundial da Água**. Brasília: ANA, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3pO3i0D>>.
- BAUMANN, R. (Ed.). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional**: 2010. 2. ed. Brasília: Ipea; ABC, 2013.
- BEZERRA LIMA, J. B. (Ed.). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional**: 2011-2013. Brasília: Ipea; ABC, 2016.
- BEZERRA LIMA, J. B.; PEREIRA JÚNIOR, J. R.; CAMPOS, R. P. **A experiência brasileira com o dimensionamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi)**. Brasília: Cepal. No prelo.
- BEZERRA LIMA, J. B.; VIANA, A. R.; PEREIRA JÚNIOR, J. R. (Eds.). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional**: levantamento 2014-2016. Brasília: Ipea; ABC, 2018.
- BEZERRA LIMA, J. B.; PEREIRA JÚNIOR, J. R. Novos rumos da pesquisa Cobradi: subsídios ao dimensionamento de gastos. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 26, p. 17-23, set. 2019/abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2FsFdmY>>. Acesso em: 27 maio 2020.
- BORTON, J. **Future of the humanitarian system**: impacts of internal changes. Berkhamsted: Humanitarian Horizons, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3bINJuc>>.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988.
- _____. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o Novo Regime Fiscal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/32Ll0lW>>.
- _____. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 nov. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/NXM1Tf>>.
- _____. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise *ex post*. Brasília: Casa Civil, 2018a. v. 2.

_____. Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2018b. Disponível em: <<https://bit.ly/3khkYIr>>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CINTRA, M. A. M. (Org.). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional**: 2005-2009. Brasília: Ipea; ABC, dez. 2010.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Programa executivo de cooperação entre a Cepal e o Ipea em políticas públicas para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil e da América Latina orientadas pela Agenda 2030 das Nações Unidas e pelas propostas dos Desafios para a Nação Brasileira do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Ipea; Cepal, 2017.

OCHA – UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. **Global Humanitarian Overview**: 2019. Genebra: OCHA. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/32g1AoG>>. Acesso em: 5 ago. 2019.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Documento final de Buenos Aires de la Segunda Conferencia de Alto Nivel de las Naciones Unidas sobre la Cooperación Sur-Sur**. Buenos Aires: Naciones Unidas; 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/31Njj6y>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

PIRES DE CAMPOS, R. Rumo a uma metodologia para o estudo de boas práticas em cooperação internacional em saúde. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 165-176, mar. 2010.

REGNIER, P. The emerging concept of humanitarian diplomacy: identification of a community of practice and prospects for International recognition. **International Review of the Red Cross**, v. 93, n. 884, 2011.

WILKINSON, A. M. **The scientist's handbook for writing papers and dissertations**. Englewoods Cliffs: Prentice Hall, 1991.

APÊNDICE A

BOX A.1

Lista de instituições participantes

1. Advocacia-Geral da União (AGU)
2. Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
3. Agência Nacional das Águas (ANA)
4. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
5. Caixa Econômica Federal (CEF)
6. Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)
7. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
8. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)
9. Controladoria-Geral da União (CGU)
10. Defensoria Pública da União (DPU)
11. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
12. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Capes)
13. Fundação Nacional de Saúde (Funasa)
14. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
15. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
16. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
17. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
18. Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet)
19. Instituto Nacional do Câncer (Inca)
20. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa)
21. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)
22. Ministério da Cultura (Minc)
23. Ministério da Economia (ME)
24. Ministério da Educação (MEC)
25. Ministério da Fazenda (MF)
26. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)
27. Ministério da Integração Nacional (MI)
28. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
29. Ministério da Saúde (MS)
30. Ministério das Cidades (MCid)

(Continua)

(Continuação)

31. Ministério das Relações Exteriores (MRE)
32. Ministério de Minas e Energia (MME)
33. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
34. Ministério do Meio Ambiente (MMA)
35. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
36. Ministério do Trabalho e emprego (MTE)
37. Ministério do Turismo (MTur)
38. Ministério dos Direitos Humanos (MDH)
39. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)
40. Ministério público da União (MPU)
41. Secretaria de Orçamento Federal (SOF)
42. Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR)

Elaboração: Ipea.

APÊNDICE B

BOX B.1

Lista de siglas

- AACE – Association for the Advancement of Cost Engineering
- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- Aids – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- Aiea – Agência Internacional de Energia Atômica
- Aisa – Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde
- Alide – Associação Latino-americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento
- Anlis – Administração Nacional de Laboratórios e Instituições de Saúde da Argentina
- ANRS – Agência Francesa de Pesquisa Sobre HIV, Aids e Hepatites Virais
- Apex – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
- ARS – Agricultural Research Service
- BACC – Brazilian-American Chamber of Commerce
- BGI – Instituto de Genômica de Beijing
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BLH – Banco de Leite Humano
- CAF – Corporação Andina de Fomento
- Caprisa – Programa Internacional de Pesquisa em Aids
- CAS – Academia Chinesa de Ciências
- CCAB – Comitê do Codex Alimentarius Brasil
- CDB – Convenção sobre a Diversidade Biológica
- CDC – Centro de Controle e Prevenção de Doenças
- CEA – Comissão de Estatística das Américas
- Celac – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
- Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CEQ – Instituto Compromisso com a Equidade
- CGCH – Coordenação Geral de Cooperação Humanitária
- CGEMA – Coordenação Geral de Emergências Ambientais
- CGIAR – Consultative Group on International Agricultural Research
- CGQUA – Coordenação Geral de Gestão da Qualidade Ambiental
- Cibelaes – Corporación Iberoamericana de Loterías Y Apuestas de Estado
- Cict – Comissão Intergovernamental para o Controle do Tabaco do Mercosul e Estados Associados
- CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- CIF – Fundos de Investimentos para o Clima
- CND – Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas
- CNI – Confederação Nacional da Indústria
- Cobradi – Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
- Codia – Conferência de Diretores Ibero-americanos da Água
- Conaf – Congresso Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
- Corem – Coordenação de Gestão de Resíduos e Emissões
- Cosban – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
- Cosmo – Consortium for Small scale Modeling
- CPD – Comissão de População e Desenvolvimento
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CQCT – Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
- Cris – Centro de Relações Internacionais em Saúde
- CTCL – Câmara Técnica de Cooperação Internacional
- CTN – Centro Tecnológico de Namialo
- Dipro – Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama
- Diqua – Diretoria de Qualidade Ambiental
- DNM – Diretoria Nacional de Medicamentos
- Dowasco – Dominica Water and Sewerage
- DWD – Deutscher Wetterdienst
- EACF – Estação Antártica Comandante Ferraz
- Ensp – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
- Ereua – Escritório de Representação da Caixa nos Estados Unidos
- ESP – Escolas de Saúde Pública

(Continua)

(Continuação)

- ETC – Escolas de Técnicos em Saúde
- ETO – Enterprise Technology Office
- FAB – Força Aérea Brasileira
- FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação
- FDA – U.S Food and Drug Administration
- FNS – Fundo Nacional de Saúde
- FNUAP – Fundo de População das Nações Unidas
- Fupen – Fundo Penitenciário Nacional
- GAVI – Global Alliance for Vaccines and Immunization
- GCRSR – Coalização Internacional de Pesquisa em Ciência Regulatória
- GEF – Global Environment Facility
- GFC – Green Climate Fund
- GISC – Centro de Sistema de Informação Mundial
- Grei – Gerência de Relações Estratégicas Internacionais
- GSARS – Estratégia Global para Melhoria das Estatísticas Rurais e de Agricultura
- GTS – Sistema Mundial de Telecomunicações
- GVP – Global Virome Project
- GWP – Parceria Mundial pela Água
- HCR – Hospitais Comunitários de Referência
- HFCFs – Hidroclorofluorcarbonos
- HT – Hora técnica
- IACC – Instituto Angolano de Controlo do Câncer
- Iarc – Agência Internacional de Pesquisa em Câncer
- Icdra – Conferência Internacional de Autoridades Reguladoras de Medicamentos
- Icict – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
- ICMRA – Coalização Internacional das Autoridades Reguladoras de Medicamentos
- Icon – Icosahedral Nonhydrostatic
- IEC – Instituto Evandro Chagas
- IFF – Instituto Fernandes Figueira
- IFPUG – International Function Point Users Group
- IGDPR – Programa Internacional de Reguladores de Produtos Genéricos
- IICA – Instituto Interamericano da Água
- Ilac – Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável
- INS – Instituto Nacional de Saúde
- INS/Minsal – Instituto Nacional de Saúde vinculado ao Ministério da Saúde de El Salvador
- INS-CV – Instituto Nacional de Saúde de Cabo Verde
- Inta – Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária da Argentina
- IOC – Instituto Oswaldo Cruz
- IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
- IPRP – Programa Internacional dos Reguladores de Medicamentos'
- Isags – Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde
- IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis
- Jica – Agência de Cooperação Internacional do Japão
- Jife – Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes
- Labex – Laboratórios Virtuais da Embrapa no Exterior
- Lacea – Associação de Economia Latino-Americana e Caribenha
- Lames – Sociedade Latino-Americana de Econometria
- LOA – Lei Orçamentária Anual
- MAEFP – Ministério da Administração Estatal e Função Pública
- MAS – Assistência Multidisciplinar de Saúde
- MEF – Ministério da Economia e Finanças de Moçambique
- Minsa – Ministério da Saúde de Angola
- Misau – Ministério da Saúde de Moçambique
- Mitader – Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural
- MTPA – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
- Norie – Núcleo Orientado para Inovação da Edificação
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OCHA – United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
- ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos
- OIM – Organização Internacional para Migrações
- Oima – Organização de Informações de Mercado das Américas
- OIT – Organização Internacional do Trabalho

(Continua)

(Continuação)

- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OMM – Organização Meteorológica Mundial
- Ompi – Organização Mundial da Propriedade Intelectual
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONU – Organização das Nações Unidas
- ONU-MULHERES – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
- Opas – Organização Pan-Americana da Saúde
- OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
- Palops – Países Africanos de Língua Portuguesa
- PBH – Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs
- PCT – Projetos de Cooperação Técnica
- PEC-PG – Estudantes-Convênio de Pós-graduação
- Pecs – Plano Estratégico de Cooperação em Saúde
- PMA – Programa Mundial de Alimentos
- PMDA – Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos do Japão
- PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- POA – Plano Operativo Anual
- PPRF – Fórum Internacional dos Reguladores de Medicamentos
- Prevfogo – Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais
- PRI – Principles for Responsible Investment Association
- ProantaR – Programa Antártico Brasileiro
- Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- REES – Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul
- Relob – Rede Latino-americana de Organismos de Bacias
- Rinc/Unasul – Rede de Institutos e Instituições Nacionais de Câncer da Unasul
- Rinsp/CPLP – Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- Samu – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
- SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
- SDO – Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio
- Segib – Secretaria-Geral Ibero-Americana
- SGPR – Secretaria-Geral da Presidência da República
- SGTs – Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
- Siafi – Sistema de Administração Financeira
- Siape – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
- Sinaflor – Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais
- Sinapi – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil
- Sire – Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas
- SPS – Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
- SUS – Sistema Único de Saúde
- TB – Tuberculose
- TBT – Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio
- TRB – Reunião Anual do Conselho de Pesquisa em Transportes
- Twas – Academia Mundial de Ciências
- UCI – University of California Irvine
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UG – Unidades Gestoras
- UICC – Cooperação com a União Internacional para o Controle do Câncer
- Unasul – União de Nações Sul-Americanas
- UNDAC – Unidade das Nações Unidas de Avaliação e Coordenação de Desastres
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UN-GGIM – Comitê de Especialistas em Gerenciamento de Informações Geoespaciais
- Uniapravi – Unión Interamericana para la Vivienda
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
- UNISDR – Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres
- UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
- UNOPS – United Nations Office for Project Services
- UNOSSC – United Nations Office for South-South Cooperation
- UNRWA – Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos para o Oriente Próximo
- UO – Unidade Orçamentária
- Usaid – United States Agency for International Development
- Usda – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

(Continua)

(Continuação)

- USGS – United States Geological Survey
- VPEIC – Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação
- WLA – World Lottery Association
- WRI – World Resources Institute
- WWC – World Water Council

Elaboração: Ipea.

APÊNDICE C

BOX C.1

Lista de países

África

- África do Sul
- Angola
- Benin
- Botsuana
- Burkina Faso
- Cabo Verde
- Camarões
- Chade
- Costa do Marfim
- Egito
- Etiópia
- Gana
- Guiné
- Guiné-Bissau
- Guiné-Equatorial
- Marrocos
- Mali
- Malawi
- Moçambique
- Níger
- Nigéria
- Quênia
- Regional África
- República Democrática do Congo
- Ruanda
- São Tomé e Príncipe
- Senegal
- Sudão

(Continua)

(Continuação)

África

- Sudão do Sul
- Tanzânia
- Togo
- Tunísia
- Uganda
- Zâmbia
- Zimbábue

América Latina e Caribe

- Argentina
- Bolívia
- Brasil
- Chile
- Colômbia
- Costa Rica
- Cuba
- El Salvador
- Equador
- Guatemala
- Guiana
- Guiana Francesa
- Haiti
- Honduras
- Nicarágua
- México
- Panamá
- Paraguai
- Peru
- Porto Rico
- Suriname
- Uruguai
- Venezuela

(Continua)

(Continuação)

América do Norte

- Canadá
- Estados Unidos

Ásia

- Afeganistão
- Armênia
- Bangladesh
- Cazaquistão
- China
- Coreia do Sul
- Emirados Árabes
- Filipinas
- Índia
- Irã
- Israel
- Japão
- Laos
- Líbano
- Malásia
- Myanmar
- Palestina
- Paquistão
- Qatar
- Singapura
- Síria
- Tailândia
- Taiwan
- Timor Leste
- Turquia
- Uzbequistão
- Vietnã

(Continua)

(Continuação)

Europa

- Alemanha
- Áustria
- Azerbaijão
- Bélgica
- Croácia
- Dinamarca
- Escócia
- Espanha
- França
- Grécia
- Holanda
- Hungria
- Irlanda
- Islândia
- Itália
- Luxemburgo
- Noruega
- País de Gales
- Polônia
- Portugal
- Reino Unido
- República Tcheca
- Romênia
- Rússia
- Suécia
- Suíça

Elaboração: Ipea.

APÊNDICE D

TABELA D.1
Brasil: gastos do Poder Executivo em atividades internacionais – por órgão/unidade executora (2017 e 2018)
 (Em R\$ mil)

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Advocacia-Geral da União (AGU)	-	-	-	-	372	227	-	-	262	142	-	-	635	369	1.003
Advocacia-Geral da União (AGU)	-	-	-	-	372	227	-	-	262	142	-	-	635	369	1.003
Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	-	-	-	-	4	-	-	-	5	84	-	-	9	84	93
Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	-	-	-	-	4	-	-	-	5	84	-	-	9	84	93
Defensoria Pública da União (DPU)	-	-	-	-	170	320	-	-	115	234	-	-	285	554	839
Defensoria Pública da União (DPU)	-	-	-	-	170	320	-	-	115	234	-	-	285	554	839
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)	-	-	-	-	2.642	3.717	1.340	1.426	2.578	2.919	26	-	6.586	8.062	14.648
Administração direta	-	-	-	-	1.404	1.632	1.340	1.426	2.359	2.614	-	-	5.102	5.673	10.775
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)	-	-	-	-	25	61	-	-	22	28	-	-	47	89	136
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	-	-	-	-	116	147	-	-	198	277	-	-	314	424	738
Secretaria de Defesa Agropecuária (SDMA/Mapa)	-	-	-	-	1.098	1.876	-	-	-	-	26	-	1.124	1.876	2.999
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)	66.741	86.449	427	586	3.299	8.443	-	-	2.099	4.558	856	8.736	73.423	108.772	182.194

(Continua)

Dimensionamento de Gastos das Instituições da Administração Pública Federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Cobradi 2017-2018

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
	Administração direta	-	25	389	414	1.093	1.921	-	-	779	802	115	2.369	2.375	
Agência Espacial Brasileira (AEB)	-	-	-	9	629	1.251	-	-	388	629	-	9	1.017	1.898	2.915
Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	-	-	-	106	652	3.046	-	-	383	1.824	-	4.437	1.035	9.413	10.448
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF)	-	-	-	-	31	89	-	-	6	54	-	-	38	143	181
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI)	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden)	-	-	-	-	35	38	-	-	33	9	-	-	68	47	115
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec)	-	-	-	-	32	30	-	-	-	18	-	-	32	49	81
Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)	-	-	-	-	419	725	-	-	273	373	217	213	910	1.310	2.220
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	66.616	86.383	-	2	59	91	-	-	31	19	24	1.190	66.729	87.685	154.415
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	126	41	-	-	46	66	-	-	27	31	-	-	199	138	338
Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB)	-	-	-	-	27	526	-	-	22	385	-	-	48	910	958
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500	517	500	517	1.017
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais S. J. Campos (INCT)	-	-	38	55	49	184	-	-	33	126	-	-	121	365	486
Instituto Nacional de Tecnologia (INT)	-	-	-	-	7	20	-	-	6	-	-	-	13	20	32
Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA)	-	-	-	-	22	50	-	-	12	25	-	-	34	75	109

(Continua)

(Continuação)

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
	Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)	-	-	-	-	18	-	-	-	-	-	-	-	18	
Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC)	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	10	10
Nuclebrás Equipamentos Pesados S. A. (Nuclep)	-	-	-	-	179	373	-	-	104	261	-	-	283	634	917
Observatório Nacional	-	-	-	-	-	22	-	-	-	3	-	-	-	25	25
Ministério da Cultura (MinC)	-	639	257	639	431	852	-	-	572	726	3.296	36.311	4.937	38.146	43.083
Administração direta	-	-	-	397	226	331	-	-	320	303	2.696	34.049	3.639	34.683	38.322
Agência Nacional do Cinema (Ancine)	-	-	-	-	83	270	-	-	54	148	75	1.729	212	2.147	2.358
Fundação Biblioteca Nacional (FN)	-	-	24	-	7	24	-	-	9	37	25	1	41	85	126
Fundação Casa de Rui Barbosa	-	-	1	1	-	4	-	-	9	4	-	-	10	9	20
Fundação Cultural Palmares (FCP)	-	-	-	-	6	-	-	-	4	-	-	-	9	-	9
Fundação Nacional de Artes (Funarte)	-	-	-	-	6	32	-	-	9	30	-	-	15	62	77
Fundo Nacional de Cultura (FNC)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	2
Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)	-	-	240	232	19	104	-	-	37	29	500	33	796	397	1.193
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	-	-	-	-	84	87	-	-	132	173	-	500	215	760	975
Ministério da Defesa (MD)	-	-	85	112	36.923	49.953	35	18	10.828	15.927	788	908	48.659	66.918	115.577
Administração direta	-	-	85	112	7.426	8.042	35	18	2.806	4.368	-	-	10.351	12.540	22.891
Administração direta/ Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	788	908	788	908	1.696

(Continua)

Dimensionamento de Gastos das Instituições da Administração Pública Federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Cobradi 2017-2018

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S. A. (Amazon)	-	-	-	-	-	52	-	-	-	-	-	-	-	52	52
Comando da Aeronáutica	-	-	-	-	68	17	-	-	625	914	-	-	694	931	1.624
Comando da Marinha	-	-	-	-	4.418	12.022	-	-	829	1.492	-	-	5.247	13.514	18.761
Comando do Exército	-	-	-	-	7.975	10.340	-	-	3.996	5.105	-	-	11.971	15.445	27.416
Escola Superior de Guerra (ESG)	-	-	-	-	756	567	-	-	54	46	-	-	810	613	1.423
Fundo Aeronáutico	-	-	-	-	12.135	15.584	-	-	2.171	3.197	-	-	14.306	18.781	33.087
Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas (FAHFA)	-	-	-	-	30	50	-	-	-	28	-	-	30	78	108
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM)	-	-	-	-	153	679	-	-	-	-	-	-	153	679	831
Fundo do Exército	-	-	-	-	135	1.414	-	-	247	777	-	-	382	2.191	2.574
Fundo do Serviço Militar	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Fundo Naval	-	-	-	-	3.286	529	-	-	100	-	-	-	3.386	529	3.915
Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel)	-	-	-	-	11	8	-	-	-	-	-	-	11	8	19
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Secretaria da Comissão Interministerial Para os Recursos do Mar (Secirm)	-	-	-	-	529	639	-	-	-	-	-	-	529	639	1.169
Ministério da Educação (MEC)	189.586	238.501	104	674	16.758	23.450	-	-	9.500	28.009	78.380	104.470	294.328	395.104	689.431
Administração direta	-	121	-	-	629	1.359	-	-	552	1.105	57.361	70.392	58.542	72.976	131.519
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ)	687	669	-	5	181	196	-	-	120	39	-	-	989	908	1.897

(Continua)

(Continuação)

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cetec-MG)	313	580	-	12	156	408	-	-	48	130	-	-	517	1.131	1.647
Colégio Pedro II	380	457	-	-	104	93	-	-	64	42	-	-	548	593	1.141
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)	-	-	-	-	72	45	-	-	10	24	-	5.312	83	5.382	5.465
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)	183.914	232.404	-	-	3.590	4.237	-	-	2.035	18.902	-	-	189.539	255.543	445.081
Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)	-	-	-	-	67	62	-	-	87	139	-	-	154	201	355
Fundação Universidade de Brasília (FUB)	-	-	-	13	1.032	1.412	-	-	727	677	-	-	1.759	2.102	3.861
Fundação Universidade do Amazonas (Ufam)	-	-	-	15	110	235	-	-	36	115	-	-	146	365	511
Fundação Universidade do Rio de Janeiro (Unirio)	-	-	-	5	47	85	-	-	55	38	-	-	107	130	237
Fundação Universidade Federal da Grande do Dourados (UFGD)	-	6	-	21	70	191	-	-	9	98	-	-	79	315	394
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFSPA)	-	-	-	17	47	99	-	-	38	58	-	-	85	174	259
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	-	-	-	18	72	140	-	-	365	263	-	-	437	420	857
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	-	-	-	-	19	154	-	-	-	21	-	-	19	174	193
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop)	-	-	-	5	-	22	-	-	-	21	-	-	-	48	48
Fundação Universidade Federal de Pelotas (UFPeL)	-	-	-	7	52	109	-	-	66	32	-	2	126	152	278

(Continua)

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Fundação Universidade Federal de Rondônia (FUFRO)	-	-	-	-	13	7	-	-	21	1	-	-	34	8	43
Fundação Universidade Federal de Roraima (UFRR)	36	9	-	-	246	297	-	-	135	158	-	-	417	464	882
Fundação Universidade Federal de São Carlos (FUFSC)	-	-	-	34	19	48	-	-	16	44	-	8	35	133	169
Fundação Universidade Federal de São João Del-Rei (Fauaf)	3	4	-	-	5	28	-	-	-	23	-	-	8	54	62
Fundação Universidade Federal de Sergipe (Fufs)	-	-	-	-	11	9	-	-	-	3	-	-	11	12	23
Fundação Universidade Federal de Viçosa (FUFV)	-	-	2	-	70	107	-	-	20	11	-	-	90	120	210
Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC)	-	-	-	-	80	141	-	-	23	14	-	-	103	155	259
Fundação Universidade Federal do Acre (Ufac)	-	-	-	-	36	68	-	-	13	36	-	-	49	104	153
Fundação Universidade Federal do Amapá (unifap)	-	-	-	-	11	49	-	-	8	7	-	-	19	56	76
Fundação Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	-	-	-	-	34	64	-	-	9	21	-	-	43	85	128
Fundação Universidade Federal do Piauí (FUPI)	-	-	-	-	23	11	-	-	-	-	-	-	23	11	34
Fundação Universidade Federal do Rio Grande (Furg)	-	-	-	8	125	184	-	-	96	153	-	1	222	346	568
Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT)	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)	-	-	-	-	-	19	-	-	-	-	-	-	-	19	19

(Continua)

(Continuação)

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	-	-	-	-	45	858	-	-	55	85	2.000	10.416	2.100	11.359	13.459
FNDE/Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	2.000	10.000	2.000	12.000
Instituto Benjamin Constant (IBC)	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	5	-	5
Instituto Federal Baiano (IF Baiano)	-	-	-	-	33	26	-	-	-	-	-	-	33	26	60
Instituto Federal Catarinense (IFC)	-	-	-	-	10	17	-	-	5	5	-	-	15	22	37
Instituto Federal da Bahia (IFBA)	9	-	-	-	59	81	-	-	16	33	-	-	85	114	199
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)	-	22	-	4	85	82	-	-	23	24	-	-	108	132	240
Instituto Federal de Alagoas (Ifal)	85	16	-	-	101	94	-	-	55	54	-	-	241	164	406
Instituto Federal de Brasília (IFB)	-	131	-	-	-	7	-	-	-	6	-	-	-	144	144
Instituto Federal de Goiás (IFG)	237	116	-	-	141	121	-	-	100	94	-	-	478	332	810
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)	-	68	-	-	32	3	-	-	14	17	-	-	46	88	134
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)	31	-	-	-	120	167	-	-	55	91	-	-	206	257	464
Instituto Federal de Rondônia (IFRO)	145	60	-	-	12	9	-	-	-	4	-	-	157	72	229
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	-	-	-	-	27	16	-	-	17	8	-	-	44	24	68
Instituto Federal de São Paulo (IFSP)	-	8	-	-	-	147	-	-	-	-	-	-	-	155	155
Instituto Federal de Sergipe (IFS)	-	5	-	-	12	33	-	-	11	32	-	-	22	70	92
Instituto Federal do Acre (Ifac)	-	-	-	-	21	24	-	-	12	13	-	-	33	37	70
Instituto Federal do Amapá (Ifap)	-	-	-	-	17	-	-	-	-	-	-	-	17	-	17

(Continua)

Dimensionamento de Gastos das Instituições da Administração Pública Federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Cobradi 2017-2018

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
	Instituto Federal do Amazonas (Ifam)	77	24	-	-	21	35	-	-	60	12	-	-	157	
Instituto Federal do Ceará (IFCE)	276	125	-	-	34	33	-	-	19	8	-	-	329	166	495
Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)	-	-	-	-	101	96	-	-	87	99	-	-	188	195	383
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)	5	10	-	-	31	101	-	-	13	14	-	-	49	125	174
Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT)	10	11	-	-	96	77	-	-	40	24	-	-	147	112	259
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS)	2	5	-	-	13	13	-	-	10	6	-	-	24	24	49
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)	39	147	-	-	24	30	-	-	-	22	-	-	62	199	262
Instituto Federal do Pará (IFPA)	-	-	-	-	14	68	-	-	-	14	-	-	14	81	96
Instituto Federal do Paraná (IFPR)	-	-	-	-	8	26	-	-	4	-	-	-	12	26	38
Instituto Federal do Piauí (IFPI)	-	-	-	-	12	43	-	-	22	27	-	-	34	70	104
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)	14	13	-	-	46	88	-	-	41	3	-	-	101	104	205
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)	-	37	-	-	211	312	-	-	32	402	-	-	243	750	994
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	21	67	-	-	17	17	-	-	6	7	-	-	44	91	135
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRRJ)	68	19	-	-	12	81	-	-	-	21	-	-	81	121	201
Serião Pernambuco (IFSerião-PE)	-	-	-	-	50	43	-	-	2	3	-	-	53	866	919
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (UFSEMG)	-	820	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSulde-Minas)	303	311	-	-	26	12	-	-	28	-	-	-	357	322	679
Instituto Federal do Tocantins (IFTO)	-	-	-	-	124	163	-	-	153	155	-	-	278	318	596

(Continua)

(Continuação)

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
	Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)	427	194	-	-	8	92	-	-	20	29	-	-	455	
Instituto Federal Farroupilha (IFFAR)	289	229	-	5	18	21	-	-	-	8	-	-	307	262	569
Instituto Federal Fluminense (IFF)	-	1	-	-	44	60	-	-	26	93	-	-	70	154	224
Instituto Federal Goiano (IF Goiano)	6	68	-	-	2	230	-	-	-	193	-	-	8	491	499
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUG)	18	32	-	-	39	42	-	-	39	23	-	-	96	98	194
Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines)	-	-	-	-	12	-	-	-	40	7	-	-	51	7	58
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)	-	-	-	-	309	330	-	-	304	215	9.019	16.329	9.633	16.874	26.506
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	-	-	-	-	43	66	-	-	-	-	-	-	43	66	109
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)	-	-	-	-	16	56	-	-	26	37	-	-	42	93	135
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	-	-	6	6	124	187	-	-	93	130	-	-	217	323	539
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	-	-	-	-	6	10	-	-	0	2	-	-	6	12	18
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)	-	-	-	8	106	119	-	-	16	27	-	-	122	154	276
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	-	-	-	9	16	152	-	-	-	48	-	-	16	210	226
Universidade Federal de Alagoas (Ufal)	19	13	-	-	26	31	-	-	4	7	-	-	49	51	100
Universidade Federal de Alfenas (Unifal)	-	-	-	-	48	138	-	-	8	17	-	-	57	156	212

(Continua)

Dimensionamento de Gastos das Instituições da Administração Pública Federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Cobradi 2017-2018

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
	Universidade Federal de Campina Grande (UFGC)	-	-	10	242	212	242	-	-	171	135	-	-	383	
Universidade Federal de Goiás (UFG)	-	-	55	190	165	190	-	-	93	79	-	1	258	324	582
Universidade Federal de Itajubá (Unifei)	-	-	14	98	81	98	-	-	56	86	-	-	138	199	336
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	395	473	2	267	183	267	-	-	16	13	-	-	595	755	1.350
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	-	-	-	93	62	93	-	-	41	71	-	-	104	164	267
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1.150	787	80	494	509	494	-	-	307	283	-	-	2.045	1.657	3.703
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2	1	27	517	461	517	-	-	178	275	-	-	641	820	1.460
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	-	-	57	560	404	560	-	-	133	222	-	-	537	839	1.376
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	-	8	42	231	135	231	-	-	72	95	-	-	207	376	583
Universidade Federal de São Paulo (USP)	-	-	-	20	76	20	-	-	22	0	-	-	99	20	119
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	-	-	13	255	151	255	-	-	27	55	-	-	178	323	501
Universidade Federal do Cariari (UFCA)	-	-	-	57	10	57	-	-	-	10	-	-	10	68	78
Universidade Federal do Ceará (UFC)	-	-	-	41	64	41	-	-	29	15	-	-	93	55	148
Universidade Federal do Espírito Santo (UFes)	-	-	12	239	125	239	-	-	59	128	-	-	196	376	572
Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	3	3
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFopa)	-	-	-	51	12	51	-	-	-	-	-	-	12	51	63
Universidade Federal do Pará (UFPA)	-	-	29	209	300	209	-	-	263	185	-	-	563	424	987

(Continua)

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	417	279	-	49	630	799	-	-	436	432	-	3	1.483	1.563	3.046
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFREB)	9	35	-	-	22	21	-	-	5	-	-	-	36	56	91
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	-	-	-	61	219	242	-	-	42	29	-	6	260	337	597
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	-	-	-	17	1.298	1.121	-	-	900	529	-	-	2.198	1.667	3.865
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	-	-	-	-	1.110	1.471	-	-	237	418	-	-	1.348	1.889	3.236
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	-	1	-	-	26	11	-	-	14	4	-	-	40	16	55
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	-	-	-	-	7	14	-	-	13	30	-	-	20	44	64
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTRM)	-	-	-	-	14	10	-	-	6	5	-	-	20	15	35
Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	-	-	-	-	25	50	-	-	20	49	-	-	45	99	144
Universidade Federal Fluminense (UFF)	-	-	-	-	355	333	-	-	87	116	-	-	442	450	891
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	-	-	-	-	-	41	-	-	-	-	-	-	-	41	41
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	-	-	-	-	88	73	-	-	69	42	-	-	157	115	271
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	-	-	-	-	91	230	-	-	20	37	-	-	111	266	377
Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)	-	20	-	-	33	55	-	-	50	11	-	-	83	87	170
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	201	95	-	-	587	1.067	-	-	121	359	-	-	909	1.521	2.431
Ministério da Fazenda (MF)	-	-	-	5.266	6.258	5.716	8.113	-	5.959	7.056	41	3.290	16.981	24.717	41.698
Administração direta (BCB)	-	-	-	1.264	1.579	1.247	1.462	-	1.058	1.149	-	2.525	3.569	6.715	10.284
Banco Central do Brasil (BCB)	-	-	-	3.032	2.533	2.734	4.365	-	3.189	4.044	38	413	8.993	11.356	20.349

(Continua)

Dimensionamento de Gastos das Instituições da Administração Pública Federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Cobradi 2017-2018

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	-	-	288	284	449	634	-	-	546	530	-	-	1.283	1.448	2.731
Escola de Administração Fazendária (Esaf)	-	-	-	-	38	-	-	-	19	-	-	-	57	-	57
Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento (Funtrede)	-	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	15	15
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	-	-	-	-	27	19	-	-	36	4	-	-	63	24	87
Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	-	-	426	1.554	1.086	1.374	-	-	985	1.195	-	332	2.498	4.453	6.951
Superintendência de Seguros Privados (Susep)	-	-	219	261	131	155	-	-	117	85	3	-	469	500	970
Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)	-	-	37	46	4	89	-	-	8	49	-	21	49	206	255
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	-	-	162	611	2.773	4.895	-	-	2.028	3.570	37	6.538	5.001	15.614	20.614
Administração direta	-	-	-	-	1.857	3.125	-	-	1.561	2.597	-	6.000	3.417	11.722	15.139
Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi)	-	-	-	-	255	432	-	-	92	255	-	-	347	687	1.034
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)	-	-	162	611	622	1.312	-	-	335	701	37	538	1.156	3.162	4.319
Superintendência da Zona Franca de Manaus (Surframa)	-	-	-	-	39	26	-	-	41	17	-	-	80	43	123
Ministério da Integração Nacional (MI)	-	-	-	-	114	199	-	-	89	112	161	840	363	1.151	1.514
Administração direta	-	-	-	-	91	133	-	-	74	87	20	-	185	220	405
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)	-	-	-	-	-	40	-	-	-	25	-	-	-	65	65

(Continua)

(Continuação)

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco)	-	-	-	-	23	26	-	-	15	-	-	-	38	26	64
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141	840	141	840	981
Ministério da Justiça e Cidadania (MJC)	-	4.251	5.036	2.311	3.755	-	-	3.041	2.941	3.777	142.757	154.490	13.379	154.490	167.869
Administração direta	-	-	-	848	761	-	-	972	704	2.223	-	1.465	4.044	1.465	5.508
Arquivo Nacional	-	89	103	22	-	-	-	9	-	54	64	168	174	168	342
Centro de Apoio Ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT)	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	5	-	5
Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)	-	-	-	110	264	-	-	127	69	-	4.035	4.605	237	4.367	4.605
Departamento de Polícia Federal (PF)	-	4.162	4.933	952	1.667	-	-	1.629	1.747	-	-	15.090	6.743	8.347	15.090
Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PRF)	-	-	-	112	755	-	-	118	332	-	-	1.316	230	1.087	1.316
Fundação Nacional do Índio (Funai)	-	-	-	29	13	-	-	4	10	1.499	1.303	1.326	1.532	1.326	2.858
Fundo Nacional Antidrogas (Funad)	-	-	-	46	45	-	-	112	39	-	-	242	158	84	242
Fundo Penitenciário Nacional (Fupen)	-	-	-	191	251	-	-	65	41	-	137.355	137.903	256	137.647	137.903
Ministério da Saúde (MS)	-	10.116	4.637	12.478	11.141	70	143	9.946	7.683	2.344.142	1.531.856	3.932.212	2.376.752	1.555.460	3.932.212
Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)	-	104	123	22	55	-	-	15	35	-	-	355	141	213	355
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)	-	-	-	10.010	7.570	-	-	7.810	5.079	-	227	30.696	17.820	12.876	30.696
Casa de Oswaldo Cruz (COC)	-	-	-	48	102	2	-	81	30	-	-	263	131	132	263
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.327	485	1.812	1.327	485	1.812

(Continua)

Dimensionamento de Gastos das Instituições da Administração Pública Federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Cobradi 2017-2018

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018		
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EbsersH)	-	-	-	-	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-	52	52
Fundação Nacional de Saúde (Funasa)	-	-	-	-	221	181	-	-	13	-	-	8.500	234	8.681	8.916	8.916
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	-	-	-	-	130	375	68	143	114	177	-	-	313	695	1.008	1.008
Fundo Nacional de Saúde (FNS)	-	-	10.012	4.514	1.484	1.778	-	-	1.493	1.823	2.342.778	1.522.305	2.355.767	1.530.419	3.886.186	3.886.186
Fundo Nacional de Saúde/ABC (FNS/ABC)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300	-	300	300	300
Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA)	-	-	-	-	-	-	-	-	69	4	-	-	69	4	74	74
Hospital Nossa Senhora da Conceição S. A.	-	-	-	-	14	3	-	-	0	-	-	-	14	3	17	17
Instituto Nacional de Saúde Fernandes Figuera (IFF)	-	-	-	-	8	-	-	-	2	-	-	-	10	-	10	10
Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos)	-	-	-	-	-	23	-	-	-	9	-	-	-	32	32	32
Instituto de Tecnologia em Imunobiológico (Bio-Manguinhos)	-	-	-	-	252	603	-	-	154	396	37	40	443	1.039	1.482	1.482
Instituto Evandro Chagas (IEC)	-	-	-	-	214	135	-	-	178	69	-	-	392	204	596	596
Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD)	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	4
Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde (INCQS)	-	-	-	-	-	59	-	-	-	10	-	-	-	69	69	69
Instituto Nacional do Câncer/RJ (Inca/RJ)	-	-	-	-	12	66	-	-	-	-	-	-	12	66	79	79
Instituto Oswaldo Cruz (IOC)	-	-	-	-	57	158	-	-	18	30	-	-	75	188	263	263
Controladoria-Geral da União e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (CGU-MTFC)	-	-	-	-	284	971	-	-	219	749	-	50	503	1.770	2.273	2.273

(Continua)

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Administração direta	-	-	-	-	284	971	-	-	219	749	-	50	503	1.770	2.273
Ministério das Cidades (Mecid)	-	-	2	-	200	141	-	-	146	51	-	-	348	193	541
Administração direta	-	-	2	-	148	117	-	-	114	28	-	-	264	145	409
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S. A. (Trensurb)	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	16	-	16
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito (Funset)	-	-	-	-	36	24	-	-	32	24	-	-	68	48	115
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	1.094	781	-	5.806	10.411	15.565	1.025	-	21.224	15.816	37.011	27.664	70.764	65.632	136.396
Administração direta	-	-	-	806	10.350	15.516	-	-	19.920	14.434	5.286	4.865	35.556	35.620	71.176
Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	-	-	-	5.000	-	-	-	-	-	-	31.725	22.711	31.725	27.711	59.436
Departamento Cultural	1.094	781	-	-	-	-	-	-	957	1.039	-	87	2.051	1.907	3.958
Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)	-	-	-	-	61	49	1.025	-	347	336	-	-	1.433	385	1.818
Instituto Rio-Branco (IRBr)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	8	8
Ministério de Minas e Energia (MME)	-	-	64	94	1.027	2.336	-	-	750	1.344	116	212	1.957	3.987	5.944
Administração direta	-	-	-	-	232	320	-	-	255	188	75	28	562	536	1.098
Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	-	-	-	-	274	642	-	-	171	477	-	-	446	1.120	1.565
Agência Nacional de Mineração (ANM)	-	-	-	-	-	32	-	-	-	24	-	-	-	57	57
Agência Nacional do Petróleo, Gas Natural e Biocombustíveis (ANP)	-	-	-	-	379	1.032	-	-	273	617	-	-	652	1.648	2.300
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)	-	-	64	94	76	208	-	-	-	12	41	185	180	499	679

(Continua)

Dimensionamento de Gastos das Instituições da Administração Pública Federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Cobradi 2017-2018

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)	-	-	-	-	21	-	-	-	22	-	-	-	43	-	43
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	-	-	-	-	46	102	-	-	29	25	-	-	75	127	202
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)	-	161	204	770	805	770	27	-	531	466	1.914	8.953	3.437	10.393	13.830
Administração direta	-	-	-	383	493	493	27	-	358	354	101	7.229	869	8.077	8.945
Administração direta/ABC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	464	1.724	464	1.724	2.188
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	161	204	421	421	277	-	-	173	111	1.349	-	2.104	593	2.697
Ministério do Esporte	-	1.022	1.421	234	468	468	-	-	265	401	-	-	1.521	2.290	3.811
Administração direta	-	1.022	1.421	234	468	468	-	-	265	401	-	-	1.521	2.290	3.811
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	-	-	-	1.730	2.314	2.314	-	326	1.378	1.685	5.602	4.613	8.710	8.938	17.648
Administração direta	-	-	-	590	786	786	-	-	503	545	2.249	4.608	3.342	5.939	9.281
Agência Nacional de Águas (ANA)	-	-	-	780	696	696	-	-	673	597	-	-	1.453	1.294	2.747
Agência Nacional de Águas (ANA/ABC)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.343	-	3.343	-	3.343
Fundo Nacional Sobre Mudança do Clima (FNMC)	-	-	-	-	-	69	-	-	-	-	-	-	-	69	69
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	-	-	-	129	483	483	-	-	76	428	-	-	205	910	1.116
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	-	-	-	24	27	27	-	-	20	8	-	-	44	35	79
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5

(Continua)

(Continuação)

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Serviço Florestal Brasileiro (SFB)	-	-	-	-	207	252	-	326	106	103	10	5	323	686	1.009
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG)	-	-	601.094	977.529	945	1.523	3	7	854	1.197	3.181	2.629	606.077	982.885	1.588.962
Administração direta	-	-	-	-	471	629	-	-	362	455	561	1.441	1.393	2.525	3.918
Fundação Enap	-	-	32	44	128	214	-	-	177	191	1.840	1.189	2.177	1.638	3.815
Fundação IBGE	-	-	22	17	232	360	-	-	181	264	-	-	434	640	1.075
Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)	-	-	-	-	43	241	-	-	49	172	-	-	92	413	505
Ipea	-	-	-	-	71	79	3	7	85	115	780	-	939	201	1.140
Recursos Sob Supervisão do MPDG	-	-	601.041	977.468	-	-	-	-	-	-	-	-	601.041	977.468	1.578.509
Ministério do Trabalho (MTB)	-	-	-	-	604	760	-	-	468	557	-	-	1.072	1.317	2.389
Administração direta	-	-	-	-	527	586	-	-	416	385	-	-	944	971	1.914
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro)	-	-	-	-	17	49	-	-	31	40	-	-	47	90	137
Fundo de Amparo Ao Trabalhador (FAT)	-	-	-	-	60	125	-	-	21	132	-	-	81	256	338
Ministério do Turismo (MTur)	3.607	-	14	17	1.020	1.537	-	-	818	1.081	-	981	5.459	3.616	9.075
Administração direta	3.607	-	-	-	283	488	-	-	325	346	-	978	4.216	1.812	6.028
Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur)	-	-	14	17	737	1.049	-	-	493	735	-	2	1.244	1.804	3.047
Ministério dos Direitos Humanos (MDH)	-	-	-	-	-	397	-	-	-	317	-	-	-	93.245	93.245

(Continua)

Dimensionamento de Gastos das Instituições da Administração Pública Federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Cobradi 2017-2018

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Administração direta	-	-	-	-	-	397	-	-	-	317	-	91.100	-	91.815	91.815
Fundo Nacional do Idoso (FNI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.430	-	1.430	1.430
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)	-	130	93	4.280	4.636	-	-	-	3.241	3.370	1.864	2.341	9.515	10.440	19.955
Administração direta	-	-	-	272	322	-	-	-	262	284	1.864	2.044	2.398	2.650	5.048
Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)	-	-	-	3.225	3.357	-	-	-	2.499	2.648	-	296	5.724	6.301	12.026
Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)	-	-	8	36	86	-	-	-	26	49	-	-	70	144	213
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	-	-	12	348	408	-	-	-	263	240	-	-	611	661	1.272
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	-	-	-	208	101	-	-	-	57	56	-	-	265	156	421
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	-	-	-	15	69	-	-	-	16	35	-	-	30	104	134
Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)	-	-	-	163	248	-	-	-	107	40	-	-	270	287	558
Secretaria Nacional de Portos/MTPA	-	-	122	72	-	-	-	-	-	-	-	-	122	72	194
Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.	-	-	-	12	47	-	-	-	12	18	-	-	24	65	89
Ministério Público da União (MPU)	-	-	-	964	1.135	-	-	-	552	848	-	-	1.516	1.983	3.500
Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)	-	-	-	17	9	-	-	-	19	93	-	-	36	102	138
Ministério Público do Trabalho (MPT)	-	-	-	194	277	-	-	-	123	131	-	-	317	408	725

(Continua)

(Continuação)

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Ministério Público Federal (MPF)	-	-	-	-	624	690	-	-	395	592	-	-	1.019	1.282	2.301
Ministério Público Militar (MPM)	-	-	-	-	130	158	-	-	15	33	-	-	144	191	335
Presidência da República (PR)	-	-	82	236	3.256	7.665	-	-	5.030	5.081	18.008	20.440	26.376	33.423	59.799
Agência Brasileira de Inteligência (Abin)	-	-	-	-	691	2.825	-	-	898	2.209	-	-	1.588	5.034	6.622
Empresa Brasil de Comunicação S. A. (EBC)	-	-	-	-	384	512	-	-	337	544	-	-	721	1.057	1.777
Empresa de Planejamento e Logística S. A. (EPL)	-	-	-	-	40	107	-	-	37	27	-	5.500	78	5.634	5.712
Fundo de Imprensa Nacional (Funin)	-	-	-	-	-	15	-	-	-	8	-	-	-	24	24
Gabinete de Segurança Institucional/Presidência da República (PR)	-	-	-	-	578	994	-	-	-	-	-	-	578	994	1.573
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	-	-	-	-	157	329	-	-	120	319	-	-	277	648	925
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/ABC)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	14.550	1.000	14.550	15.550
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)	-	-	-	-	-	75	-	-	-	68	-	-	-	144	144
Presidência da República (PR)	-	-	73	236	1.181	1.937	-	-	3.398	1.265	-	90	4.652	3.529	8.181
Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes)	-	-	9	-	10	-	-	-	-	-	-	-	19	-	19
Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca (SAP)	-	-	-	-	-	268	-	-	-	199	-	-	-	467	467

(Continua)

(Continuação)

Órgão/Unidade executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017-2018
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead)	-	-	-	-	215	528	-	-	240	424	14.822	300	15.277	1.252	16.529
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário/ABC (Sead-ABC)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.416	-	1.416	-	1.416
Secretaria Nacional de Juventude (Sinajuve)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	771	-	771	-	771
Secretaria Nacional de Políticas Para as Mulheres (SNPM)	-	-	-	-	-	73	-	-	-	17	-	-	-	90	90
Total no Poder Executivo	325.731	623.617	1.003.573	109.750	155.283	2.499	1.920	82.499	106.925	2.499.201	1.996.119	3.578.594	3.589.551	90	7.168.145

Fonte: Siatf/SOF
Elaboração: Ipea.

TABELA D.2

Brasil: maiores gastos do Poder Executivo e participação relativa por órgão no total gasto no biênio (2017-2018)¹

Órgão	No ano				No biênio (2017-2018)	
	2017 (US\$ mil)	Participação no Total (%)	2018 (US\$ mil)	Participação no Total (%)	Total (US\$ mil)	Participação no Total (%)
Ministério da Saúde	744,615	66,42	425,550	43,33	1,170,165	55,64
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	189,878	16,94	268,903	27,38	458,781	21,81
Ministério da Educação	92,210	8,22	108,094	11,01	200,305	9,52
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	23,003	2,05	29,758	3,03	52,761	2,51
Ministério da Justiça e Segurança Pública	4,192	0,37	42,266	4,30	46,458	2,21
Ministério das Relações Exteriores	22,170	1,98	17,956	1,83	40,126	1,91
Ministério da Defesa	15,244	1,36	18,308	1,86	33,552	1,60
Subtotal	1,091,312	97,34	910,835	92,75	2,002,147	95,20
Outros órgãos ²	29,829	2,66	71,212	7,25	101,041	4,80
Total	1,121,141	100,00	982,047	100,00	2,103,188	100,00

Fonte: Siafi/SOF

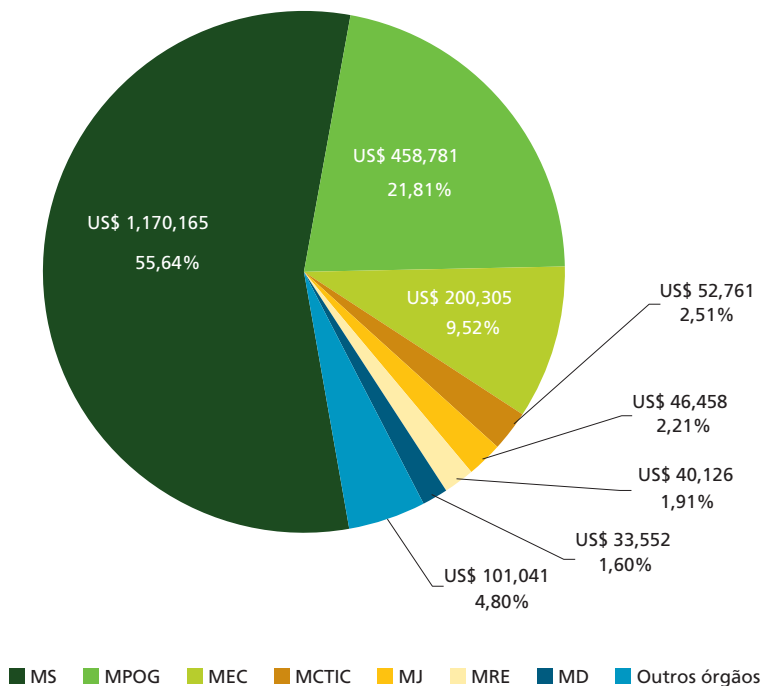
Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Valor da taxa média do dólar em 2017 (3,191921285) e em 2018 (3,6551728) – PTAX Banco Central

² Ministério dos Direitos Humanos (MDH); Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR); Ministério da Cultura (MinC); Ministério da Fazenda (MF); Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); Ministério do Trabalho (MT); Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP); Ministério do Turismo (MTur); Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério da Economia (ME); Ministério Público da União (MPU); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Controladoria-Geral da União (CGU); Ministério da Integração Nacional (MI); Advocacia-Geral da União (AGU); Defensoria Pública da União (DPU); Ministério das Cidades (MCid); e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

GRÁFICO D.1

Brasil: Poder Executivo – maiores gastos – participação por órgão no total gasto no biênio (2017-2018)
(Em US\$ mil)



Fonte: Siafi/SOF.
Elaboração: Ipea.

TABELA D.3

Brasil: evolução de gastos de órgãos do Poder Executivo segundo o tipo de despesa no biênio (2017-2018)

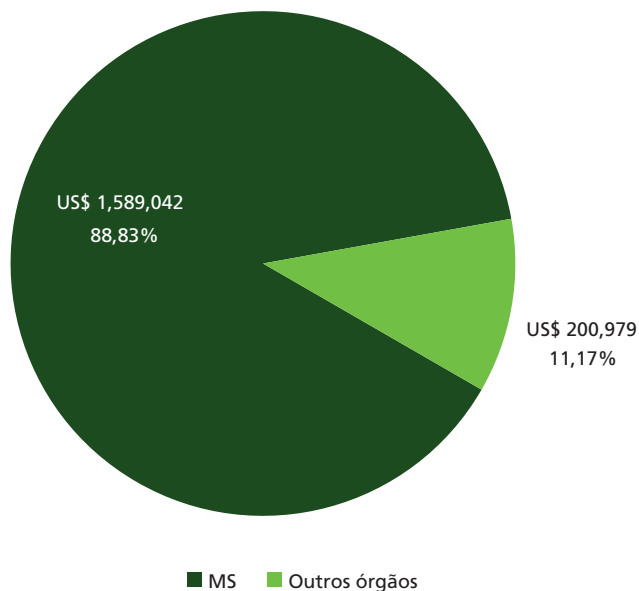
Tipo de despesa	2017 (US\$ mil)	2018 (US\$ mil)	Evolução (%)
Bolsas	81,778	89,115	8,97
Contribuições	195,374	274,562	40,53
Diárias	34,384	42,483	23,56
Eventos	783	525	-32,90
Passagens	25,846	29,253	13,18
Transferências	782,977	546,108	-30,25

Fonte: Siafi/SOF.
Elaboração: Ipea.

Obs.: Valores convertidos pelas taxas médias do dólar para 2017 (3,191921285) e para 2018 (3,6551728) – PTAX Banco Central do Brasil.

GRÁFICO D.2

Brasil: participação relativa de gastos do Poder Executivo segundo as transferências mais as contribuições com outras despesas no biênio (2017-2018)
(Em US\$)



Fonte: Siafi/SOF
Elaboração: Ipea.

TABELA D.4

Brasil: total de transferências e contribuições do Poder Executivo, do Ministério da Saúde e de outros órgãos no biênio (2017-2018)
(Em US\$ mil)

Órgão	No ano		No biênio (2017-2018)
	2017	2018	
Ministério da Saúde	895,500	702,541	1,598,042
Outros Órgãos ¹	82,850	118,129	200,979
Total no Poder Executivo	978,350	820,670	1,799,021

Fonte: Siafi/SOF.
Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ MPOG; Ministério da Educação (MEC); Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); MRE; Ministério da Defesa (MD); MDH; SGPR; MinC; MF; MDIC; MT; MTPA; MMA; Mapa; MDS; Mtur; MME; ME; MPU; MTE; CGU; MI; AGU; DPU; MCID; e CNMP.

Obs.: Valores convertidos pelas taxas médias do dolar para 2017 (R\$ 3,191921285) e para 2018 (R\$ 3,6551728) – PTAX Banco Central do Brasil.

TABELA D.5

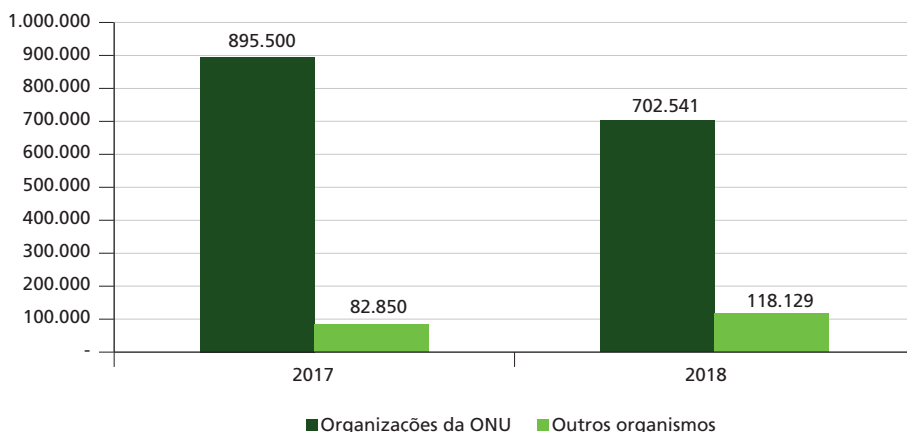
Brasil: total de transferências e contribuições do Poder Executivo segundo destinação no biênio 2017-2018
(Em US\$ mil)

Órgão	Ano			
	2017	Participação no total (%)	2018	Participação no total (%)
Organizações da ONU	895.500	91,53	702.541	85,61
Outros organismos	82.850	8,47	118.129	14,39
Total	978.350	100	820.670	100

Fonte: Siafi/SOF.
Elaboração: Ipea.

GRÁFICO D.3

Brasil: total da destinação de transferências e contribuições do Poder Executivo segundo destinação no biênio 2017-2018
(Em US\$ mil)



fonte: Siafi/SOF.
Elaboração: Ipea.

TABELA D.6

Brasil: total de transferências e contribuições do Poder Executivo para organismos internacionais no biênio 2017-2018
(Em US\$ mil)

Instituições	Contribuições		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde – (ONU)	10.959	6.672	719.772	398.833	730.731	405.505	1.136.236
Sistema das Nações Unidas – (ONU)	55.627	79.028	497	-	56.124	79.028	135.152
Unesco – (ONU)	13.995	27.957	14.772	14.107	28.768	42.063	70.831

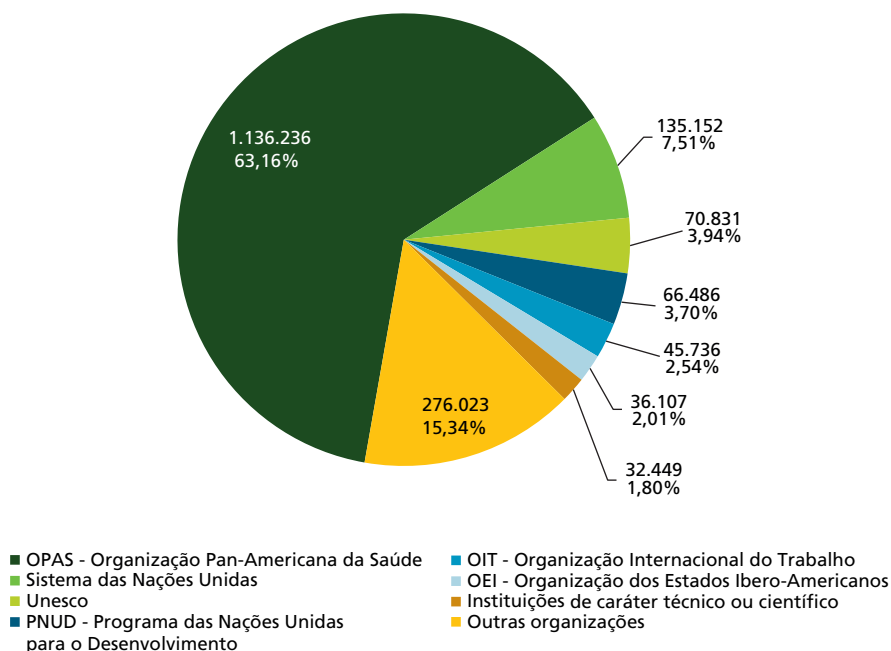
(Continua)

(Continuação)

Instituições	Contribuições		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – (ONU)	-	-	15.670	50.817	15.670	50.817	66.486
OIT – Organização Internacional do Trabalho – (ONU)	18.341	27.302	94	-	18.435	27.302	45.736
OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos	1.054	1.098	8.752	25.203	9.806	26.301	36.107
Instituições de caráter técnico ou científico	11.810	19.362	71	1.206	11.881	20.568	32.449
Outras organizações	83.587	113.144	23.349	55.943	106.936	169.087	276.023
Total geral	195.374	274.562	782.977	546.108	978.350	820.670	1.799.021

Fonte: Siafi/SOF.
Elaboração: Ipea.

GRÁFICO D.4
Brasil: distribuição relativa de gastos com transferências e contribuições do Poder Executivo segundo organismos internacionais no biênio 2017-2018
(Em US\$ mil)



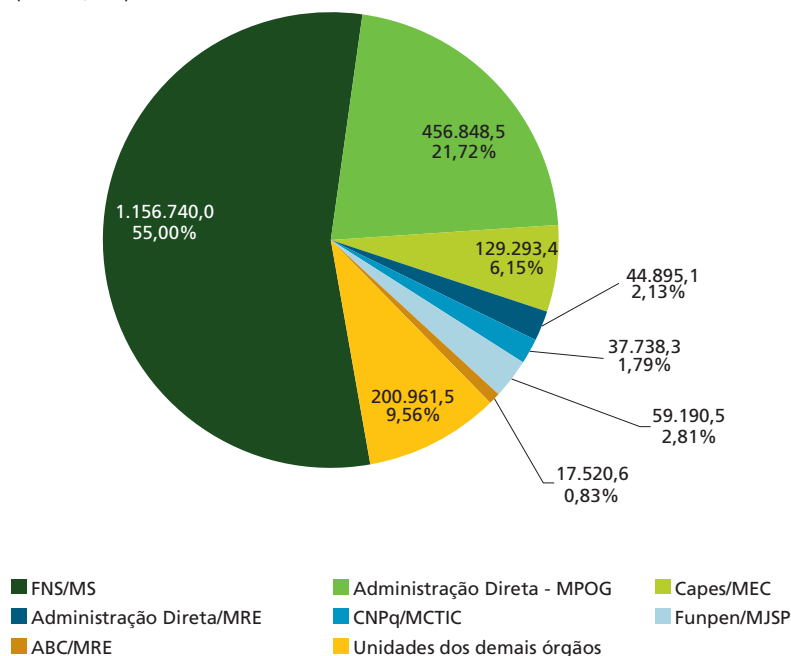
Fonte: Siafi/SOF.
Elaboração: Ipea.

TABELA D.7
Brasil: total de gastos das sete maiores unidades executoras do Poder Executivo segundo tipo de despesa no biênio 2017-2018
 (Em US\$ Mil)

Unidade Executora	Bolsas		Contribuições		Diárias		Eventos		Passagens		Transferências		No ano		No biênio
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
FNS – Fundo Nacional de Saúde – MS	0	0	3.137	1.235	465	486	0	0	468	499	733.971	416.480	738.040	418.700	1.156.740
Administração Direta – MPOG	0	0	188.301	267.421	147.464.932	172.012.422	0	0	113.298.520	124.588.679	175.756.139	394	188.737	268.111	456.849
Capes – MEC	57.618	63.582	0	0	1.125	1.159	0	0	638	5.171	0	0	59.381	69.913	129.293
Administração Direta – MRE	20870,15688	23633,04335	0	0,53004334	18	25	0	0	10	5	7	326	20.906	23.989	44.895
CNPq – MCTIC	0	0	0	0	59,91307714	68,63041058	0	0	20,23436176	11,4963977	0	37,578	80	37,658	37,738
Furpen – Fundo Penitenciário Nacional – MSP	0	33,1514425	0	220,4823277	3439,65307	4616,673328	0	0	6413,685345	425,1132878	19626,69262	20,589	29480,013	29,710	59,191
ABC – Agência Brasileira de Cooperação – MRE	0	0	0	1,368	0	0	0	0	0	0	9,939	6,213	9,939	7,581	17,521
Unidades dos demais órgãos	3.289	1.867	3.936	4.318	29.128	35.955	783	525	18.184	19.191	19.257	64.528	74.577	126.384	200.961
Total no Poder Executivo	81.778	89.115	195.374	274.562	34.384	42.483	783	525	25.846	29.253	782.977	546.108	1.121.141	982.047	2.103.188

Fonte: Siafi/SOF
 Elaboração: Ipea.

GRÁFICO D.5
Brasil: participação das unidades no total gasto no biênio (2017-2018)
 (Em US\$ mil)



Fonte: Siafi/SOF.
 Elaboração: Ipea.

TABELA D.8
Brasil: Poder Executivo – participação das unidades no total gasto no biênio 2017-2018

Unidade Executora	Valor (US\$)	Participação (%)
FNS/MS	1.156.740	55,00
Administração Direta - MPOG	456.849	21,72
Capes/MEC	129.293	6,15
Administração Direta/MRE	44.895	2,13
CNPq/MCTIC	37.738	1,79
Funpen/MJSP	59.191	2,81
ABC/MRE	17.521	0,83
Unidades dos demais órgãos	200.961	9,56
Total no Poder Executivo	2.103.188	100,00

Fonte: Siafi/SOF.
 Elaboração: Ipea.

TABELA D.9

Brasil: gastos do Poder Executivo em cooperação humanitária segundo tipos de demandas no biênio 2017-2018
(Em US\$ mil)

Tipo de ação	2017	2018	No biênio
Doações de ações de resposta humanitária	1.404.113	5.200.000	6.604.113
Doações de alimentos executadas	-	-	-
Doações de medicamentos executadas	2.083.350	2.973.744	5.057.094
Total	3.487.463	8.173.744	11.661.207

Fonte: ABC/CGCH.
Elaboração: Ipea.

TABELA D.10

Brasil: gastos do Poder Executivo em atividades da cooperação humanitária por país no biênio 2017-2018
(Em US\$ mil)

País	Região	Valor estimado do bem		No biênio
		2017	2018	
Angola	África	-	637.041	637.041
Armênia	Ásia	27	-	27
Bolívia	América do Sul	143.070	2.365	145.435
Colômbia	América do Sul	1.113.286	-	1.113.286
El Salvador	América Central	3.290	-	3.290
Equador	América do Sul	-	16.797	16.797
Guatemala	América Central	-	11.783	11.783
Guiana	América do Sul	2.867	-	2.867
Guiana Francesa	América do Sul	1.346	-	1.346
Haiti	América Central	190.477	-	190.477
Líbano	Ásia	-	122.364	122.364
Nicarágua	América do Sul	172.000	-	172.000
Paraguai	América do Sul	-	2.228	2.228
Peru	América do Sul	86.481	2.176.562	2.263.043
Síria	Ásia	255.216	-	255.216
Uruguai	América do Sul	623	4.604	5.227
Venezuela	América do Sul	114.667	-	114.667
Total		2.083.350	2.973.744	5.057.094

Fonte: ABC/CGCH.
Elaboração: Ipea.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Chefe do Editorial

Reginaldo da Silva Domingos

Assistentes da Chefia

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Amanda Ramos Marques

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Hellen Pereira de Oliveira Fonseca (estagiária)

Ingrid Verena Sampaio Cerqueira Sodré (estagiária)

Editora o

Aeromilson Trajano de Mesquita

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Editorar Multim dia

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

MISSÃO DO IPEA

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



NACIONES UNIDAS

CEPAL



AGÊNCIA
BRASILEIRA DE
COOPERAÇÃO

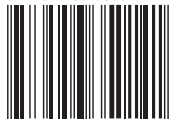
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



ISBN 978-65-5635-014-1



9 786556 350141 >